

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**



**FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE POLÍCIA DE
INVESTIGAÇÃO:
O CASO DO PROJETO PARA O AMAZONAS**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

ZORAIA SAINT'CLAIR BRANCO BONELLI

Rio de Janeiro - 2003

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen

Bonelli, Zoraia Saint'Clair Branco

Formação de profissionais de polícia de investigação: o caso do projeto para o Amazonas / Zoraia Saint'Clair Branco Bonelli. – 2003.

vi, 103 f.

Orientadora: Sylvia Constant Vergara.

Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Policiais – Orientação profissional. 2. Segurança pública. 3. Educação permanente. I. Vergara, Sylvia Constant. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 353.0015

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TÍTULO

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO:
O CASO DO PROJETO PARA O AMAZONAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR:
ZORAIA SAINT'CALIR BRANCO BONELLI

E APROVADO EM 23 / 08 / 2002.


SYLVIA CONSTANT VERGARA

Dr^a. em Educação



DEBORAH MORAES ZOUAIN

Dr^a. em Engenharia da Produção



EMILIO ENRIQUE DELLASOPPA

Dr. em Ciência Política

AGRADECIMENTOS

Todos nós nascemos, crescemos e vivemos amando, precisando, ajudando e dependendo do auxílio de outros eus. Ninguém é diferente nesse sentido. E esta é a melhor parte da história da vida de cada um: ter sempre um amigo para a hora difícil. Comigo não foi diferente e, por isso, agradeço carinhosamente a todos quanto colaboraram para o término desta etapa de minha vida.

Agradeço terna e especialmente a todos quanto tenham colaborado para meu engrandecimento pessoal e profissional, não podendo relacioná-los a todos, o faço de forma explícita:

à minha orientadora, Sylvia Constant Vergara, exigente sem perder a doçura quando necessário seja nos estudos seja no trabalho. Muito aprendi durante este convívio;

ao Emilio Enrique Dellasoppa, pelo estímulo incessante ao aprimoramento intelectual;

à Deborah Moraes Zouain, por estar sempre orientando e auxiliando, carinhosamente, nos caminhos do curso de Mestrado;

ao Bolivar Marinho Soares de Meirelles, pelos ensinamentos proporcionados em cada conversa, pelo amigo que sempre se demonstrou disposto a colaborar em momentos difíceis, além de ter lutado para que eu pudesse concluir os créditos do curso conciliando-o ao trabalho;

à Maria de Lourdes Tavares Henriques, Lourdinha, Presidente da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP RJ por ter me proporcionado, em 1997, o primeiro contato de um longo e maravilhoso convívio com aquela Casa do Saber;

à Cladice Nobile Diniz, por ter sido amiga e ter aceitado desenvolver sua dissertação sobre o tema de meu trabalho na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Sua força e dedicação ao conhecimento reforçaram minha vontade de me tornar mestre por esta Instituição.

à Teresinha Pereira Gomes e ao Marcos Antonio de Souza Manhães, amigos e colegas de profissão pelo interesse e atenção na revisão técnica policial e jurídica deste trabalho;

à amiga Aneth Satie Esaki pela leitura dos originais;

à equipe com quem trabalhei por três meses quase diários: Elaine Vergara, Rachel Guilhon e Suzana Marques, atenciosas e alegres e ao Professor Celso Belo, por suas observações inteligentes e animadas;

ao Dr. Jésus Trindade, Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais, por seu importante auxílio e incentivo durante a elaboração do PEC-FGV/AM;

a todos os profissionais que, com dedicação, participaram conosco do projeto, acreditando na importância da formação de novos policiais para servir à sociedade;

Com carinho a todos os professores que me proporcionaram alegres estadas nas salas de aula: Anna Maria Campos, Carmen Migelles, Enrique J. Saravia, Fernando Tenório, Valéria de Souza, Paulo Reis Vieira; sem olvidar Ricardo Scheidemantel, Benedito Torres, Lycia Epprecht e Isabel Costa, sempre atentos à amizade ali construída.

Na FGV, onde os alunos encontram apoio quase familiar de todos os funcionários, agradeço à Vaninha, Vania M. S. de Oliveira, uma torcedora e tanto; ao Joarez de Oliveira, sempre amigo e solícito quando precisamos. Agradeço às bibliotecárias com destaque para Denise L. Sá, sendo grata a todos os funcionários sempre atentos às nossas necessidades.

DEDICATÓRIA

Dedico a todo os policiais, mulheres e homens inteligentes, fortes e determinados, que lutam diariamente por uma sociedade de paz.

Oferto esta dissertação à minha família, entes queridos de quem por muita vezes me ausentei,

entes queridos que amo com ternura:

À minha mãe por sua luta,

A meu pai por seus sonhos,

À minha irmã e cunhado por terem me dado o presente mais valioso e amoroso :meu sobrinho Jonathan.

RESUMO

Esta dissertação verificou se o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores, elaborado pela Fundação Getulio Vargas – PEC-FGV/AM atendeu às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão do Ministério da Justiça do Brasil – BC. Por meio de uma pesquisa descritiva e explicativa concluiu-se que o PEC-FGV/AM atendeu às BC sem, contudo, contemplar o item referente à saúde do policial constante nesse último documento. Entretanto, o Programa obrigou a discussão sobre administração pública, preocupação do Ministério da Justiça.

ABSTRACT

The purpose of the research, reported in this dissertation, was to verify if the Continued Education Program for Candidates to Police Officers, Police Experts, Notaries, and Investigators, developed by the Getulio Vargas Foundation (PEC-FGV/AM), met the Academic Requirements for the Development of the Citizens Security Area Professionals of the Brazilian Ministry of Justice (Bases Curriculares Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão do Ministério da Justiça do Brasil) – BC. By means of a descriptive and explanatory research, it has been possible to conclude that the PEC-FGV/AM program met the BC, with the exception of an item of this document that concerns policemen health. Nevertheless, the Program considered the discussion about public administration, a concern of the Ministry of Justice.

SUMÁRIO

Apresentação - 01

- 1 O Problema e a Metodologia - 04
 - 1.1 Introdução - 04
 - 1.2 Formulação da Situação Problema - 06
 - 1.3 Objetivos Intermediários - 09
 - 1.4 Delimitação do estudo - 09
 - 1.5 Relevância do estudo - 11
 - 1.6 Definição das siglas e termos - 14
 - 1.7 A metodologia - 16
 - 1.7.1 Tipo de pesquisa - 16
 - 1.7.2 Coleta de dados - 17
 - 1.7.3 Tratamento dos dados - 18
 - 1.7.4 Limitações do método - 20
- 2 Segurança pública no contexto da administração pública brasileira - 21
 - 2.1 Administração pública e reforma do estado - 21
 - 2.2 Segurança pública, polícias e polícia judiciária - 25
 - 2.3 O plano nacional de segurança pública - 28
 - 2.3.1 Planejamento governamental - 29
 - 2.3.2 O plano nacional de segurança pública – PNSP - 32
 - 2.4 Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão - 39
- 3 Programa de Educação Continuada para Candidatos à Polícia Civil do Estado do Amazonas - 48
 - 3.1 O PEC-FGV/AM - 48
 - 3.2 Princípios Pedagógicos - 50
 - 3.3 O Plano de Curso - 51
 - 3.3.1 Finalidade - 52
 - 3.3.2 Objetivos - 53
 - 3.3.3 Desenvolvimento - 54
 - 3.3.4 Grade Curricular - 55
 - 3.3.5 Distribuição de vagas - 61
 - 3.3.6 Atribuições e competências - 62
 - 3.3.7 Prescrições diversas - 63
 - 3.3.8 Local e período - 64
 - 3.4 Considerações sobre o PEC-FGV/AM - 65
- 4 Análise Comparativa entre as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão e o Programa de Educação Continuada para Candidatos à Polícia Civil do Estado do Amazonas - 68
- 5 Conclusões e sugestões para uma nova agenda de pesquisa- 91

BIBLIOGRAFIA - 99

ANEXO A - Quadro Simplificado de um ano do PNSP por compromissos

ANEXO B - Dimensões do Conhecimento Previstas nas BC a Partir da conceituação exposta em Libâneo

ANEXO C - Trilogia do Perfil do Profissional de Segurança do Cidadão conforme as BC

ANEXO D - Grade Curricular da Base Comum das BC

ANEXO E - Carta aos Docentes PEC-FGV/AM

ANEXO F - Pauta da Reunião do PEC-FGV/AM de 13 de 06 de 2001, da FGV

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Proposta de Currículo para Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão - 45

FIGURA 2 – Matrizes Pedagógicas das BC - 46

FIGURA 3 - Estrutura do Curso de Especialização de Delegados, Comissários e Peritos: temas, atividades, carga horária e ementas - 56

FIGURA 4 - Estrutura do Curso de Formação Básica de Escrivães e Investigadores: temas, atividades, carga horária e ementas - 59

FIGURA 5 - Número de vagas e de candidatos do PEC-FGV/AM - 62

FIGURA 6 - Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM - Delegados e Comissários de Polícia - 69

FIGURA 7 – Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM – Peritos Criminais - 71

FIGURA 8 - Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM – Escrivães de Polícia - 74

FIGURA 9 - Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM – Investigadores de Polícia - 76

FIGURA 10 - Comparação entre as concepções pedagógicas das BC e do PEC-FGV/AM - 80

FIGURA 11 - Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC para Delegado e Comissário de Polícia - 83

FIGURA 12 - Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC para Perito Criminal - 84

FIGURA 13 - Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC para Escrivão de Polícia - 85

FIGURA 14 - Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC para Investigador de Polícia - 86

FIGURA 15 - Perfil das Áreas de Estudo das BC - 88

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo final verificar se o plano de curso de formação de profissionais de polícia judiciária do Estado do Amazonas, com o título de Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores - PEC-FGV/AM, elaborado pela Fundação Getulio Vargas – EBAPE, atendia às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão elaboradas pelo Ministério da Justiça. O foco desse Programa foi a formação de 1061 futuros policiais como parte de um concurso público naquele Estado.

Como profissional dessa área interessei-me pelo estudo e pela pesquisa do tema segurança pública, seja por já ter realizado diversas investigações policiais em virtude de ocupar um cargo de Delegado de Polícia no Estado do Rio de Janeiro, seja por ser este um tema que me atrai pelo contato direto com atividade de ensino de policiais e por já ter participado do corpo docente da Academia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O modelo de polícia autoritária, aparato do Estado para repressão defendendo-o de tudo e de todos já não mais resiste à pressão da sociedade, organizada ou não em grupos de interesse, para a formação de uma polícia de segurança do cidadão. Tampouco tem dado resultados uma polícia com técnicas de policiamento onde a cientificidade fica adstrita à perícia em coisas e pessoas, a chamada polícia técnica, ou mesmo à utilização de recursos tecnológicos de última geração.

A maior parte dos trabalhos sobre segurança pública tem como foco a violência e a partir dela se realizam estudos visando a atacá-la por meios policiais. Entendo que a questão da violência é mais ampla e não pode ser resolvida somente por

um corpo de policiais mais bem selecionado e qualificado conforme o estado da arte. Somente um programa de políticas públicas elaboradas para a redução, quiséramos o fim, das desigualdades sociais e a melhoria da educação e da renda da população poderia melhorar o quadro de insegurança, não só no Brasil, mas em níveis internacionais.

A cidadania não passa por determinadas classes profissionais, mas é um direito de todos, o médico cidadão, o professor cidadão, a empregada doméstica cidadã, o juiz cidadão, e o policial cidadão. Desde a Revolução Francesa até os dias de hoje a cidadania tomou contornos mais visíveis e abrange um maior número de pessoas. Tanto que nossa Constituição da República Federativa do Brasil é denominada Constituição Cidadã. Datada de 1988 traz, em seu texto, diretrizes para a Segurança Pública, delimitando áreas de atribuição para cada componente desta esfera. E ali está a Polícia Civil ou Polícia Judiciária.

A presente dissertação consolida uma pesquisa descritiva e explicativa cujo registro está estruturado em quatro capítulos seguidos de conclusões e sugestões para uma nova agenda de investigação.

O primeiro capítulo trata do problema e da metodologia, detalhando a formulação da situação problema, os objetivos intermediários, delimitando o estudo, argumentando sobre sua relevância, acompanhado de definição de siglas e termos e apresentando a metodologia.

No segundo, a segurança pública é interpretada no contexto da administração pública. Foi revisitada a literatura sobre a administração pública brasileira e a reforma do estado, para em seguida apontar o significado de polícia judiciária, como introdução ao detalhamento do Plano Nacional de Segurança Pública e

das Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão.

Em seguida, o terceiro capítulo apresenta o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores - PEC-FGV/AM, elaborado pela Fundação Getulio Vargas –EBAPE, a partir da sugestão de elaboração de Plano de Curso do Ministério da Justiça, fornecendo seus princípios pedagógicos e considerações sobre o Programa.

Por fim, o quarto capítulo traz uma análise comparativa entre as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão e o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores - PEC-FGV/AM.

A partir da pesquisa desenvolvida concluiu-se que o PEC-FGV/AM atendia ao disposto nas Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, sendo que a preocupação expressa pelo Ministério da Justiça com a formação para a administração e a capacitação para o desenvolvimento da capacidade gerencial foi mais bem focada no PEC-FGV/AM, visto que não se encontram conteúdos curriculares neste sentido nas Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão.

Destaque-se que é necessário desenvolver constante exercício de desenvolvimento humano nas instituições policiais para propiciar o engrandecimento de qualidades necessárias ao policial, tais como dedicação, senso de responsabilidade, entusiasmo pela carreira policial, disciplina, camaradagem, assiduidade, iniciativa, tenacidade e comportamento social digno e irrepreensível.

1 O PROBLEMA E A METODOLOGIA

Este capítulo se destina ao esclarecimento do problema que foi respondido pela pesquisa. São definidos, além do problema, os objetivos intermediários da investigação, assim como a delimitação do estudo e a definição dos termos técnicos de maior relevância para a compreensão do assunto tratado. É, ainda, apresentada a metodologia aplicada ao estudo.

1.1 INTRODUÇÃO

Em virtude dos atuais problemas de criminalidade no país, a maior parte dos trabalhos sobre segurança pública tem tido como foco a violência e a partir dela realizam-se estudos, visando a coibi-la por meios policiais. A questão da violência, no entanto, é mais ampla e remete às melhores maneiras de formar-se e qualificar-se profissionais da área de segurança pública.

Uma polícia competente é o que todos nós desejamos. Como sê-lo? Não se pode dar uma resposta final a esta pergunta, mas pode-se colaborar para a construção de uma polícia que tenha informações e as compreenda, de modo a atuar conforme a nova ordem pública em um contexto de globalização.

Desde a época da Revolução Francesa até os dias de hoje a cidadania tem tomado contornos mais visíveis abrangendo um maior número de pessoas em seus diversos patamares sociais. A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB tem sido denominada Constituição Cidadã. Datada de 1988, traz, em seu texto,

diretrizes para a Segurança Pública, delimitando áreas de atribuição para cada um de seus componentes. E ali está a Polícia Civil ou Polícia Judiciária. Impedir conflitos é uma constante na vida de policiais, ainda que tenha que mediá-los com frequência. A polícia judiciária é repressiva por definição, pois reprime o crime ao investigá-lo.

Há necessidade de desenvolver no policial um sentido crítico para que ele se pergunte sobre o porquê de suas ações, bem como sobre a possibilidade de executá-las de forma diferente da que fazia até aquele momento, tendo por base conhecimentos previamente adquiridos e utilizando também os adquiridos no exercício de suas atribuições.

Kitchell (1967), já declarava que o ritmo das mudanças em que vivemos é que torna o mundo diferente. Acrescentava que “As mudanças são tão rápidas que já não é mais possível, por exemplo, treinar o indivíduo para enfrentar uma dada situação – é preciso educá-lo para enfrentar quaisquer mudanças que ocorram.” (1967: 76)

No Brasil, a polícia a serviço da cidadania foi qualificada como segurança social pela Chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro quando, em 1997, criou-se o curso de formação para policiais a ser realizado em nível universitário, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nessa mesma época, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro foram parceiras da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em projetos para formar e qualificar policiais, assim como na realização de pesquisas, estudos, e planos visando à melhor compreensão do assunto e à possibilidade de um salto na qualidade dos serviços executados pela Instituição.

O presente estudo parte de uma proposta realizada, em 2001, pela Fundação Getúlio Vargas, visando coibir de modo indireto a violência no Estado do Amazonas. O foco foi a formação de 1.061 futuros policiais como última fase de um concurso público para ingresso nas classes iniciais dos cargos de Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores. A análise foi feita por meio de um diálogo entre a proposta mencionada e as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão – BC, elaboradas pelo Ministério da Justiça.

1.2 FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A prestação do serviço policial deve estar adequada ao determinado na CRFB. Para sua efetivação, as ações e técnicas policiais incorporam elementos de elaboração de pesquisa científica, de administração, de sociologia e de filosofia. Diniz (1997) já se manifestava nesse sentido quando informava que todo policial deveria ser um filósofo.

A função dos policiais brasileiros é a de manter a ordem pública, cumprindo missões estabelecidas no artigo 144 da CRFB, assim como em leis infra-constitucionais.

No artigo mencionado a CRFB determina:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1.º (...).

§ 2.º (...)

§ 3.º (...)

§ 4.º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5.º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6.º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios." (BRASIL, 2000: 86)

Desde 1988, somente têm acesso a cargos públicos de efetivo exercício, como os cargos policiais, aqueles que se submetem a concurso público de provas e títulos. Algumas instituições incluem a fase de formação como parte integrante de seus concursos públicos. As polícias estão nesse grupo.

Em 2001 o Estado do Amazonas publicou edital contendo essas fases para concurso público para ingresso nas classes iniciais dos cargos de Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores. Realizada a primeira fase, a seguinte seria a de formação específica para as atribuições do cargo.

Em fins de abril de 2001 a Fundação Getulio Vargas - FGV, tendo à frente a Professora Sylvia Vergara, recebeu a proposta de planejar e realizar essa última etapa do concurso público para policiais civis do Estado do Amazonas. O planejamento foi feito, mas não realizado, porque o Estado do Amazonas optou por soluções próprias.

A proposta de curso foi idealizada, visando à formação de policiais que conhecessem seus direitos e seus deveres perante o Estado e os Cidadãos e que, por

consequente, pudessem desenvolver efetivamente suas atividades profissionais. A necessidade de uma formação generalista nem sempre é percebida pelos próprios policiais que, na maioria das vezes, opta por uma formação com ênfase jurídico-legalista para lidar com a sociedade e com as atividades de investigação¹. A leitura dos programas de formação de cargo público policial, elaborados pelas Academias de Polícia, demonstra essa assertiva.

Em 2000 foram editadas as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão - BC, elaboradas pelo Ministério da Justiça. O documento é uma orientação para a formação de policiais civis, militares e federais.

Estaria o plano de curso de formação de profissionais de polícia judiciária do Estado do Amazonas, com o título de Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores - PEC-FGV/AM, atendendo às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão elaboradas pelo Ministério da Justiça? A resposta a essa questão foi o objetivo final do presente estudo.

O estudo parte da suposição de que Programa de Educação Continuada mencionado atende às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão elaboradas pelo Ministério da Justiça - BC.

¹ No Curso de Formação e Aperfeiçoamento Delegacia Legal, em 2001, foi possível constatar que dentre os 20 Delegados da turma, 100% concordavam que as técnicas e propostas gerenciais facilitariam o desenvolvimento de tarefas cotidianas, o que se coaduna com a tese defendida por Sylvia Vergara desde 1997. Todavia, esses mesmos Delegados indagavam-se de que maneira poderiam aplicá-las.

1.3 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS

Foram os seguintes os objetivos intermediários:

- ✓ Resgatar os princípios constitucionais da polícia e o seu significado em relação à formação policial;
- ✓ Analisar as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão propostas pelo Ministério da Justiça destinadas à formação policial brasileira;
- ✓ Analisar a proposta do Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas;
- ✓ Comparar as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão com o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa pautou-se na necessidade de formação de policiais para atender às demandas sociais contemporâneas no sentido de uma polícia de investigação ágil, de cunho científico e cujos profissionais tenham capacidade crítica quanto à sociedade para a qual prestam serviços.

Entende-se a formação policial como um processo de informação capaz de proporcionar capacidade intelectual crítica ao futuro servidor, fornecendo dados e desenvolvendo conhecimentos e habilidades básicas para o desempenho das suas atividades. A demanda da sociedade encontrou resposta no ineditismo da publicação das Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, pelo Ministério da Justiça. Elas são uma orientação de estratégias e conteúdos para a formação de profissionais de segurança pública, mudando a denominação para profissionais da área de segurança do cidadão.

Foi verificada a pertinência ou não do Programa elaborado para o Estado do Amazonas, com relação às BC. Portanto, o presente estudo está delimitado ao conteúdo de dois documentos: (a) o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores do Estado do Amazonas e (b) as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão. O primeiro foi elaborado pela Fundação Getulio Vargas e o segundo pelo Ministério da Justiça.

As Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão e o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores do Estado do Amazonas passarão a ser tratados por sua forma reduzida BC e PEC-FGV/AM, respectivamente.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A polícia judiciária ou polícia civil, em nível estadual ou federal, é composta por órgãos públicos, formando um serviço prestado exclusivamente pelo poder público, tendo aí a manifestação da Administração Pública. O serviço de segurança pública, por ser discricionário quanto ao momento da ação exige dos profissionais que o executam poder crítico e de decisão sobre suas atitudes mais básicas e cotidianas.

Tal serviço assume relevância social na medida em que, para cumprimento de sua missão constitucional, a polícia judiciária deve agir cientificamente dentro dos marcos constitucionais da CRFB, com base em princípios e técnicas previamente conhecidas e discutidas pelas comunidades acadêmicas, de pesquisadores e policiais, abolindo definitivamente formas irracionais, amadoras e precárias de se cumprir a lei.

No ano de 2000 foi editado o Plano Nacional de Segurança Pública. Trata-se de um documento de 35 páginas editado pelo Ministério da Justiça que faz parte do Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal, e elenca 15 compromissos distribuídos em 124 ações. O "Compromisso nº 12" de tal Plano prevê ações de capacitação para profissionais da área de segurança pública. Posteriormente, com o lançamento das BC, foram divulgadas as orientações para a elaboração de cursos. A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP/MJ vem elaborando, desde então, seminários, cursos em parceria com outras instituições, além de documento para a orientação de academias de polícia, instituições de ensino em geral e profissionais que se dediquem à capacitação e qualificação de policiais. Esses fatos,

por si sós, ressaltam a importância do tema e do desenvolvimento do presente estudo na área da administração pública.

A questão assume especial relevância nacional a partir das discussões travadas na Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara dos Deputados para análise da Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 151-A, de 1995, em fase de relatório final. Nas reuniões de oitiva a vários profissionais da área entre os quais acadêmicos, policiais civis, militares, representantes das classes policiais, além de profissionais do ramo jurídico, fica clara a necessidade de especial atenção com a formação dos profissionais desta área do Poder Executivo, sejam eles estaduais ou federais.

Para as organizações policiais esse trabalho tem a função de alertar as autoridades responsáveis pelos centros de formação quanto à necessidade de estudos de natureza científica e crítica de processos formativos. É importante que o policial em sua atividade solitária nas ruas não tenha como base de atuação somente a experiência pessoal ou procedimentos mentais de conhecimentos não estruturados; ele deverá ter internalizado conceitos capazes de orientar-lhe a prática. A avaliação pode ser obtida por meio da continuidade do processo de capacitação e da verificação de resultados alcançados por estes profissionais por meio de avaliação de desempenho dialogada.

Destaca-se a relevância para a comunidade científica do ramo jurídico, da administração assim como da educação, visto que as atividades desempenhadas por policiais civis são de âmbito administrativo, reguladas por normas legais, e, cotidianamente, de cunho pedagógico perante a população. Atualmente, o caráter científico da investigação policial é verificado somente quando da análise da perícia

técnica de objetos, animais e seres humanos ou cadáveres, ou seja, quando da chamada perícia técnica e científica realizada por órgãos oficiais criados com este objetivo (COBRA, 1987).

Normalmente, a discussão sobre investigação policial se esgota na análise jurídica da lei sob enfoque teórico, e a metodologia discutida refere-se aos meios pelos quais serão ouvidas vítimas, testemunhas, pessoas interessadas juridicamente no caso investigado e o suposto autor do delito. Na literatura policial de caráter investigativo também é explicado o procedimento adotado para a solicitação de documentos oficiais ou seu devido valor como prova. Portanto, a formação de policiais tem tido caráter eminentemente jurídico. Daí a importância deste estudo, tanto para a área jurídica quanto para a administração.

Para os profissionais que desempenham essa atividade o estudo assume especial importância, pois uma investigação prévia dos atos ilícitos praticados por uma pessoa jamais deixará de existir, considerando-se a existência de um Estado Democrático de Direito como decidido e legitimado na CRB, promulgada em 1988. Esta assertiva é correta, ainda que um dia venha a se acabar com a Polícia Civil nos moldes em que se a conhece hoje, seja por unificação das polícias, seja por qualquer outra realidade que se instale, e para tal há que se ter profissionais bem formados.

O PEC-FGV/AM não foi implementado por questões que fogem ao escopo dessa dissertação discutir. No entanto, por considerar sua proposta relevante, a autora decidiu compartilhá-lo com todos aqueles que desejam e esperam uma Polícia capacitada a atender aos anseios de sociedade.

1.6 DEFINIÇÃO DAS SIGLAS E TERMOS

Siglas:

BC: Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão;

CRFB: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988;

DCAASP: Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública, do SENASP/MJ;

FNSP: Fundo Nacional de Segurança Pública;

INFOSEG: Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública;

IP: Inquérito policial;

MJ: Ministério da Justiça;

PCEAM: Polícia Civil do Estado do Amazonas;

PEC-FGV/AM: Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores, para a Polícia Civil do Estado do Amazonas;

PNSP: Plano Nacional de Segurança Pública;

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça;

PDRAE: Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado;

Termos:

Agente de autoridade: policial encarregado da prática de atos investigatórios ou coativos para prevenir ou reprimir infrações penais, sob direção do delegado de polícia;

Autoridade policial: delegado de polícia. É um profissional com formação jurídica – embora alguns estados federados não respeitem este princípio, nomeando policiais militares para esta função – investido no cargo por lei e que exerce poder público em matéria de polícia judiciária, para consecução dos fins de segurança pública do estado, tendo a seu cargo a direção das atividades da Polícia Civil, conforme determinação constitucional;

Auxiliar de autoridade: policial de nível superior, médio ou fundamental, encarregado do apoio técnico à atividade fim de polícia judiciária;

Cargo público: lugar que uma pessoa, o servidor público, ocupa na administração pública;

Discricionariedade da atuação policial: liberdade de agir dentro dos limites da lei, sendo, na função policial, imprescindível à eficácia e à eficiência da atuação. Ao contrário, arbítrio e arbitrariedade consistem em ação fora ou excedente da lei, com abuso ou desvio de poder.

Materialidade: conjunto de elementos objetivos que materializam ou caracterizam um ilícito penal;

Ofensa: agravo de natureza física ou moral infligido a uma pessoa ou dano contra coisa;

Perícia técnica: vistoria ou exame de caráter técnico e especializado destinado a proporcionar provas;

Poder de polícia: faculdade de que é investido o agente do poder público e, em especial, o policial para o perfeito cumprimento de suas funções;

Polícia judiciária: atividade desempenhada pela Polícia Civil em âmbito estadual, órgão destinado a investigar atos delituosos e descobrir seus autores. Mesmo significado que polícia criminal;

Prescrição: é a perda do direito de agir, por inércia de seu titular após decurso de tempo previsto em lei;

Qualificadoras de um crime ou circunstâncias qualificadoras: é a especificação de um delito segundo as circunstâncias em que tenha sido cometido;

Tipo penal: caracterização de um delito, que reúne em si os elementos distintivos de cada infração penal.

1.7 A METODOLOGIA

1.7.1 TIPO DE PESQUISA

A classificação da pesquisa seguiu a taxonomia proposta por Vergara (1998), segundo os critérios básicos de fins e meios.

Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva e explicativa.

Descritiva, porque são descritos e ressaltados os princípios e as características das orientações propostas pelas BC elaboradas pelo Ministério da Justiça além da descrição e análise da proposta de plano de curso de formação de policiais civis do Estado do Amazonas planejado pela FGV, à luz das BC. Explicativa porque informa e argumenta sobre as similaridades e diferenças entre as BC e a PEC/FGV-AM.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e documental.

1.7.2 COLETA DE DADOS

Para alcançar os objetivos intermediários e final do estudo, a coleta dos dados foi realizada pelos meios documental, telematizado e bibliográfico.

Documental, porque foram consultadas legislações pertinentes, circulares internas, planos de formação, editais e outros documentos conservados no interior de órgãos públicos policiais ou não cujo acesso é restrito ao público.

Telematizada, pois foram buscados dados sobre o tema na *internet* tanto em *sites* do Rio de Janeiro, onde se efetivou o estudo, quanto de outros locais. Foi realizada em *sites* de pesquisa internacionais cujo tema fosse segurança pública e polícias além dos *sites* do Ministério da Justiça e da Educação assim como nos das polícias civis de outros Estados da Federação e no da Polícia Federal, visando a obtenção de dados de interesse para a pesquisa.

Bibliográfica porque foi buscada na literatura disponível ao público em geral, assim como em teses e dissertações sobre administração pública, pedagogia, noção de competências, capacitação de adultos, formação policial, e de pedagogia das competências² insumos que pudessem dar suporte à investigação. Foram visitadas, ainda, as bibliotecas da Academia Estadual de Polícia Silvio Terra – ACADEPOL e da Assembléia Legislativa, ambos no Estado do Rio de Janeiro, em busca de legislação específica sobre formação de investigadores, tendo em vista tratar-se de servidores públicos e de que toda documentação pertinente deve ser revestida de tratamento jurídico.

1.7.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O resgate dos princípios constitucionais da polícia e o seu significado em relação à formação policial, a análise das BC e do PEC-FGV/AM, e a construção da comparação final entre as BC e o PEC-FGV/AM são objetivos intermediários desta pesquisa, sem os quais não se poderia chegar à realização de uma comparação.

Considerando o problema da pesquisa, o método comparativo é o que melhor se aplica a sua realização. A conceituação do método comparativo segue os estudos de Przeworski (1970) e Sartori (1981, 1991). Esse método implica em examinar um caso singular sem perder de vista o contexto geral ou mesmo outros casos, pois deve ser mantido o senso de proporção. Quando se fala de método comparativo deve-se

² Esta terminologia vem sendo utilizada pelos pesquisadores que investigam o critério de competências para a formação para o trabalho, que, há duas décadas tem sido adotada também para formação de crianças na França. Para aprofundamento ver Ropé e Tonguy, 1997.

“entender que abordamos problemas não solucionáveis estatisticamente” (SARTORI, 1981: 204).

À pergunta: O que é comparável? Sartori responde com base no estabelecimento de critérios. Comparar não significa assemelhar, embora para comparar sejam necessárias operações de assemelhamento mas também de estabelecimento de diferenças. O autor alerta que “Se as diferenças não forem bem identificadas, as semelhanças correm o risco de ser fraudulentas ou confusas” (SARTORI, 1981: 208).

A utilização do método comparativo, neste estudo, se impôs pela identidade de classe que é o elemento de similaridade existente entre as BC e o PEC-FGV/AM. Deve-se, igualmente, observar a questão da fronteira ou limitação da aplicação de um e de outro documento. As BC não são normas aplicáveis tal e qual estão dispostas, mas são orientações e propostas que podem ser seguidas pelas academias de polícia e instituições formadoras de corpos de policiais para, na visão do Governo Federal, formar policiais mais qualificados para a satisfação das necessidades dos cidadãos (classe a que eles também pertencem) melhor atendendo à sociedade.

“Comparável” quer dizer: pertencente ao mesmo gênero, espécie, subespécie. Portanto, o elemento ‘similaridade’, de semelhança que legitima as comparações é a identidade de classe.” (SARTORI, 1981: 209). A homogeneidade, que se dá *per genus et differentiam* (por gênero e diferenciação), é pressuposto da possibilidade de comparação.

Ao comparar as BC e o PEC-FGV/AM a pesquisa demonstra até que ponto o Programa atende às BC, ressaltando suas semelhanças e diferenças, estudando, ainda,

se nas diferenças há superação, falhas e em que medida este não enquadramento agrega ou não algum valor à formação de policiais.

Os dados foram tratados de forma qualitativa, visto que o modo quantitativo não seria o melhor para atingir o objetivo final. Tampouco seria útil um tratamento disjuntivo do tipo sim/não, pois não propiciaria elementos para melhor interpretar o objeto de estudo.

1.7.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Durante a coleta de dados foi possível verificar, nos órgãos públicos, a carência de planejamento adequado às necessidades de formação de policiais voltada para o atendimento a uma sociedade em evolução constante. Segundo o Ministério da Justiça, inexistente qualquer legislação específica sobre ensino para formação policial civil no Brasil. Isto indica alguma fragilidade quanto à comparação com outros dados efetivamente utilizados em outras academias de polícia. Sabe-se que as academias de polícia do Estado do Rio Grande do Sul têm programas de formação com base nas BC desde 2000.

Este capítulo se destinou a dar ao leitor a orientação do tema da dissertação desenvolvida. Além da formulação da situação problema e dos objetivos, intermediários e final, nele tratou-se da delimitação do estudo, da relevância do estudo, e da metodologia aplicada, definindo-se as siglas e os termos utilizados no texto.

2 SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Neste capítulo a segurança pública é interpretada no contexto da administração pública. Nele são revisitadas a administração pública e a reforma do estado, detalhando o significado de polícia judiciária. Em seguida são descritos e analisados o Plano Nacional de Segurança Pública e as Bases Curriculares para a Formação dos profissionais da Área de Segurança do Cidadão.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO

A tentativa de superação da administração pública burocrática veio acompanhada da modernização do Estado com reformas econômicas orientadas para o mercado, reformas na previdência social e reformas em seu próprio aparelho, visando a aumentar sua capacidade de implementar políticas públicas nas diversas áreas de atuação. Na elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, em 1995, atenção especial foi dada às suas áreas *hard*, como segurança pública, fiscalização e seguridade social básica, denominadas áreas exclusivas do Estado. A administração pública gerencial passou a ter seu lugar de destaque, ou seja, foi dada ênfase às questões de planejamento e avaliação constante de recursos materiais, financeiros e com especial destaque para a gestão estratégica de pessoas. Como Fleury (1997) destaca em seu artigo, Reforma Administrativa: discutindo os instrumentos, passa a se modificar a articulação entre Poder Público e sociedade.

Contudo, permanecem atitudes e culturas da gestão burocrática no Estado. Este tem, em seu sistema de produção, a formalização da hierarquia, a profissionalização e a especialização em setores produtivos. O serviço público opera segundo o modelo burocrata com tendências e alguns avanços para o gerencial.

Dentro de uma concepção histórica, o Estado serve para garantir a propriedade e os contratos realizados por meio de um aparato organizacional e legal. Para entender seu significado há que se observar duas correntes de entendimento: a) histórico-indutiva e b) lógico-dedutiva. A primeira o conceitua como uma “estrutura organizacional e política que emerge da progressiva complexificação da sociedade e da sua divisão em classes destinada a manter a ordem dentro da sociedade, e, portanto manter o sistema de classes vigente” (BRESSER PEREIRA, 1995: 08) - entendimento encontrado em Aristóteles, São Tomás de Aquino, Vico, Hegel, Marx e Engels e filósofos pragmáticos norte-americanos. A segunda o entende como “resultado político-institucional de um contrato social através do qual os homens cedem uma parte de sua liberdade a esse Estado para que o mesmo possa manter a ordem ou garantir os direitos de propriedade e a execução dos contratos” (*ibid*: 09) – assim entendem Hobbes, Rousseau e Kant.

Ambas as correntes se complementam na tentativa de conceituação de Estado. Logo, a necessidade de uma estrutura política que tenha um poder organizado no qual se realizem pactos políticos e coligações de classes para o atendimento às necessidades dos diversos grupos de interesses, justifica sua existência.

Nessa linha de raciocínio as polícias são instituições organizadas segundo o modelo burocrático descrito por Weber que contam com um corpo de funcionários³ selecionados pelo sistema de mérito para ocupar cargos em carreiras estruturadas que administra bens públicos. Servidores públicos têm que trabalhar em função dos interesses e necessidades públicas, respeitando normas e leis que prescrevem as atitudes e os comportamentos que devem ser adotados em cada caso. Por outro lado, o modelo gerencial tem visão de mercado, ou seja, objetiva atender às necessidades impostas pelos clientes, aqueles que consumirão os bens e serviços produzidos pelas empresas privadas.

O que se pretende dos servidores públicos é mesma busca pela prestação de serviços com alto nível de qualidade e que satisfaçam às necessidades dos usuários-cidadãos.

O PDRAE enfatizou a necessidade de gestão estatal nos moldes gerenciais sem poder eliminar totalmente a burocracia, pois o Estado não dispensa a necessidade de alguma burocracia, mas impõe a avaliação satisfatória dos resultados ao final de cada atuação.

Para se entender a administração pública segundo um modelo gerencial destinada a atender aos interesses e às necessidades dos cidadãos é fundamental a familiarização com os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Em Motta (s/d) esses conceitos são claros.

A eficiência nas ações governamentais busca considerar os resultados obtidos em face dos recursos disponíveis. Representa as realizações por meio de índices

³ A CRFB de 1988 denomina servidor o funcionário público, pois ele serve à sociedade.

e indicadores visando a comparar parâmetros técnicos de desempenho com padrões alcançados anteriormente. Os indicadores relacionam produtos finais com seus custos (produtividade/custo) os insumos principais (produtividade/mão-de-obra). A avaliação da qualidade do produto ou serviço prestado ao usuário ou cliente também é uma preocupação com a eficiência.

Eficácia tem relação com o progresso alcançado dentro da programação de realizações governamentais. Sua avaliação procura considerar o grau em que as finalidades e os objetivos das ações propostas são alcançadas.

Já efetividade expressa a realização eficiente e eficaz dos empreendimentos propostos, devendo se reportar, principalmente, aos valores políticos prevalentes na sociedade.

Com base nesses três princípios cabe a análise de valores econômicos e sociais, assim como a verificação dos princípios legais e políticos da administração pública.

A segurança pública tem nas polícias seus órgãos de manutenção da ordem pública. O modelo proposto pelo PDRAE, observando o mandamento constitucional a coloca como atividade exclusiva a ser desenvolvida pelo Estado, assim como a melhor teoria do direito administrativo como Hely Lopes Meirelles, Maria Sylvia di Pietro, Odete Medauar e Diogo de Figueiredo Moreira Neto e do direito constitucional, entre outros José Afonso da Silva, Michel Temer e Alexandre de Moraes. Trata-se, então, de um monopólio estatal na produção desse serviço e somente o legislador pode estabelecer critérios de organização e criação, cabendo ao governo a avaliação de seus objetivos e das pessoas que nela trabalham.

A seguir são definidas com as terminologias segurança pública, polícias e polícia judiciária ou de investigação.

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIAS E POLÍCIA JUDICIÁRIA

Segurança pública refere-se à ordem pública, sendo a última a categoria mais abrangente.

Ordem pública assume vários significados sendo possível agrupá-los em dois grandes subgrupos: o primeiro, tendo-a como base para o comportamento social em sentido amplo, assim entendendo o aspecto moral, a estrutura de vida familiar, economia geral e, o segundo, dizendo respeito ao clima de equilíbrio e paz indispensável à coletividade. Segurança pública, segundo o Ministério da Justiça, por meio de sua Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP,

“é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limite da lei.” (SENASP, 26/09/2001)

Na verdade, a administração pública garante a ordem pública por meio do poder de polícia. Poder de Polícia é a “Prerrogativa que o poder público tem de Condicionar, Restringir e Limitar o exercício de Bens, Direitos e Atividades, em razão do interesse público dominante, como também de fiscalizar e punir” (BORGES, 2001: 25). É, ainda, um poder administrativo, que consiste em uma ferramenta que o servidor

público, categoria à qual pertence, dispõe para realizar o prescrito na CRFB e na legislação infra-constitucional.

Uma definição legal de Poder de Polícia merece destaque. Diz, textualmente o artigo 78 do Código Tributário Nacional:

“Art. 78: Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.” (Brasil, 1992: 37)

Ora, qual a origem da palavra polícia e o que significa ? Polícia vem do latim, *politia*, que por sua vez vem do grego, *políteia* e significa uma organização política, sistema de governo e mesmo o próprio governo; exprime a própria ordem pública.

“Em sentido estrito Polícia é vocábulo que designa o conjunto de instituições fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e que se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais” (LAZZARINI, 1987: 20)

O parâmetro escolhido pelo legislador pátrio para dividir a polícia em tipos é o da atribuição. Portanto, será administrativa a “atividade da Administração que se exaure em si mesma, ou seja, inicia-se e completa-se no âmbito da função

administrativa.” (*idem*: 30) e será judicial se estiver em busca de autoria e materialidade de atos delitivos, ou seja, ela “prepara a atuação da função jurisdicional penal” (*idem*: 31).

A CRFB determina a missão de cada uma das polícias, especificando as atividades precípuas que devem desenvolver. No Brasil, a estrutura de segurança pública conta com algumas instituições ou corporações. A CRFB, em seu artigo 144, parágrafos e incisos dá a formatação imposta à União, aos Estados e ao apoio do Município, por meio da previsão da criação das Guardas Municipais para a manutenção ordem pública.

O primeiro contato da sociedade com o sistema criminal ocorre, geralmente, por meio da Polícia Militar, pois ela é a polícia ostensiva, responsável pela manutenção da ordem pública, incumbindo-lhe a atividade precípua de inibir ações delituosas. Polícia ostensiva, porque seus integrantes apresentam-se à sociedade uniformizados, como forma simbólica de impor respeito à ordem para que não sejam violadas as leis e para que não haja perturbações sociais.

A missão constitucional da Polícia Civil é a de exercer as atribuições de polícia judiciária em cada Estado, exceto as de natureza militar. Polícia judiciária traduz-se na realização de atos de investigação para a apuração de autoria e materialidade de infrações penais que tenham ocorrido. O Delegado de Polícia, e em alguns estados o Comissário, é o profissional responsável pela condução das investigações, pois preside o inquérito policial, com a colaboração de seus agentes e auxiliares.

Para tanto, é instaurado o Inquérito Policial – IP, peça cuja natureza legal é meramente administrativa. Não é um processo, pois tal atividade é própria da Justiça.

O IP possui três características 1. é sigiloso, somente o advogado poderá ter acesso às informações nele contidas; 2. é inquisitorial, visto que não há contraditório, ou seja, inexistente apresentação de defesa do indiciado (aquele sobre quem há indícios de que tenha cometido o delito) o qual, nesta fase é apenas o objeto da investigação; e 3. é escrito, não podendo ser oral, pois estas peças escritas, contendo o resultado das investigações serão encaminhadas à justiça criminal.

Em outras palavras,

“A atividade judicial da polícia deve assim ser exercida sobre a conduta real e ficar limitada a esclarecer fatos que são definidos (tipificados) como crimes pela lei. A atividade administrativa da polícia deve, porém, “prevenir” o crime e como tal ser exercida através de conjecturas a respeito da conduta social dos indivíduos”(LIMA: 1995: 123)

2.3 O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP é uma forma de planejamento governamental no qual se estruturam as diretrizes e orientações para a Federação e para os Estados no que concerne à segurança pública. Para melhor compreensão, explanações sobre planejamento governamental, assim como o entendimento sobre segurança pública, polícia e polícia judiciária precedem a descrição e análise do PNSP.

2.3.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

A experiência do Brasil com planejamento remonta a fins do anos 30 com a edição do Plano Quinquenal de Obras e Reparelhamento da Defesa Nacional, de 1939, cujo objetivo era preparar o país para eventual participação da Segunda Guerra Mundial, tinha duração quinquenal e contava com características de orçamento especial. Na verdade, era mais um “mecanismo político-administrativo de defesa que de desenvolvimento econômico-social” (MELLO E SOUZA, 1968: 66); segundo Robert Daland, era uma lista de investimentos, não havendo registros quanto sua implementação integral.

Depreende-se que o Brasil tem grande experiência em planejamento. Contudo, o planejamento tem de ser efetivo, determinar os limites da responsabilidade governamental e administrativa, a alocação de recursos, a apropriação de custos, a divisão do trabalho e a extensão dos controles públicos, contendo instrumentos de aferição destes resultados.

O Plano Plurianual – PPA 2000-2003 do governo federal denominado Avança Brasil, que teve seus 25 gerentes capacitados para definição de gerenciamento, se incorpora à definição de Simon, citado por Kitchel:

“Planejamento plurianual global pode ser descrito como o processo **contínuo** através do qual um ministério, departamento ou qualquer outra organização governamental de vulto, **estabelece e revê** as metas de seus programas, **seleciona** um curso de ação entre as alternativas que se oferecem e **distribui** seus recursos a fim de alcançar êsses objetivos da forma mais **eficaz e econômica** possível” (KITCHEL: 1967: 80)

Planejamento governamental é um esforço de coordenação de diferentes atividades, estimando o impacto em médio e longo prazos dessas atividades.

Planejar significa não improvisar, pensar antes de agir, otimizar recursos que são ou estão escassos, preparar-se para o inevitável, seja prevenindo o indesejável, seja controlando o que for controlável, ou melhor, significa antever possíveis problemas e sugerir soluções para eles ou mesmo tomar precauções para evitá-los. Para planejar deve-se prever as necessidades, racionalizar o uso de meios materiais e financeiros e envolver e comprometer pessoas no projeto ou atividade; alcançar metas. É necessário que se definam as diretrizes que tenham condições de alcançar as metas desejadas.

Planeja-se porque este é um poderoso instrumento de comunicação que explicita objetivos e estratégias, firma compromissos e permite coordenar e catalisar a execução. O planejamento auxilia as decisões, e assim, pode controlar eventuais desvios.

Algumas características especiais da ação governamental obstaculizam essa tarefa. Pelo menos quatro me parecem importante ressaltar. a) os objetivos e critérios da ação governamental são freqüentemente vagos e controversos; b) os programas governamentais requerem um grande esforço de coordenação de diferentes atores nesse processo; c) os programas governamentais freqüentemente lidam com funções sociais latentes, cujas conseqüências não são previsíveis, gerando programas adicionais de ajuste; d) a competição entre diferentes partidos políticos dirige os interesses para as próximas eleições.

Algumas etapas do ato de planejar podem ser observadas, tais como: listar atividades a serem feitas; estimar sua duração; estudar seqüência de execução; desenhar

rede de precedências e cronogramas; simular cenários, aferindo impactos sobre prazos, custos e recursos; efetuar administração de possíveis folgas, balanceando recursos alocados; estudar grau de criticidade ou grau de superposição de atividades. Elas devem ser seguidas de acompanhamento (coleta de informações sobre andamento da execução físico-financeiro) e controle (análise, projeção de tendências e simulação de impactos que determinam decisões corretivas e eventual revisão da programação). A avaliação é fundamental, pois acidentes de percurso e incertezas podem ocorrer e há necessidade de monitoramento constante.

Podem ser identificados tipos diversos de planejamento: o simples prever, o planejar estrategicamente e o planejamento executivo. Prever ou planejar, puramente, sem qualquer adjetivação identifica-se com uma projeção linear do passado no futuro, no qual não há preocupação com a implantação, monitoramento, tampouco com as mudanças de cenários e de ambientes. O plano é o mais abrangente, pois não se destina a detalhar os procedimentos a serem concretizados, explicitando o que deve ser feito, as ações a serem efetivadas, e as macro-orientações e diretrizes para o desenvolvimento dessas ações. O planejamento estratégico explicita uma visão macro e de longo prazo para toda a organização, tende a gerar idéias visando enfrentar incertezas; depende da governabilidade, é indutivo e sintético. O planejamento executivo, tático ou operacional visa a otimizar uma determinada área da organização; é mais detalhado, o que gera números e visa a controlar o futuro; depende da estabilidade, sendo dedutivo e analítico.

A seguir, é apresentado um caso: o do Plano Nacional de Segurança Pública, editado e apresentado em 22 de junho de 2000 pelo Presidente da República,

que deu origem à edição das Bases Curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão.

2.3.2 O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - PNSP

Desde 1808, quando “foi instituída a Secretaria de Polícia com funcionários incumbidos da fiscalização das diversões públicas, matrícula de veículos e embarcações, da expedição de passaportes etc” (SILVA, 1985: 02), o PNSP é a primeira programação de ações que visa a atingir vários pontos de estrangulamento na segurança pública realizada por meio de planejamento em nível federal. Portanto, desde o surgimento do inquérito policial, em 1827, os profissionais que estão em contato com a população, visando à manutenção da ordem pública não contavam com um planejamento de trabalho que englobasse aspectos materiais, financeiros e de pessoas. No dizer do próprio Ministério da Justiça: “Primeira política pública de segurança dos cidadãos implementada no País.” (SENASP, 2001: 08).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão específico singular, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o artigo 15 do Decreto 3.698, de 21 de dezembro de 2000, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Justiça, a quem é diretamente subordinada, na definição e implementação da política nacional de segurança pública. A principal atividade da SENASP, desde a edição do PNSP, “tem sido a execução e gerência do Plano Nacional de Segurança Pública, realizadas por meio de adaptação a novas rotinas, procedimentos

e responsabilidades, bem como de intenso fornecimento de novos serviços aos cidadãos” (SENASP, 2001: 08).

O Plano Nacional de Segurança Pública é um documento editado pelo Ministério da Justiça, em 2000, que elenca 15 compromissos distribuídos em 124 ações. Está alinhado ao Avanço Brasil e

“(...) está estruturado em quatro capítulos que relacionam compromissos a serem assumidos no âmbito do Governo Federal, e deste em cooperação com os Governos Estaduais, outros Poderes e Sociedade Civil. Também estabelece as ações que serão desenvolvidas para que os resultados esperados sejam alcançados.” (Ministério da Justiça, 2000: 04)

Seus princípios norteadores são: interdisciplinaridade; pluralismo organizacional e gerencial; obediência à legalidade; descentralização; imparcialidade; transparência das ações; participação comunitária; profissionalismo; respeito às peculiaridades regionais e aos direitos humanos. Tem por objetivo aperfeiçoar o Sistema de Segurança Pública brasileiro, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a prevenir e reprimir o crime, reduzir a impunidade, aumentar a segurança, a tranquilidade do cidadão brasileiro e resgatar a confiança no Poder Público. Vê-se, portanto, que o elemento chave do planejamento foi realizado: o estabelecimento de objetivos claros para viabilizar a elaboração de planejamento em nível estratégico, guiando e dando orientações políticas sobre os caminhos que a segurança pública deveria seguir no Brasil.

Para serem alcançados os resultados esperados foi prevista a participação: da Presidência da República, por meio da Casa Civil; do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Executiva, do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de

Polícia Rodoviária Federal; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Caixa Econômica Federal; do Instituto de Resseguros do Brasil; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES; do Congresso Nacional; do Ministério Público; das secretarias estaduais de segurança e de justiça; dos organismos internacionais; das universidades e de outras instituições de ensino e de organizações não-governamentais com experiência em treinamento, estudos e pesquisas da ação policial.

O PNSP agrupou medidas: a) no âmbito do Governo Federal; b) no âmbito da Cooperação do Governo Federal com os Governos Estaduais; c) de natureza normativa e d) de natureza institucional.

As medidas, no âmbito do Governo Federal assumiram os seguintes compromissos: nº1) Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado; nº2) Desarmamento e Controle de Armas; nº3) Repressão ao Roubo de Cargas e Melhoria da Segurança nas Estradas; nº4) Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; nº5) Ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crime; e nº6) Mídia x Violência: Regulamentação.

Há que se destacar o Capítulo II que estabelece as medidas que terão apoio do Governo Federal, no sentido cooperativo e estimulador das ações dos Governos Estaduais e da Sociedade Civil e para tal assumiu os compromissos de nº 7 a 13, conforme se segue: nº 7 Redução da Violência Urbana; nº 8 Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social; nº 9 Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias; nº 10 Combate à Violência Rural Compromisso; nº 11 Intensificação das Ações do Programa

Nacional de Direitos Humanos; nº 12 Capacitação Profissional e Reparelhamento das Polícias e a de nº 13 Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.

Como medida de natureza normativa assumiu o compromisso nº 14: Aperfeiçoamento Legislativo e por fim, como medida de natureza Institucional, o nº 15: Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Destaco, dos 15 compromissos, o nº 12 que se refere à Capacitação Profissional e ao Reparelhamento das Polícias. Nele é expresso que :

“A qualificação e a valorização do profissional de segurança pública são pilares de qualquer programa consistente de redução da criminalidade. A evolução do crime exige constante aperfeiçoamento dos equipamentos e conhecimentos policiais. Por outro lado, o policial deve ser permanentemente capacitado para servir sua comunidade. É hoje consenso em todo o mundo que a eficiência da polícia está diretamente ligada a sua proximidade da população e ao grau de confiança alcançado junto à comunidade. Será esta a ênfase dos programas de capacitação na área de segurança pública.” (PNSP, 2000: 27) (grifo meu)

Como ações, o PNSP, ele prevê: a) criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, destinado a apoiar financeiramente o reparelhamento, reestruturação e qualificação das polícias estaduais e as ações previstas no Plano; b) apoio à capacitação das polícias estaduais e incentivo às polícias comunitárias, visando apoiar e padronizar a capacitação das polícias estaduais; c) programas de apoio aos policiais que visam a incentivar a criação ações de natureza social; d) reparelhamento das polícias estaduais, disponibilizando recursos mediante contrapartida em ações e compromissos dos governos estaduais com os resultados do PNSP; e) apoio à criação de ouvidorias de polícia e mecanismos de controle externos; f) execução de tarefas administrativas por

não-policiais, estimulando a terceirização dos serviços burocrático-administrativos e, por fim, g) o núcleo especial de combate à impunidade.

Em fevereiro de 2002, o Presidente da República chegou a rebater as críticas ao Plano, quando declarou que o PNSP não se destinava apenas a repassar recursos aos estados, mas também a criar projetos com cunho social destinados à formação do policial.

Verificou-se, no decorrer da implantação do PNSP que sua implementação implicaria também na necessidade de criação de uma cultura de monitoramento e avaliação da execução (resultados) e de uma efetiva prestação de contas à sociedade. Verificou-se, ainda que por pontos crítico podiam apontar: a) a não identificação de todos os atores envolvidos; b) a desarticulação entre esses atores; c) o desconhecimento de algumas instituições das suas vinculações ao PNSP; d) a falta de uma visão pró-ativa das instituições em relação ao PNSP; e e) a ausência de um enfoque gerencial para o PNSP.

Em fevereiro de 2001, foi elaborado o Relatório de Gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP/MJ, do Exercício de 2000, a respeito do 180 dias de PNSP. A ação nº 93 previa a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, o que veio a ocorrer por meio da Medida Provisória nº 2.029, de 20 de junho de 2000, convertida na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tendo por objetivo "apoiar projetos de responsabilidade dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, na área de segurança pública, e dos municípios, onde haja guardas municipais" (SENASP, 2001: 07). O artigo 4º da Lei expressa que

"Art. 4º O FNSP apoiará projetos na área de segurança pública, destinados, dentre outros, a:

I – reequipamento das polícias estaduais;

II – treinamento e qualificação de policiais civis e militares e de guardas municipais;

III – sistemas de informações e estatísticas policiais;

IV - programas de polícia comunitária;

V – polícia técnica e científica."(Brasil, 2001:)

O Relatório de Gestão dos 180 dias de aplicação do PNSP elaborado pela SENASP é claro ao afirmar que

“A capacitação profissional e o reaparelhamento das polícias são **metas do 12º compromisso do Plano Nacional de Segurança Pública**. Os recursos liberados aos estados e Distrito Federal estão sendo aplicados na modernização e treinamento das polícias, além da intensificação do policiamento e implantação da polícia comunitária.” (SENASP, 2001; 09)

Como principais atividades desenvolvidas e resultados alcançados no Programa Segurança do Cidadão, o Projeto de Treinamento para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (AD/BRA/98/D-32) teve por base três eixos norteadores: Missões de Estudo, Capacitação de Policiais e Materiais Didáticos. O projeto buscou recursos e pessoas adequados à proposta de capacitação do PNSP, cuja meta a alcançar é de 50 mil policiais treinados até dezembro de 2003, no âmbito do subprojeto de Treinamento de Especialista e Instrutores Policiais. A metodologia utilizada é a de formar multiplicadores em cada estado para obter melhores resultados.

O Balanço de 500 dias de PNSP– Balanço Consolidado de Destaques – ao se referir ao compromisso nº 07, na ação de nº 51⁴, relata como ação de execução

⁴ “51. Intensificação do Policiamento Integrado

permanente a implantação de cursos conjuntos de formação e aperfeiçoamento de policiais das duas instituições, em todos os níveis, adotando, quando for o caso, as Bases Curriculares para Profissionais de Segurança Pública desenvolvidas pelo Ministério da Justiça além da implantação de unidades de ensino para as duas polícias.

Em junho de 2001 foi editado novo relatório denominado Resultado de um Ano do Plano Nacional de Segurança Pública que traça, em um quadro demonstrativo, as ações no PNSP, o que foi feito e os resultados parciais alcançados (ANEXO A).

O FNSP conta com recursos do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 1,3 bilhão a serem destinados, até o ano 2002, aos itens acima. Financia projetos de capacitação nos estados, desde que estes se utilizem das Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão e que preencham os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Justiça para que sejam alcançados os objetivos do PNSP.

Quanto ao compromisso nº 12, em sua ação 94 “Apoio à Capacitação das Polícias Estaduais e Incentivo às Polícias Comunitárias”, destaca:

“Programa Federal de Treinamento de Especialistas e Instrutores Policiais, gerenciado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Prevê a realização de 118 cursos regionais (com participação de pelo menos dois policiais de cada estado) entre janeiro e dezembro de 2001, com vistas ao treinamento de 4000 policiais(...)” (SENASP, 2001 (c): 19)

Apoiar, inclusive financeiramente, estados que implantarem programas de policiamento integrados entre a Polícia Civil e Militar, prioritariamente para a Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Recife, Brasília e entorno, além de estimular a participação dos poderes públicos municipais nas atividades das polícias estaduais.” (Ministério da Justiça, 2000: 17)

Por fim, o Relatório de Gestão: Exercício 2001 elenca: a ficha técnica do Programa Segurança do Cidadão; rol com 17 ações realizadas; quadro síntese de dotações autorizadas para as aplicações do SENASP; relação de recursos descentralizados para os estados e para os municípios; relação de convênios e outros projetos; contando, ainda, anexos com quadro de detalhamento de despesas, informações adicionais sobre o Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG, sobre o Programa Federal de Treinamento dos Profissionais da Área de Segurança Pública e de Fluxo Financeiro de Projetos Financiados com Recursos Externos.

2.4 BASES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA DO CIDADÃO

As Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão - BC funcionam como ponto de partida e apoio para uma gestão flexível do currículo a ser aplicado em cada academia de polícia. Orientam, sem engessarem. Possibilitam o recebimento de recursos financeiros pelas polícias dos estados da federação.

Trata-se de um trabalho iniciado em 1998 e finalizado em 2000 com a participação de profissionais da área de segurança pública, educadores e acadêmicos de vários estados do país, realizado no âmbito do Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Após a análise externa e interna das organizações policiais, realizada em 1998 e retomada em 1999, as BC apontam como norteadores das ações que foram iniciadas:

- “- Redefinição de um perfil desejado para a orientar a formação do profissional da área de segurança do cidadão e, conseqüentemente, o delineamento dos cursos, bem como a composição das grades curriculares, dos conteúdos disciplinares e de instrumentos e técnicas de ensino e avaliação;
- elaboração de novos currículos para os cursos de formação dos profissionais da área de segurança do cidadão, que compatibilizem as necessidades das polícias da União e dos Estados, abrangendo: a necessidade de integração, técnicas mais eficazes de repressão e prevenção, o policiamento voltado para a relação polícia/comunidade, o exercício de valores morais e éticos e o fortalecimento dos Direitos Humanos;
- implantação de uma estrutura de ensino que valorize o aprendiz e os processos de aprendizagem, dando ênfase à dimensão atitudinal, por meio de atividades coletivas e técnicas de ensino que dinamizem o ato de aprender.” (BRASIL, 2000: 5/6)

O documento é estruturado em duas partes, delineando, ainda, o perfil desejado para os profissionais da área, os princípios pedagógicos e as dimensões do conhecimento, o desenho básico dos currículos, as matrizes pedagógicas e as temáticas centrais. A primeira parte trata dos princípios pedagógicos utilizados, das orientações de que se valeram para a construção das estruturas das matrizes pedagógicas. A segunda, traz o detalhamento do currículo indicado para a formação de policiais, que são denominados profissionais da área de segurança do cidadão.

Foi elaborado com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas, da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No Planejamento Plurianual do Governo Federal 2000/2003 as BC constavam do projeto Treinamento para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, que pertencia ao subprograma Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos - componente Formação de Quadros para Segurança Pública, do programa Modernização do Poder Executivo Federal.

O objetivo da proposta “é ser uma ferramenta de trabalho que auxilie a homogeneização dos cursos de formação e o planejamento curricular, com o propósito de assegurar o princípio de equidade no processo de formação, garantindo unidade de pensamento e ações adequadas às necessidades sociais vigentes.” (BRASIL, 2000: 06)

No documento, o foco é a segurança, a orientação e a proteção do cidadão, distanciando-se do objetivo de proteger o Estado em primeiro lugar. Faz-se uma distinção entre o profissional de segurança do cidadão e o profissional de segurança pública. O primeiro cultiva e aplica os valores coletivos e a cidadania como premissas para o servidor público, enquanto o segundo tem como missão a garantia da ordem pública do Estado e da sociedade.

O projeto de treinamento para profissionais da área de segurança do cidadão prevê o levantamento de necessidades e a compatibilização de currículos mais adequados às necessidades levantadas de acordo com a região em que venha a ser aplicado.

As BC traçam o perfil desejado para policiais, descrevendo competências que serão exigidas ao final do processo educacional. Competências são os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que esses profissionais devem ter introjetado em suas condutas diárias.

Para estudarem o perfil desejado para os policiais indagaram-se: Como devem ser esses profissionais?; Que papéis espera-se que eles desempenhem?; Como é a sociedade em que irão atuar? Por fim: Que competências deverão ter ao final de sua formação? Ao término do estudo concluíram que o tracejamento do perfil deveria ficar a cargo de cada uma das polícias estaduais.

São elencadas como competências básicas necessárias ao policial formado para atendimento ao cidadão: facilidade de apreensão; flexibilidade de raciocínio; objetividade; método/senso de organização; espírito de observação; faculdade de expressão oral e escrita; capacidade de interpretação; caráter responsável; capacidade para prevenir e adaptar-se a novas situações; percepção discriminativa e diferencial; reação rápida a estímulos; estabilidade emocional; capacidade de direção/espírito de coordenação; iniciativa; sociabilidade; memória associativa de nomes, fatos e fisionomias; descrição acentuada em assuntos confidenciais; vigor físico; eficiência sob esforço físico intenso e prolongado; entusiasmo profissional; lealdade; devotamento; capacidade de compartilhar informações; capacidade de trabalhar em equipe e, por fim, capacidade de resolver conflitos.

Ao final do processo de formação pelas BC, deseja-se que o policial capacitado:

- “-tenha sólidos conhecimentos capazes de compreender a diversidade de cenários e agir concernente com as normas legais nacionais e internacionais, notadamente as que referem-se aos Direitos Humanos;
- conheça e utilize técnicas que auxiliem os seus procedimentos, tomada de decisão e resoluções de conflito;
- esteja consciente de seu papel de cidadão responsável pela segurança, orientação e proteção dos outros cidadãos;
- saiba trabalhar em equipe;

- consiga relacionar-se com outros segmentos da segurança pública para ações articuladas e trabalho integrado;
 - seja receptivo e capaz de utilizar novas tecnologias;
 - busque e gere continuamente novas informações;
 - cultive hábitos de vida sadia;
 - mantenha contato mais direto com a comunidade;
 - trate a todos de acordo com os preceitos morais e éticos.”
- (BRASIL, 2000: 13/14)

Nelas são definidas, a partir de Libâneo (1994), as dimensões do conhecimento para que se privilegie o processo de aprendizagem em saber, saber fazer e querer fazer (ANEXO B). Nessas três dimensões são destacados objetivos, conteúdos, e a trilogia de perfil constituído pelo profissional, o institucional e o pessoal. (ANEXO C). O ponto de interseção entre essas três esferas representa o nível ótimo a ser alcançado após o processo de formação.

Segundo as BC, a abordagem pedagógica, baseada na construção de conhecimento, tem por princípios:

- “ 1.O profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, portador de múltiplas inteligências e com uma bagagem de experiências acumuladas, que poderá ser aproveitada mediante a interação com o grupo nos mais variados momentos.
- 2.O profissional em formação deve adquirir o desejo de aprender e para isto os docentes deverão utilizar recursos motivadores.
- 3.O profissional em formação aprenderá melhor fazendo.
- 4.O aprendizado deverá ser centrado em problemas e os problemas deverão ser reais.
- 5.A relação objetivo - conteúdo - metodologia deverá tomar como base o processo de aprendizagem.
- 6.Os métodos e técnicas utilizados deverão possibilitar a atividade mental no processo de construção do conhecimento. Entre os quais se destacam: a simulação e os estudos de caso.
- 7.O docente deve concorrer para *criar condições* onde possa ocorrer a aprendizagem, pois sem as mesmas não há ensino.

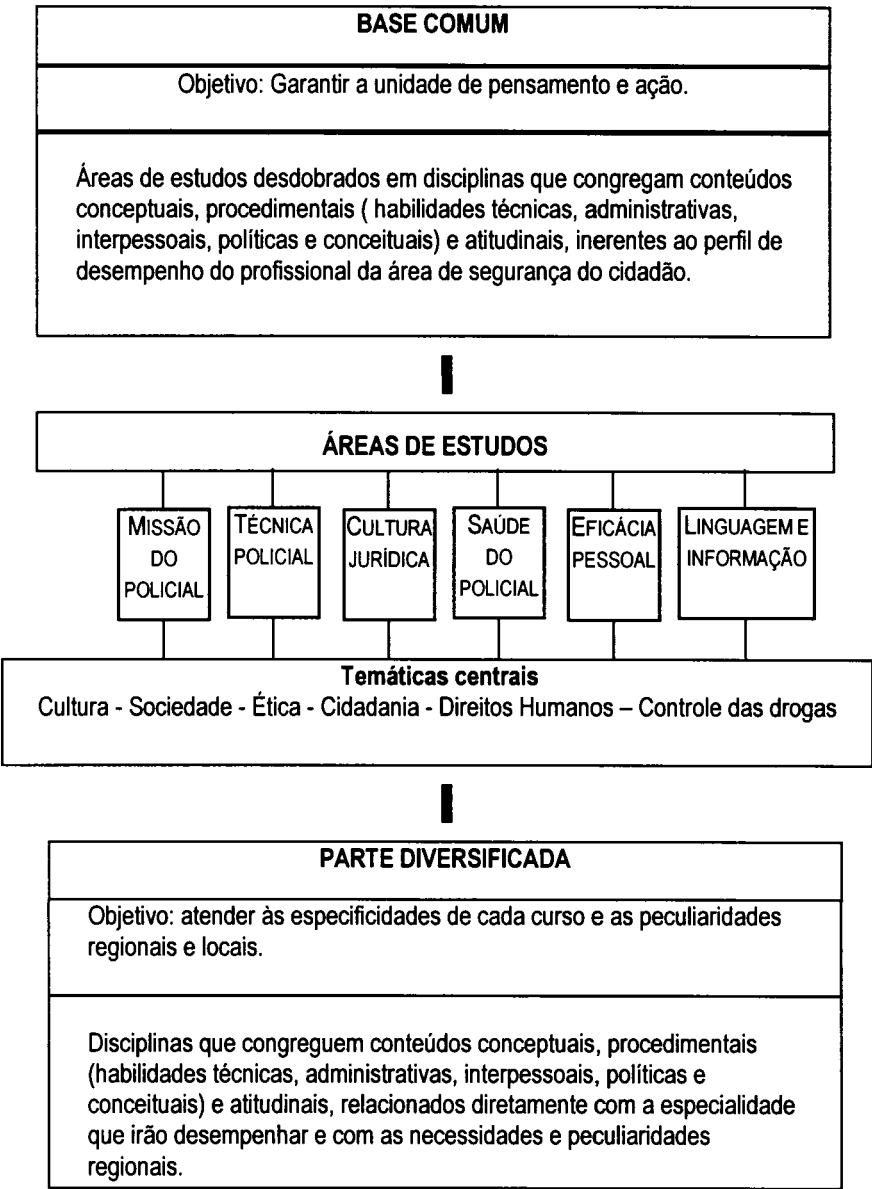
8. A intervenção do docente deverá fornecer *feedbacks* sobre o desempenho da ação do aprendiz no processo de construção do conhecimento.
9. A avaliação da aprendizagem deverá ser vista como processo. De modo que os instrumentos utilizados possam contribuir para que o profissional em formação possa direcionar ou redirecionar o seu processo de construção do conhecimento.” (MJ, 1999; 15)

O desenho do currículo apresentado pelas BC é composto por uma parte comum e outra diversificada. A parte comum, cuja recomendação para o total da carga horária é de que não seja menor que 380 horas aula e nem maior que 500 horas aula, destina-se a todos os cursos de formação e deve possuir conteúdo que reflita as três dimensões do conhecimento (saber aprender, saber fazer, saber). Nela, há seis áreas de estudos que são norteadas por seis temáticas centrais que as perpassam, elencando, dentro das áreas de estudo, 29 disciplinas (ANEXO D). Especial cuidado é ressaltado quanto ao emprego de armas e uso da força para a formação de profissionais policiais da área de investigação. Já a segunda parte, a diversificada, deve ser formulada pelas instituições de ensino com o objetivo de adaptar a formação do policial à realidade cultural da região onde trabalhará.

Não somente na segunda parte a adaptação à realidade regional deve ser observada, mas também durante o desenvolvimento da primeira parte do curso, utilizando estudos de casos e dinâmicas como estratégia de curso ou didática a ser adotada em cada disciplina. A técnica, a linguagem, a tecnologia a ser utilizada podem ser afetadas no conteúdo procedimental, no saber fazer.

A Figura 1, a seguir, demonstra a proposta de currículo das BC:

FIGURA 1
PROPOSTA DE CURRÍCULO PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
ÁREA DE SEGURANÇA DO CIDADÃO



FONTE: Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão–Brasília: Ministério da Justiça, 2000, p. 20

As matrizes pedagógicas são apresentadas de acordo com a Figura 2, a seguir, para cada uma das áreas e suas disciplinas:

FIGURA 2
MATRIZES PEDAGÓGICAS DAS BC

I - Perfil da Área de Estudo

- Perfil descrevendo de forma sintética a área de estudo e possibilitando a compreensão do conjunto de disciplinas/ objetivos que a compõem.

II - Componentes da área

1. Nome da disciplina

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

- Histórico da disciplina contendo uma relação com o contexto atual;
- diferentes abordagens teóricas sobre a disciplina;
- problemáticas que visa a levantar/responder;
- importância do seu estudo para a formação do profissional de segurança do cidadão;
- abordagens correlatas às especificidades a serem exigidas, dadas as atribuições que exercerá.

b) Objetivos

- Objetivos da disciplina.

c) Tópicos a serem abordados

- Tópicos e subtópicos essenciais que orientarão o conteúdo da disciplina.

d) Estratégias de ensino

- Estratégias de ensino que considerem a linha descrita nos princípios pedagógicos que estão contemplados nessa proposta e, portanto, privilegiam métodos e técnicas, bem como as novas tecnologias, coerentes com o processo de construção do conhecimento e adequados aos objetivos da disciplina.

e) Avaliação da aprendizagem

- Técnicas e instrumentos que possibilitem o profissional em formação receber *feedback* do seu desempenho para direcionar ou redirecionar o seu processo de construção do conhecimento.

f) Bibliografia sugerida

- Referências bibliográficas de livros, artigos e outros documentos que fundamentem os tópicos a serem estudados, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem, servindo de referenciais para a prática de ensino.

FONTE: Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão—Brasília: Ministério da Justiça, 2000, p. 22

Na base comum o futuro policial é tratado como uma só tropa de segurança para o cidadão em nível nacional. Pressupõe-se que a unidade na orientação da formação inicial para a carreira policial dentro do território nacional, baseado no critério de competências, favoreça a construção de um corpo de profissionais da área de segurança do cidadão.

Neste capítulo contextualizei a segurança pública e a polícia judiciária no âmbito da administração pública. Para tanto busquei a teoria sobre Estado e sua reforma, apresentei noções sobre segurança pública, polícia e polícia judiciária, além de falar sobre planejamento na área governamental. Em seguida foram analisadas as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão.

3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA CANDIDATOS À POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS – PEC-FGV/AM

Neste capítulo é apresentado o Programa de Educação Continuada para Candidatos à Polícia Civil do Estado do Amazonas – PEC-FGV/AM. Nele são oferecidos os princípios pedagógicos que orientaram a formulação das BC e, por fim o PEC-FGV/AM será analisado com base no Termo de Referência para Planejamento dos Cursos de Capacitação, elaborado pelo Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública - DCAASP da SENASP/MJ, em 2001.

3.1. O PEC-FGV/AM

A formulação do Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas – PEC-FGV/AM teve início em abril de 2001. À época, o então Secretário de Administração daquele Estado consultou a Fundação Getulio Vargas sobre a possibilidade de concretizar uma parceria visando à formação de 1.061 candidatos a policiais civis participantes de concurso público para o preenchimento de 886 vagas daquela Instituição, distribuídas em cinco cargos diferentes.

O concurso tinha como meta suprir 60 municípios com novos policiais civis, dos quais 10 seriam atendidos por Delegados de Polícia e, 50 por Comissários de Polícia, distribuindo-se os Peritos Criminais, os Escrivães de Polícia e os Inspetores de Polícia conforme as necessidades previamente levantadas pela administração local. Por isso, impunha-se a mesma formação para os referidos servidores públicos.

O pré-requisito legal para a ocupação dos cargos de Delegados e de Comissários de Polícia, e Peritos era a escolaridade de terceiro grau e para os Escrivães e os Investigadores a de segundo grau.

A Coordenação do Programa foi assim constituída: Coordenadora Geral: Profa. Sylvia Constant Vergara, Dra.; Coordenação Acadêmica: Prof. Celso de Oliveira Bello Cavalcanti, M. e Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro Zoraia Saint'Clair Branco Bonelli; Coordenação da Logística: Profa. Elaine Virgínia Constant Vergara, e as Administradoras Rachel Guilhon e Susana Pereira Marques.

Consultada, a Secretaria Nacional de Justiça informou que, até junho de 2001, não havia nenhuma legislação que regulamentasse o ensino policial, sendo as BC uma orientação para a construção de currículos para a formação desses profissionais, de acordo com as peculiaridades de cada Estado.

O documento de referência para o PEC-FGV/AM é a Carta aos Docentes (ANEXO E). Nele constam os dados necessários ao desenvolvimento do curso.

O Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública – DCAASP da SENASP/MJ elaborou, em 2001, um Termo de Referência para Planejamento dos Cursos de Capacitação para orientar os Estados federados na construção de processos formativos para policiais. A análise do PEC-FGV/AM será feita com base nesse Termo, visando o alinhamento com as sugestões do Ministério da Justiça.

Tal Termo é estruturado em: contextualização; preparo dos cursos; orientações pedagógicas; preparo do ambiente e registro da experiência.

A partir do item preparo dos cursos estruturei a análise que segue, explicando, preliminarmente, os princípios pedagógicos que orientaram os estudos referentes às BC e ao PEC-FGV/AM.

3.2. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Entende-se por pedagogia “A ciência que investiga a teoria e a prática da educação nos seus vínculos com a prática social global” (LIBÂNEO, 1994: 16). Trata-se de uma atividade social em que é planejada a formação ou a capacitação continuada de pessoas, por meio dos passos tradicionais do planejamento: o que, como, quando, por quem e para quem.

Tanguy, ao expressar-se sobre a formalização de uma pedagogia das competências, explica que pedagogia não assume somente o sentido de

“práticas de transmissão na escola, mas [de] toda a atividade social que engloba a seleção dos saberes a serem transmitidos pela escola, sua organização, sua distribuição em uma instituição diferenciada e hierarquizada, sua transmissão por agentes especializados e sua avaliação por métodos adequados.”(ROPÉ e TONGUY, 1997, 26).

A abordagem pedagógica proposta pelo Ministério da Justiça tem apoiado em propósitos que valorizam a construção do conhecimento, tendo como princípios:

- “1.O profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, portador de múltiplas inteligências e com uma bagagem de experiências acumuladas, que poderá ser aproveitada mediante a interação com o grupo nos mais variados momentos.
- 2.O profissional em formação deve adquirir o desejo de aprender e para isto os docentes deverão utilizar recursos motivadores.

- 3.O profissional em formação aprenderá melhor fazendo.
- 4.O aprendizado deverá ser centrado em problemas e os problemas deverão ser reais.
- 5.A relação objetivo - conteúdo - metodologia deverá tomar como base o processo de aprendizagem.
- 6.Os métodos e técnicas utilizados deverão possibilitar a atividade mental no processo de construção do conhecimento. Entre os quais se destacam: a simulação e os estudos de caso.
- 7.O docente deve concorrer para *criar condições* onde possa ocorrer a aprendizagem, pois sem as mesmas não há ensino.
- 8.A intervenção do docente deverá fornecer *feedbacks* sobre o desempenho da ação do aprendiz no processo de construção do conhecimento.
- 9.A avaliação da aprendizagem deverá ser vista como processo. De modo que os instrumentos utilizados possam contribuir para que o profissional em formação possa direcionar ou redirecionar o seu processo de construção do conhecimento.”(BRASIL, 2000 b: 15)

A proposta do MJ, assim como verificar-se-á na proposta da FGV, ressalta que aprendizagem e ensino são processos interdependentes, auxiliando o desenvolvimento mútuo. Depreende-se como uma das motivações para a elaboração das BC a necessidade da aplicação do método científico para a construção de conhecimentos no campo policial e, por conseguinte, a melhor qualificação dos profissionais dessa área, objetivando o desempenho de suas funções.

3.3. O PLANO DE CURSO

A análise da Carta aos Docentes do PEC-FGV/AM seguirá o roteiro para a elaboração de plano de curso do Termo de Referência do DCAASP. Serão analisados: a finalidade; o objetivos; o desenvolvimento; a grade curricular; a distribuição das vagas;

as atribuições e competências; prescrições diversas; local e período do processo de capacitação.

3.3.1. FINALIDADE

Este campo do Termo de Referência para Planejamento dos Cursos de Capacitação do DCAASP da SENASP/MJ “visa situar o plano dentro do contexto do projeto em que está inserido, descrevendo o alcance e a dimensão do curso” (DCAASP, 2001: 5).

A Carta aos Docentes, de autoria da Profa. Sylvia Constant Vergara, traz a informação sobre a finalidade do PEC-FGV/AM no título Fato Gerador do Programa da FGV:

“1. O fato gerador do Programa

O Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da sua Secretaria de Estado de Administração, estará promovendo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, cursos de formação de Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil. Tais cursos são parte integrante do Concurso Público para preenchimento de vagas nas categorias profissionais mencionadas e compõem o que designamos por Programa de Educação Continuada para Candidatos à Polícia Civil do Estado do Amazonas.

Os candidatos já submeteram-se a provas de conhecimentos gerais e específicos, bem como de títulos. Tendo sido aprovados, estão, agora, submetendo-se aos cursos aqui referidos. Durante tais cursos os candidatos serão avaliados, obtendo nota final que se somará às das provas mencionadas, para efeito da classificação final na seleção.” (FGV, 2001: 01)

Ali estão as informações necessárias à compreensão da motivação para a realização do Programa e de sua finalidade.

3.3.2. OBJETIVOS

O documento do DCAASP estipula que eles “Deverão ser divididos em gerais e específicos. Os gerais deverão ser elaborados voltados para a temática do curso frente às demandas sociais e os específicos deverão conter os aspectos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem pertinentes ao curso em questão” (DCAASP, 2001: 5).

No PEC-FGV/AM os objetivos gerais e específicos do processo de formação estão contemplados nos tópicos Fato gerador do Programa, transcrito, assim como na premissa da qual o PEC-FGV/AM partiu, a saber:

5. Premissa da metodologia e dos conteúdos

A premissa da qual parte não só a metodologia, como também os conteúdos, é a de que a Polícia Civil existe para servir à sociedade. E mais: que o Policial é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas ações, inserido que está num campo social. A imagem do Policial agente de governo precisa, então, ser substituída pela do Policial que conhece e reconhece a sociedade da qual faz parte neste mundo globalizado e à qual deve servir. A imagem da sociedade alienada de seus direitos, deve ser substituída pela da sociedade cada vez mais consciente de seus direitos e deveres. A imagem do indivíduo infrator reconhecido ou presumido, que não merece respeito, deve ser substituída pela do indivíduo que, mesmo reconhecidamente infrator, deve merecer do policial que este não perca seu equilíbrio emocional. As ações podem até utilizar a força física, se necessário, mas mesmo esta deve ser fundamentada numa ação inteligente, tanto do ponto de vista racional, quanto emocional.” (FGV, 2001: 5)

Assim o objetivo do PEC-FGV/AM foi contribuir para a formação desse tipo de policial.

3.3.3. DESENVOLVIMENTO

Este é o campo em que se deixa “claro as ações organizacionais e pedagógicas necessárias para a execução do curso” (DCAASP, 2001: 5).

No PEC-FGV/AM o desenvolvimento foi explicitado no tópico Metodologia a ser utilizada, que passo a transcrever.

“4. Metodologia a ser utilizada

A metodologia utilizada pelos docentes assume, nesses cursos, especial relevância. Ela deve levar os participantes à compreensão de que um trabalho policial é um trabalho de pesquisa científica. Assim, cada disciplina deverá enfatizar a necessidade de, na ação policial, clarificar-se qual é o problema em questão, como devem ser coletados dados e evidências empíricas para sua solução, bem como a necessidade de racionalidade sistemática para análise dos resultados e consolidação das conclusões. Isto caracteriza o método hipotético-dedutivo de se fazer ciência. Deve, também, alertar os participantes que as pessoas pensam e sentem diferentemente e, ao se expressarem, informam sua verdade (“Assim é se lhe parece”). Esta circunstância consubstancia o que em ciência designa-se por método fenomenológico. Por outro lado, é próprio do ser humano a contradição, não aquela deliberadamente buscada para confundir os ouvintes, mas a que é natural. O método dialético busca, então, identificar tais contradições, mapeá-las e, a partir daí, chegar à síntese, à conclusão sobre o fenômeno estudado.

A metodologia também deverá estimular a visão sistêmica, aqui entendida como a conexão entre diferentes áreas do saber para estudo de fenômenos sociais, a conexão entre diferentes instituições como, por exemplo, Polícia Civil e Polícia Militar, Polícia Civil e Poder Judiciário, assim como a conexão entre ações do Delegado, do Comissário, do Perito, do Escrivão e do Investigador.

Dinâmicas de grupo com simulações e estudos de casos policiais devem provocar a reflexão dos participantes, tornando-os membros ativos de seu processo de aprendizagem. A Profa. Zoraia Saint’Clair Bonelli poderá ajudá-los com casos policiais. A exposição do docente deverá ser dialogada e apenas servirá como provocadora, orientadora e consolidadora das dinâmicas de grupo.

Também deverão ser estimuladas, pelos docentes, leituras adicionais que tratem de temas da atualidade, mudanças que vêm ocorrendo nos campos político, social, cultural, econômico, informacional, tecnológico e dos valores pessoais, de modo a

provocar nos participantes a reflexão sobre seu estar no mundo e o papel que nele desempenham.” (FGV, 2001: 3/4)

Deve ser esclarecido que a FGV não poderia interferir no projeto pedagógico dos processos de capacitação da Academia de Polícia do Estado do Amazonas. Apesar do Programa ser de educação continuada, só alcançaria resultados satisfatórios em médio e longo prazos se o processo de capacitação tivesse continuidade.

3.3.4. GRADE CURRICULAR

A grade curricular é o local onde são registradas as “disciplinas com suas respectivas cargas horárias, bem como serem especificadas cada disciplina conforme os itens da matriz pedagógica” (DCAASP, 2001: 5).

A Matriz Pedagógica está descrita nas BC e no Termo de Referência que serve de orientação para esta análise. Nela encontram-se o nome da disciplina, carga horária e a descrição da disciplina contemplando os itens: enfoque; objetivos; tópicos a serem abordados; estratégias de ensino; avaliação de aprendizagem; bibliografia sugerida.

O PEC-FGV/AM apresentou as grades curriculares transcritas nas Figuras 3 e 4.

FIGURA 3

Estrutura do Curso de Especialização de Delegados, Comissários e Peritos: temas, atividades, carga horária e ementas

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CH |
|--------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| COMUM | | Aula inaugural | | 4 |
| COMUM | 1. Relação interpessoal | Comunicação interpessoal | Sociabilidade. Desenvolvimento da capacidade de interagir com pessoas. Processo de comunicação. Comunicação de maneira eficaz e eficiente | 8 |
| | | Ética e moral | Ética e moral. Moral e direito. Condições da solução ética dos problemas. Cidadania e construção moral. | 8 |
| COMUM | 2. O Estado brasileiro e as políticas de segurança | Relação Estado x Sociedade | Concepções de Estado. Serviços públicos essenciais. Violência e exclusão social. Cidadania e participação social. | 16 |
| | | Arcabouço jurídico das políticas de segurança | Determinações constitucionais. Legislação penal e processual penal vigente. Direito Administrativo e Administração Pública. Políticas de segurança. | 16 |
| COMUM | 3. Gestão integrada | Gestão de pessoas | Motivação e liderança. Trabalho em equipe. A busca de resultados | 16 |
| | | Gestão da logística | Fluxo de viaturas e pessoas. Suprimento e armazenamento de material. Serviços gerais. Controle e manutenção de bens móveis e imóveis. | 16 |
| | | Gestão da tecnologia | Tecnologias empregadas na identificação de delinqüentes. Tecnologias empregadas para salvaguarda dos sistemas. Sistemas possíveis de desenvolvimento para a área de segurança. | 16 |
| | | Gestão de recursos orçamentários | Tópicos de orçamento público. Gestão financeira. Relações da Polícia Civil com outros órgãos do Poder Executivo. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei de Responsabilidade Fiscal. | 16 |
| | | Gestão do marketing social | Projetos sociais. Relações polícia e comunidade. Parcerias. Eventos integrados. | 16 |
| COMUM | 4. Solução de problemas | O método científico | Definição do problema. Objetivos a atingir. Coleta e tratamento dos dados. Evidências e raciocínio sistemático. Conclusões. | 16 |
| | | Reuniões produtivas | Tipos de reuniões. Planejamento de reuniões. Apresentação de case. | 8 |
| | | Estatística | Estatística como fonte de informação. Controle da qualidade dos serviços policiais por meios estatísticos. | 16 |
| COMUM | 5. Palestras | As mudanças no mundo contemporâneo | | 4 |
| | | O tráfico na era da globalização | | 4 |
| | | Polícia e não discriminação | | 4 |
| | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | | 4 |
| | | Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal | | 4 |

| | | | | |
|---------------------|----------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| | | Ações governamentais na Amazônia Legal | | 4 |
| | | Organização policial | | 4 |
| | | Plano Nacional de Segurança Pública | | 4 |
| COMUM | 6. Coleta de dados | Investigação policial | Conceito e finalidade. Indícios e provas. Provas subjetivas e objetivas. Dados e informações. Tipos de investigação. Atores na investigação. | 32 |
| | | Inquérito policial | Conceito e finalidade. Valor probatório. Imprescindibilidade e nulidades no Inquérito policial. Atos e prazos. Aspectos procedimentais. Atores no Inquérito policial. Lei 9.099/95 e a polícia judiciária. | 24 |
| | | Recortes legais da ação policial | Normas constitucionais e atos da polícia judiciária. Legislação penal e processual penal. Atos normativos estaduais: leis, decretos, resoluções e portarias | 16 |
| COMISSÁRIO DELEGADO | 7. Instrumentos facilitadores | Processamento de dados | Banco de dados. Racionalização e disseminação de informações. Planilhas. Internet. | 16 |
| | | Redação | Tópicos de gramática. Correção, adequação e clareza na redação . | 16 |
| COMUM | 8. Abordagem Policial | Armamento e tiro | Tipos de armamento e identificação de armas de fogo. Segurança no manejo de armas. Prática de tiro. | 20 |
| Comissário delegado | | Defesa e uso da força | Níveis do uso da força legal. Técnicas de defesa pessoal. Revista. | 20 |
| | | Negociação | Conceitos. Atores na negociação. Interesses e critérios na negociação. Habilidades do negociador. | 16 |
| | | Planejamento da ação policial | Planejamento. Plano de segurança. Operações policiais. Rondas e seus diferentes tipos. | 16 |
| COMUM | 9. Visitas técnicas orientadas | Delegacia Policial (3) | | 12 |
| | | IML | | 4 |
| | | Perícia criminal | | 4 |
| | | Identificação datiloscópica | | 4 |
| PERITOS | 10. Perícia técnica | Visão sistêmica da perícia técnica | Estrutura dos institutos de perícia técnica. Princípios de criminalística. Perícias em pessoas e perícias em coisas. | 24 |
| | | Redação de laudos técnicos | Conceito. Estrutura de elaboração de laudos e autos. | 16 |
| | | Tipologia pericial | Exames periciais em locais de acidentes de trânsito, de engenharia, merceologia e jogos, em documentos, química, explosivos e inflamáveis. Papiloscopia. Técnicas de coleta de impressões digitais. | 24 |
| PERITOS | 11. Visitas técnicas específicas | Delegacia Policial | | 4 |
| | | IML | | 4 |
| | | Perícia criminal | | 8 |

| | | | | |
|-------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| | | Identificação civil | | 4 |
| COMUM | 12. Informações Complementares | Comunicação Policial | As telecomunicações e a informática. Comunicação por voz, texto, dados e imagem | 8 |
| COMUM | | Medicina Legal | Finalidade e importância. Identificação médico-legal. Perícias e documentos médico-legais. Traumatologia: morte violenta, morte natural, morte suspeita. Agentes vulnerantes: armas brancas, armas de fogo, ação térmica, ação elétrica, asfixiologia. Perinecropsia. | 8 |
| COMUM | 13. Geral | Orientação de Projeto | O projeto: tipos, características e composição estrutural. Citações bibliográficas. Estilo de redação. Apresentação gráfica. Normas da ABNT. | 8 |

FONTE: Carta aos Docentes do PEC-FGV/AM, p. 5\6.

FIGURA 4
Estrutura do Curso de Formação Básica de Escrivães e Investigadores: temas, atividades, carga horária e ementas

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CARGA HORÁRIA | DOCENTE |
|--------|---------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|
| COMUM | | Aula inaugural | | 4 | |
| COMUM | 1.Relação interpessoal | Comunicação interpessoal | Sociabilidade. Desenvolvimento da capacidade de interagir com pessoas. Processo de comunicação. Comunicação de maneira eficaz e eficiente. | 8 | |
| | | Ética e moral | Ética e moral. Moral e direito. Condições da solução ética dos problemas. Cidadania e construção moral. | 8 | |
| COMUM | 2. Políticas de segurança | Atendimento ao cidadão | Segurança Pública e cidadania. Violência e exclusão social. Satisfação dos cidadãos. Oportunidades de melhoria do atendimento policial à sociedade. | 8 | |
| | | Tópicos jurídicos de política de segurança | Missão constitucional do sistema de segurança pública. Legislação penal e processual penal vigente. Administração Pública. | 8 | |
| COMUM | 3. Gestão integrada | Gestão de pessoas | Motivação e liderança. Trabalho em equipe. A busca de resultados | 8 | |
| | | Gestão da tecnologia | Tecnologias empregadas na identificação de delinquentes. Tecnologias empregadas para salvaguarda dos sistemas. Sistemas possíveis de desenvolvimento para a área de segurança. | 8 | |
| | | Gestão do marketing social | Relações polícia e comunidade. Parcerias. Tópicos sobre projetos sociais. Participação em eventos integrados. | 8 | |
| COMUM | 4. Solução de problemas | O método científico | Definição do problema. Objetivos a atingir. Coleta e tratamento dos dados. Evidências e raciocínio sistemático. Conclusões. | 8 | |
| | | Reuniões produtivas | Tipos de reuniões. Planejamento de reuniões. Apresentação de case policial. | 8 | |
| | | Estatística | Estatística como fonte de informação. Controle da qualidade dos serviços policiais por meios estatísticos. | 8 | |
| COMUM | 5. Palestras | O tráfico nas era da globalização | | 4 | |
| | | Polícia e não discriminação | | 4 | |
| | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | | 4 | |
| | | Organização policial | | 4 | |
| | | Plano Nacional de Segurança Pública | | 4 | |

| | | | | | |
|--------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|--------------------|
| COMUM | 6. Coleta de dados | Investigação policial | Conceito e finalidade. Indícios e provas. Provas subjetivas e objetivas. Dados e informações. Tipos de investigação. Atores da investigação. | 1 | Investigador – 32h |
| | | | | | Escrivão – 16h |
| | | Inquérito policial. | Conceito e finalidade. Valor probatório. Imprescindibilidade e nulidades no Inquérito policial. Atos e prazos. Aspectos procedimentais. Atores no Inquérito policial. Lei 9.099/95 e a Polícia Judiciária. | 2 | Investigador – 16h |
| | | | | | Escrivão – 32h |
| | | Recortes legais da ação policial | Normas constitucionais e atos da Polícia Judiciária. Legislação penal e processual penal. Atos normativos estaduais: leis, decretos, resoluções e portarias. | 8 | |
| COMUM | 7. Abordagem policial | Armamento e tiro | Tipos de armamento e identificação de armas de fogo. Segurança no manejo de armas. Prática de tiro. | 20 | |
| | | Defesa pessoal e uso da força | Níveis do uso da força legal. Técnicas de defesa pessoal. Revista. | 20 | |
| COMUM | 8. Lógica gramatical | Redação | Gramática. Construção e interpretação de textos. Redação oficial. | 8 | |
| COMUM | 9. Visitas técnicas orientadas | Delegacia Policial | | 4 | |
| | | IML | | 4 | |
| | | Perícia criminal | | 4 | |
| | | Identificação civil | | 4 | |
| INVESTIGADOR | 10. Especificidade da função | Negociação | Conceitos. Atores na negociação. Interesses e critérios na negociação. Habilidades do negociador. | 8 | |
| | | Planejamento das ações | Planejamento. Plano de segurança. Operações policiais. Rondas e seus diferentes tipos. Defesa de terceiros. | 8 | |
| ESCRIVÃO | 11. Especificidade da função | Prática cartorial | Peças e livros cartoriais. Movimentação dos autos. Encaminhamento e documentos relativos aos institutos de perícia. Características da redação oficial policial. Redação de peças para o inquérito policial. Formas de tratamento. | 32 | |
| COMUM | 12. Informações complementares | Comunicação Policial | As telecomunicações e a informática. Comunicação por voz, texto, dados e imagem | 8 | |

FONTE: Carta aos Docentes do PEC-FGV/AM, p. 7/8.

Nas Figuras 3 e 4 constam o nome da disciplina com a indicação dos módulos a que pertencem, as respectivas cargas horárias e coluna para indicação dos docentes. Não são descritas as disciplinas, conforme orientação do DCAASP, contudo constam suas ementas. A sugestão de bibliografia foi sugerida no material didático, especialmente preparado para o Programa¹, por disciplina. As estratégias de ensino e o critério de avaliação da aprendizagem foram definidos de forma geral para todas as disciplinas. Os candidatos seriam submetidos a três provas ao término do curso.

No item Visão geral dos cursos a Carta aos Professores trouxe a estrutura do curso, sintetizando as grades acima, como segue:

“Candidatos a Delegados, Comissários e Peritos farão o Curso de Especialização, com 428 horas, sendo que 344 horas são comuns às três categorias. As 84 horas restantes serão distribuídas em cada uma dessas categorias. Assim, o curso tem um núcleo comum às três categorias e uma parte específica para Delegados e Comissários e outra para Peritos. Dito de outra maneira: Delegados e Comissários farão o mesmo curso.

Candidatos a Escrivães farão o Curso de Formação Básica com carga horária de 264 horas e de Investigadores o farão com 248 horas. O curso tem um núcleo comum às duas categorias e uma parte específica para cada uma delas.

Estão previstas as seguintes atividades: aula inaugural, aulas, palestras, mesas-redondas e visitas técnicas.” (FGV, 2001: 02)

3.3.5. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nesta fase indicam-se as “vagas disponíveis e como foram distribuídas entre as Unidades Federativas e entidades [que] participarão do curso” (DCAASP, 2001:5).

O PEC-FGV/AM detalhou este campo previsto no Termo, conforme Figura

5.

¹ Ver 3.3.6

FIGURA 5
Número de vagas e de candidatos do PEC-FGV/AM

| Nível | Cargo | Área | Número de vagas | Número de candidatos |
|----------|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------|
| Superior | Delegado de Polícia | | 035 | 040 |
| Superior | Comissário de Polícia | | 173 | 208 |
| Superior | Perito Criminal | Contabilidade, Economia, Administração, Química, Física, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Computação Científica e Análise de Sistema, Estatística, Engenharia Eletrônica, Engenharia Elétrica | 017 | 020 |
| Médio | Escrivão de Polícia | | 209 | 251 |
| Médio | Investigador de Polícia | | 452 | 542 |

FONTE: PEC-FGV/AM, 2001, p. 2.

O PEC-FGV/AM previu o total de 06 turmas para Delegados, Comissários e Peritos e 18 turmas para Escrivães e Investigadores, num total de 24 turmas.

3.3.6. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Este é o item que descreve as parcerias dos agentes e as atribuições dos atores envolvidos no processo de capacitação. Este campo não fez parte do documento Carta aos Docentes (FGV) no que tange às parcerias. Contudo, detalhou a responsabilidade e as normas para a elaboração do material didático que ficou a cargo dos docentes. Houve a necessidade de produção de material didático, apropriado à finalidade dos cursos de formação em tela, elaborado pelos professores convidados a participarem do programa, em virtude da falta de material publicado para a formação de profissionais desta área que abordassem os tópicos compatibilizados com as teorias das

outras áreas que deveriam integrar o curso. A orientação era no sentido da elaboração de textos com até 15 páginas para disciplinas de 8 horas e até 25 páginas para disciplinas de 16 horas ou mais, organizado da seguinte forma; (a) material de leitura obrigatória dos alunos, dos quais seriam extraídas as questões de prova; (b) material de leitura complementar.

Visando, entre outras necessidades, à maior integração entre as polícias civil ou judiciária e a militar ou ostensiva, como preconiza o PNSP, foram também convidados profissionais destas duas áreas para elaborarem os materiais didáticos e ministrarem as aulas em disciplinas do Programa.

3.3.7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Este é o local reservado para observações gerais com respeito ao curso.

Do PEC-FGV/AM constaram as seguintes prescrições:

“13. Informações complementares

- a. O docente receberá pagamento, por hora-aula ministrada. Deverá informar à coordenação do programa a condição de recebimento: se pessoa física ou pessoa jurídica.
- b. O programa fornecerá passagem aérea ao docente da cidade de origem até Manaus.
- c. Hospedagem e traslados serão de responsabilidade do programa.
- d. Será paga uma diária ao docente, para despesas de refeições.
- e. O docente deverá vacinar-se contra a febre amarela.
- f. O material didático deverá ser entregue até o dia 8 de junho, impreterivelmente, conforme o item 10 do presente.
- g. Cada docente deverá entregar em envelope lacrado, junto com o material didático (item 12), à Coordenação do Programa, situada na Fundação Getulio Vargas, Praia de Botafogo, 190, sala 527, aos cuidados do Prof. Celso de Oliveira Bello Cavalcanti, as cinco questões de múltipla escolha que deverão compor a avaliação da aprendizagem do participante.
- h. O material didático será organizado da seguinte forma; (1º) material de leitura obrigatória dos alunos, de onde sairão as questões de prova; (2º) material de leitura complementar; (3º) bibliografia recomendada.

- i. Não será disponibilizado equipamento de multimídia no curso;
- j. Pela manhã, as aulas terão início às 8 h da manhã, haverá um intervalo de 15 min às 10 h e o encerramento será ao meio dia; à tarde, as aulas iniciarão às 14 h, haverá um intervalo de 15min às 16 h e o encerramento se dará às 18 h. Os docentes deverão obedecer rigidamente os horários estabelecidos.
- k. No caso do docente ministrar a mesma disciplina para os dois cursos (Delegados, Comissários e Peritos; Escrivães e Investigadores) e a ementa for a mesma, o material poderá ser o mesmo. Entretanto, as questões de prova deverão ser diferenciadas, devido ao nível escolar dos participantes.” (FGV, 2001:10)

Como mencionado, o Programa contou com uma equipe técnica, de professores e especialistas, o que faria com que as disciplinas e palestras fossem ministradas pelos melhores profissionais do Brasil. Eles também colaboraram na crítica às ementas elaboradas pela coordenação do Programa. Foram contatados professores e pesquisadores de vários Estados como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Brasília, além de administradores públicos e pessoas de cargo eletivo nacional.

3.3.8. LOCAL E PERÍODO

O início dos cursos foi previsto para o dia 2 de julho e o encerramento de todas as atividades didático-pedagógicas para o dia 28 de setembro de 2001.

A primeira semana seria dedicada a atividades de integração e abertura oficial do programa. As aulas, propriamente ditas, teriam início no dia 9 de julho de 2001.

Em 6 de julho, a primeira semana de aula foi cancelada e em 12 do mesmo mês o coordenador, Prof. Celso Bello, a pedido da Profa. Sylvia Vergara, enviou aos demais participantes do Programa uma carta agradecendo seu comprometimento e comunicando o cancelamento do Programa.

3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PEC-FGV/AM

As BC explicitam pontos necessários para a implementação da proposta de currículo que apresenta. Depreende-se, portanto, que não basta à instituição policial estruturar um curso de formação ou ainda estabelecer parceria com outros órgãos para construir um programa de educação. Deve, também, observar: a) o planejamento institucional como contexto para a proposta curricular; b) a postura institucional pró-ativa; c) o conceito de educação continuada; d) a estrutura de ensino; d) o processo de seleção; e e) a criação de centros de excelência para essa área.

O currículo construído para a formação desses futuros policiais amazonenses tinha por objetivo final disponibilizar para a sociedade profissionais de segurança do cidadão que tivessem uma visão pró-ativa da situação criminal em seu Estado, dando-lhes a oportunidade de obter o domínio das competências elementares ao desenvolvimento de seu trabalho, com alta qualidade. Além de profissionais aptos a agir preventivamente² em relação ao cometimento de delitos de toda a espécie, deveria prestar-se a formar profissionais que saibam agir perante as diferentes classes sociais de forma a cumprir seu trabalho com imparcialidade, humanismo e segurança.

Um trabalho integrado que contasse com a participação de policiais, acadêmicos, pesquisadores do tema segurança pública, mas que fossem especialistas em suas áreas de concentração se fazia necessário. E a Fundação Getulio Vargas, por meio da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas tinha a possibilidade de

² O significado da terminologia “preventiva” ao se referir a policiais civis, significa que ao realizar investigações eficientemente e com eficácia, efetivas, portanto, a este corpo de profissionais está contribuindo de forma preventiva para que o autor do ato infracional não mais o pratique ou mesmo para que este trabalho possa prevenir a ocorrência de futuras ações delitivas.

realizar tal trabalho com grande aproveitamento de todos, conforme mencionado pelos próprios professores durante a reunião realizada na FGV-Rio no dia 13 de junho.

Na reunião, cuja pauta encontra-se no ANEXO F, presidida pela Professora Sylvia Vergara, foram esclarecidas dúvidas que ainda pudessem permanecer entre os professores convidados a participar do programa e que fariam o material didático para as aulas. Em 25 de junho realizou-se outra reunião, em São Paulo, presidida pela Delegada Zoraia Saint-Clair Branco Bonelli, com os Delegados de Polícia daquele Estado, que seriam membros do corpo docente, alguns dos quais, responsáveis pela elaboração do material didático de inquérito policial e investigação policial destinadas aos Delegados e Comissário de Polícia, bem como para os demais cargos. O objetivo foi o mesmo da primeira reunião.

Os cursos, segundo o Programa elaborado, deveriam abranger contextualizações de nível mundial e nacional confrontadas com as atividades policiais, além da formação específica para a atividade policial em si, fomentando também a reflexão sobre as relações institucionais entre as polícias, entre Polícia Civil e a Justiça, o Ministério Público, os advogados e o Sistema Penitenciário, além da relação Estado – Sociedade. Para Delegados e Comissários de polícia seria enfocada a gestão; para os Escrivães o correto uso do português, e para os Investigadores, o processo de investigação, incluindo o tema inteligência policial, tendo em vista suas atividades definidas por legislação específica.

Este capítulo apresentou o PEC-FGV/AM ao leitor, analisando-o segundo as orientações do Termo de Referência para Planejamento dos Cursos de Capacitação formulado pelo Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública - DCAASP, da SENASP/MJ. Apresentou, ainda, os princípios pedagógicos que orientaram o trabalho desenvolvido nas BC e no PEC-FGV/AM.

4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS BASES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA DO CIDADÃO E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA CANDIDATOS À POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa entre as BC e o PEC-FGV/AM, tendo em vista responder o problema deste estudo. Para tanto, foram elaboradas as seguintes comparações: Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM Delegados e Comissários de Polícia; Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM Peritos Criminais; Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM Escrivães Polícia; Relação das disciplinas das BC e do PEC-FGV/AM Investigadores de Polícia; Concepção do projeto pedagógico BC e PEC-FGV/AM; Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC Delegados e Comissários de Polícia; Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de estudo das BC Peritos Criminais; Enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de estudo das BC Escrivães Polícia; enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC Investigador de Polícia.

FIGURA 6
RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DAS BC E DO PEC-FGV/AM
DELEGADOS E COMISSÁRIOS DE POLÍCIA

| Nº | BC | | PEC-FGV/AM | | |
|----|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----|
| | ÁREAS DE ESTUDO | DISCIPLINAS | MÓDULOS | DISCIPLINAS | CH |
| 1 | 1. MISSÃO POLICIAL | Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão | AULA INAUGURAL (CH=4) | | 4 |
| 2 | | Sociologia do crime e da violência | 1. RELAÇÃO INTERPESSOAL (CH=16) | Comunicação Interpessoal | 8 |
| 3 | | Sistema de segurança pública no Brasil | | Ética e moral | 8 |
| 4 | | Fundamentos de Polícia Comunitária | 2. O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA (CH=32) | Relação Estado-Sociedade | 16 |
| 5 | | Qualidade em serviços | | Arcabouço jurídico das políticas de segurança | 16 |
| 6 | | Abordagem sócio-psicológica da violência | 3. GESTÃO INTEGRADA (CH=80) | Gestão de pessoas | 16 |
| 7 | | Ética e cidadania | | Gestão da logística | 16 |
| 8 | 2. TÉCNICA POLICIAL | Criminalística aplicada | | Gestão da tecnologia | 16 |
| 9 | | Arma de fogo | | Gestão de recursos orçamentários | 16 |
| 10 | | Defesa pessoal | | Gestão do marketing social | 16 |
| 11 | | Medicina Legal aplicada | 4. SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (CH=40) | O método científico | 16 |
| 12 | | Pronto socorrismo | | Reuniões Produtivas | 8 |
| 13 | 3. CULTURA JURÍDICA APLICADA | Introdução ao estudo do Direito | 5. PALESTRAS (CH=32) | Estatística | 16 |
| 14 | | Direito Civil | | As mudanças no mundo contemporâneo | 4 |
| 15 | | Direito Constitucional | | O tráfico na era da globalização | 4 |
| 16 | | Direito Penal | | Polícia e não discriminação | 4 |

| | | | | | |
|----|---------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------|-----|
| 17 | | Direito Processual Penal | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | 4 |
| 18 | | Direito Ambiental | | Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal | 4 |
| 19 | | Direitos Humanos | | Ações governamentais na Amazônia Legal | 4 |
| 20 | | Direito Administrativo | | Organização policial | 4 |
| 21 | | Legislação especial | | Plano Nacional de Segurança Pública | 4 |
| 22 | 4. SAÚDE DO | Saúde física | | Investigação policial | 32 |
| 23 | POLICIAL | Saúde psicológica | 6. COLETA DE DADOS (CH=72) | Inquérito policial | 24 |
| 24 | | Processo de tomada de decisão aplicado | | Recortes legais da ação policial | 16 |
| 25 | 5. EFICÁCIA PESSOAL | Relações interpessoais | 7. INSTRUMENTOS FACILITADORES (CH=32) | Processamento de dados | 16 |
| 26 | | Gerenciamento de crises | | Redação | 16 |
| 27 | 6. LINGUAGEM E INFORMAÇÃO | Português Instrumental | | Armamento e tiro | 20 |
| 28 | | Telecomunicações | 8. ABORDAGEM POLICIAL (CH=72) | Defesa e uso da força | 20 |
| 29 | | Técnica da Informação | | Negociação | 16 |
| 30 | | | | Planejamento da ação policial | 16 |
| 31 | | | 9. VISITAS TÉCNICAS ORIENTADAS (CH=24) | Delegacia Policial (3) | 12 |
| 32 | | | | Instituto Médico Legal | 4 |
| 33 | | | | Perícia Criminal | 4 |
| 34 | | | | Identificação datiloscópica | 4 |
| 35 | | | 10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (CH=16) | Comunicação Policial | 8 |
| 36 | | | | Medicina Legal | 8 |
| 37 | | | 11. GERAL (CH=8) | Orientação de Projeto | 8 |
| | CH TOTAL | ENTRE 380 E 500 | CH TOTAL | | 428 |

FIGURA 7
RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DAS BC E DO PEC-FGV/AM
PERITOS CRIMINAIS

| Nº | BC | | PEC-FGV/AM | | |
|----|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----|
| | ÁREAS DE ESTUDO | DISCIPLINAS | MÓDULOS | DISCIPLINAS | CH |
| 1 | 1. MISSÃO POLICIAL | Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão | AULA INAUGURAL (CH=4) | | 4 |
| 2 | | Sociologia do crime e da violência | 1. RELAÇÃO INTERPESSOAL (CH=16) | Comunicação | 8 |
| 3 | | Sistema de segurança pública no Brasil | | Ética e moral | 8 |
| 4 | | Fundamentos de Polícia Comunitária | 2. O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA (CH=32) | Relação Estado-Sociedade | 16 |
| 5 | | Qualidade em serviços | | Arcabouço jurídico das políticas de segurança | 16 |
| 6 | | Abordagem sócio-psicológica da violência | 3. GESTÃO INTEGRADA (CH=80) | Gestão de pessoas | 16 |
| 7 | | Ética e cidadania | | Gestão da logística | 16 |
| 8 | 2. TÉCNICA POLICIAL | Criminalística aplicada | | Gestão da tecnologia | 16 |
| 9 | | Arma de fogo | | Gestão de recursos orçamentários | 16 |
| 10 | | Defesa pessoal | | Gestão do marketing social | 16 |
| 11 | | Medicina Legal aplicada | 4. SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (CH=40) | O método científico | 16 |
| 12 | | Pronto socorrismo | | Reuniões Produtivas | 8 |
| 13 | 3. CULTURA JURÍDICA APLICADA | Introdução ao estudo do Direito | 5. PALESTRAS (CH=32) | Estatística | 16 |
| 14 | | Direito Civil | | As mudanças no mundo contemporâneo | 4 |
| 15 | | Direito Constitucional | | O tráfico na era da globalização | 4 |
| 16 | | Direito Penal | | Polícia e não discriminação | 4 |

| | | | | | |
|----|---------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|----|
| 17 | | Direito Processual Penal | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | 4 |
| 18 | | Direito Ambiental | | Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal | 4 |
| 19 | | Direitos Humanos | | Ações governamentais na Amazônia Legal | 4 |
| 20 | | Direito Administrativo | | Organização policial | 4 |
| 21 | | Legislação especial | | Plano Nacional de Segurança Pública | 4 |
| 22 | 4. SAÚDE DO POLICIAL | Saúde física | 6. COLETA DE DADOS (CH=72) | Investigação policial | 32 |
| 23 | | Saúde psicológica | | Inquérito policial | 24 |
| 24 | 5. EFICÁCIA PESSOAL | Processo de tomada de decisão aplicado | | Recortes legais da ação policial | 16 |
| 25 | | Relações interpessoais | 7. ABORDAGEM POLICIAL (CH=20) | Armamento e tiro | 20 |
| 26 | | Gerenciamento de crises | 8. VISITAS TÉCNICAS ORIENTADAS (CH=24) | Delegacia Policial (3) | 12 |
| 27 | 6. LINGUAGEM E INFORMAÇÃO | Português Instrumental | | Instituto Médico Legal | 4 |
| 28 | | Telecomunicações | | Perícia Criminal | 4 |
| 29 | | Técnica da Informação | | Identificação datiloscópica | 4 |
| 30 | | | 9. PERÍCIA TÉCNICA (CH=64) | Visão sistêmica da perícia técnica | 24 |
| 31 | | | | Redação de laudos técnicos | 16 |
| 32 | | | | Tipologia pericial | 24 |
| 33 | | | 10. VISITAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS (CH=16) | Delegacia Policial | 4 |
| 34 | | | | Instituto Médico Legal | 4 |
| 35 | | | | Perícia Criminal | 4 |
| 36 | | | | Identificação Civil | 4 |
| 37 | | | 11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (CH=16) | Comunicação Policial | 8 |
| 38 | | | | Medicina Legal | 8 |

| | | | | | |
|----|----------|-----------------|------------------|-----------------------|-----|
| 39 | | | 12. GERAL (CH=8) | Orientação de Projeto | 8 |
| | CH TOTAL | ENTRE 380 E 500 | CH TOTAL | | 424 |

FIGURA 8
RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DAS BC E DO PEC-FGV/AM
ESCRIVÃES DE POLÍCIA

| Nº | BC | | PEC-FGV/AM | | |
|----|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------------------|----|
| | ÁREAS DE ESTUDO | DISCIPLINAS | MÓDULOS | DISCIPLINAS | CH |
| 1 | 1. MISSÃO POLICIAL | Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão | AULA INAUGURAL (CH=4) | | 4 |
| 2 | | Sociologia do crime e da violência | 1. RELAÇÃO INTERPESSOAL (CH=16) | Comunicação Interpessoal | 8 |
| 3 | | Sistema de segurança pública no Brasil | | Ética e moral | 8 |
| 4 | | Fundamentos de Polícia Comunitária | 2. POLÍTICAS DE SEGURANÇA (CH=16) | Atendimento ao cidadão | 8 |
| 5 | | Qualidade em serviços | | Tópicos jurídicos de política de segurança | 8 |
| 6 | | Abordagem sócio-psicológica da violência | 3. GESTÃO INTEGRADA (CH=24) | Gestão de pessoas | 8 |
| 7 | | Ética e cidadania | | Gestão da tecnologia | 8 |
| 8 | 2. TÉCNICA POLICIAL | Criminalística aplicada | | Gestão do marketing social | 8 |
| 9 | | Arma de fogo | 4. SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (CH=24) | O método científico | 8 |
| 10 | | Defesa pessoal | | Reuniões Produtivas | 8 |
| 11 | | Medicina Legal aplicada | | Estatística | 8 |
| 12 | | Pronto socorrismo | 5. PALESTRAS (CH=20) | O tráfico na era da globalização | 4 |
| 13 | 3. CULTURA JURÍDICA APLICADA | Introdução ao estudo do Direito | | Polícia e não discriminação | 4 |
| 14 | | Direito Civil | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | 4 |
| 15 | | Direito Constitucional | | Organização policial | 4 |
| 16 | | Direito Penal | | Plano Nacional de Segurança Pública | 4 |

| | | | | | |
|----|---------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|-----|
| 17 | | Direito Processual Penal | 6. COLETA DE DADOS (CH=56) | Investigação policial | 16 |
| 18 | | Direito Ambiental | | Inquérito policial | 32 |
| 9 | | Direitos Humanos | | Recortes legais da ação policial | 8 |
| 20 | | Direito Administrativo | 7. ABORDAGEM POLICIAL (CH=40) | Armamento e tiro | 20 |
| 21 | | Legislação especial | | Defesa e uso da força | 20 |
| 22 | 4. SAÚDE DO POLICIAL | Saúde física | 8. LÓGICA GRAMATICAL (CH=8) | Redação | 8 |
| 23 | | Saúde psicológica | 9. VISITAS TÉCNICAS ORIENTADAS (CH=16) | Delegacia Policial | 4 |
| 24 | 5. EFICÁCIA PESSOAL | Processo de tomada de decisão aplicado | | Instituto Médico Legal | 4 |
| 25 | | Relações interpessoais | | Perícia Criminal | 4 |
| 26 | | Gerenciamento de crises | | Identificação civil | 4 |
| 27 | 6. LINGUAGEM E INFORMAÇÃO | Português Instrumental | 10. ESPECIFICIDADE DA FUNÇÃO (CH=32) | Prática cartorial | 32 |
| 28 | | Telecomunicações | 11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (CH=8) | Comunicação Policial | 8 |
| 29 | | Técnica da Informação | | | |
| | CH TOTAL | ENTRE 380 E 500 | CH TOTAL | | 264 |

FIGURA 9
 RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DAS BC E DO PEC-FGV/AM
 INVESTIGADORES DE POLÍCIA

| Nº | BC | | PEC-FGV/AM | | |
|----|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------------------|----|
| | ÁREAS DE ESTUDO | DISCIPLINAS | MÓDULOS | DISCIPLINAS | CH |
| 1 | 1. MISSÃO POLICIAL | Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão | AULA INAUGURAL (CH=4) | | 4 |
| 2 | | Sociologia do crime e da violência | 1. RELAÇÃO INTERPESSOAL (CH=16) | Comunicação Interpessoal | 8 |
| 3 | | Sistema de segurança pública no Brasil | | Ética e moral | 8 |
| 4 | | Fundamentos de Polícia Comunitária | 2. POLÍTICAS DE SEGURANÇA (CH=16) | Atendimento ao cidadão | 8 |
| 5 | | Qualidade em serviços | | Tópicos jurídicos de política de segurança | 8 |
| 6 | | Abordagem sócio-psicológica da violência | 3. GESTÃO INTEGRADA (CH=24) | Gestão de pessoas | 8 |
| 7 | | Ética e cidadania | | Gestão da tecnologia | 8 |
| 8 | 2. TÉCNICA POLICIAL | Criminalística aplicada | | Gestão do marketing social | 8 |
| 9 | | Arma de fogo | 4. SOLUÇÃO DE PROBLEMAS (CH=24) | O método científico | 8 |
| 10 | | Defesa pessoal | | Reuniões Produtivas | 8 |
| 11 | | Medicina Legal aplicada | | Estatística | 8 |
| 12 | | Pronto socorrismo | 5. PALESTRAS (CH=20) | O tráfico na era da globalização | 4 |
| 13 | 3. CULTURA JURÍDICA APLICADA | Introdução ao estudo do Direito | | Polícia e não discriminação | 4 |
| 14 | | Direito Civil | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | 4 |
| 15 | | Direito Constitucional | | Organização policial | 4 |
| 16 | | Direito Penal | | Plano Nacional de Segurança Pública | 4 |

| | | | | | |
|----|---------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|-----|
| 17 | | Direito Processual Penal | 6. COLETA DE DADOS (CH=56) | Investigação policial | 32 |
| 18 | | Direito Ambiental | | Inquérito policial | 16 |
| 19 | | Direitos Humanos | | Recortes legais da ação policial | 8 |
| 20 | | Direito Administrativo | 7. ABORDAGEM POLICIAL (CH=40) | Armamento e tiro | 20 |
| 21 | | Legislação especial | | Defesa e uso da força | 20 |
| 22 | 4. SAÚDE DO POLICIAL | Saúde física | 8. LÓGICA GRAMATICAL (CH=8) | Redação | 8 |
| 23 | | Saúde psicológica | 9. VISITAS TÉCNICAS ORIENTADAS (CH=16) | Delegacia Policial | 4 |
| 24 | 5. EFICÁCIA PESSOAL | Processo de tomada de decisão aplicado | | Instituto Médico Legal | 4 |
| 25 | | Relações interpessoais | | Perícia Criminal | 4 |
| 26 | | Gerenciamento de crises | | Identificação civil | 4 |
| 27 | 6. LINGUAGEM E INFORMAÇÃO | Português Instrumental | 10. ESPECIFICIDADE DA FUNÇÃO (CH=16) | Negociação | 8 |
| 28 | | Telecomunicações | | Planejamento das ações | 8 |
| 29 | | Técnica da Informação | 11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (CH=8) | Comunicação Policial | 8 |
| | CH TOTAL | ENTRE 380 E 500 | CH TOTAL | | 252 |

As quatro primeiras figuras deste capítulo relacionam as disciplinas previstas nas BC e aquelas previstas no PEC-FGV/AM para os cargos de Delegados e Comissários de Polícia, de Peritos Criminais e os de Escrivães e de Investigadores de Polícia. Os cargos de Delegados e Comissários de Polícia são tratados na mesma figura por terem a mesma grade curricular para formação. A diferença entre os cargos, conforme explicação dada à FGV, na época, consiste em que os primeiros desenvolvem suas atribuições em Delegacias da Capital e os outros em localidades mais distantes.

Nessas figuras verifica-se que as BC orientam os centros de formação a prepararem futuros policiais com os conteúdos inseridos em áreas de estudo, que são subdivididas em disciplinas. O PEC-FGV/AM foi estruturado em módulos que desdobram-se em disciplinas, palestras, visitas técnicas e orientadas. As BC não determinam carga horária para nenhuma disciplina em si. Elas demonstram a necessidade de se transmitir um determinado conteúdo ao “aluno” para que sejam desenvolvidas as competências estipuladas pelas BC. Tal posicionamento conduz ao entendimento de que esse conteúdo pode ser repassado aos futuros policiais sob o modelo de disciplinas, palestras, visitas técnicas ou orientadas, *workshops* ou sob qualquer outra estratégia.

É de se observar que as disciplinas da área de gestão elencadas no PEC-FGV/AM não se encontram referenciadas em nenhuma área de estudo das BC. Tal assunto vem sendo preocupação constante do Ministério da Justiça, conforme seminários de gestão promovidos pela SENASP/MJ dos quais se tem notícia por sua página na *internet*. Esse tema encontra-se na grade de todos os cargos. Eles teriam disciplinas relacionadas à gestão em seus currículos, o que demonstra um alinhamento

para a formação entre o Ministério da Justiça e a FGV, centro de excelência em formação de gestores em nível nacional e internacional.

As BC apontam como ideal uma carga horária entre 380 e 500 horas aula para a parte comum de um curso, sendo que para a parte específica não há recomendação de carga horária. Para os cargos de Delegado e Comissário de Polícia, como ambos têm a mesma grade curricular, a carga horária seria de 428 horas para um curso de especialização. Todos que cumprissem as exigências acadêmicas da FGV receberiam o certificado de aproveitamento em curso de especialização, mesmo os que não fossem aproveitados nas vagas mencionadas no capítulo 3 deste trabalho. Portanto, há compatibilidade de carga horária entre as BC e o PEC-FGV/AM para estes cargos.

O curso de especialização para Peritos Criminais do PEC-FGV/AM tinha previsão de carga horária de 424 horas, o que remete à conclusão de que o curso para este cargo também era compatível à carga horária sugerida pelas BC.

Para o curso de extensão para Escrivães de Polícia a previsão era de 264 horas aula no PEC-FGV/AM. Como as BC orientam no sentido da realização de cursos de, no mínimo, 380 horas aula, conclui-se a falta de 116 horas na montagem da grade curricular de formação para este cargo. Uma pergunta deve ser respondida: até que ponto estas 116 horas impediram que o conteúdo programático indicado nas BC não fosse repassado aos alunos?

Em relação ao curso de extensão com o objetivo de formar Investigadores de Polícia do PEC-FGV/AM, a carga horária perfaria 252 horas aula. A diferença para a orientação das BC é de 128 horas aula. Neste momento, complementando a pergunta realizada para a formação dos futuros Escrivães de Polícia cabe se perguntar se a formação para a missão específica para esses profissionais ficou comprometida.

FIGURA 10
COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DAS BC E DO PEC-FGV/AM

| BC | PEC-FGV/AM | COMENTÁRIOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Perfil desejado para profissionais da área de segurança do cidadão | Fato gerador do programa | As BC são orientações para se desenvolver um processo formativo para profissionais da área de segurança do cidadão, o PEC-FGV/AM é um projeto de formação desses profissionais no Estado do Amazonas. Por isso este é mais detalhado e específico em relação àquela. |
| Princípios pedagógicos e as dimensões do conhecimento | Número de vagas e candidatos | |
| Desenho básico dos currículos: base comum e parte diversificada | Visão geral dos cursos | |
| Outros pontos necessários para a implementação da proposta de currículo: planejamento institucional como contexto para a proposta curricular, postura institucional pró-ativa, programa de educação continuada, estrutura de ensino, processo de seleção, criação de centros de excelência | Metodologia a ser utilizada | |
| Disciplinas das matrizes pedagógicas por área de estudos contendo: perfil da área de estudo e componentes da área (disciplinas) | Premissa da metodologia e dos conteúdos | |
| Disciplinas detalhadas em: contextualização, objetivos, tópicos a serem abordados (unidade), estratégia de ensino, avaliação da aprendizagem, bibliografia sugerida por tópico a ser abordados (unidade) - esses elementos constam da descrição das disciplinas conforme necessidade de abordagem | Estrutura do curso de Especialização de Delegados, Comissários e Peritos: temas, atividades, carga horária e ementas | |
| | Estrutura do curso de formação básica de Escrivães e Investigadores: temas, atividades, carga horária e ementas | |
| | Total de turmas | |
| | Período dos cursos | |
| | Material didático | |
| | Ação docente | |
| | Avaliação da Aprendizagem | |
| | Informações complementares | |
| | Coordenação do Programa | |

A quinta figura compara as concepções de projeto pedagógico das BC à das PEC-FGV/AM.

Percebe-se que ambos os documentos são estruturados com base na educação de adultos, priorizando o desenvolvimento de competências, aproveitando-se das experiências de vida dos futuros profissionais. Ao iniciar o planejamento do curso de formação para os policiais que já tinham sido aprovados nas fases de provas houve a preocupação de se fazê-lo segundo uma concepção teórica e metodológica orientada para a educação de adultos, conhecida por andragogia ou pedagogia do adulto. Andragogia, porque se distingue da visão tradicional da pedagogia, pois tem identidade com o trabalho a ser desenvolvido pelas pessoas capacitadas por esse processo.

KAPP, professor primário na Alemanha do século XIX, deu origem ao termo andragogia. A educação de adultos assume uma dimensão política, pois inclui a conscientização do homem em sua inserção na sociedade, preparando-o para a produtividade.

Segundo o filósofo Rosenstok, andragogia também significou, na década de 30 do século XX, o processo pelo qual se dava apoio a adultos com dificuldades de adaptação ao processo de ensino. E, ainda, alguns autores denominaram de pedagogia social os serviços prestados a destinatários não atingidos pelo sistema educacional que utilizava os meios tradicionais. A idéia de educação permanente atual se identifica com a de andragogia e de pedagogia social.

Por educação permanente, Rios (1986: 876) entende o “conjunto de técnicas e conhecimentos inspirados na ciência social, destinado a promover socialmente uma população, acelerar processos de mudança e de desenvolvimento econômico ou levar uma comunidade de um nível menos humano a um outro mais humano”. Somente a

partir das décadas de 60 e 70 as expressões educação permanente, educação continuada e educação contínua substituíram o termo andragogia.

Prepara-se um adulto para o trabalho quando se sabe que ele deseja que ali, onde estará ao menos 40 horas úteis de sua semana, sejam satisfeitas suas necessidades humanas, desde as mais básicas como a segurança de um emprego público no qual as regras para desligamento são muito rígidas e assumem maior objetividade que na área privada, até as mais sublimes como o desejo de ser reconhecido por seu trabalho e por sua competência no desempenho das tarefas cotidianas. A maior eficácia no processo de capacitação para adultos está ligada a um estudo de perfil das características biofisiológicas, psicoemocionais, econômicas, sociais e políticas de seus destinatários.

Tendo em vista as BC serem uma orientação aos centros de formação, estas esclarecem dados como perfil desejado para profissionais de segurança do cidadão; disciplinas das matrizes pedagógicas por área de estudos contendo o perfil da área de estudo e componentes da área (disciplinas) assim como as disciplinas detalhadas em: contextualização, objetivos, tópicos a serem abordados (unidade), estratégia de ensino, avaliação da aprendizagem, bibliografia sugerida por tópico a ser abordados (unidade). Esses elementos constam da enumeração das disciplinas do PEC-FGV/AM.

FIGURA 11
ENQUADRAMENTO DAS DISCIPLINAS DO PEC-FGV/AM ÀS ÁREAS DE ESTUDO DAS BC
DELEGADOS E COMISSÁRIOS DE POLÍCIA

| ÁREAS DE ESTUDODAS BC | DISCIPLINAS PEC-FGV/AM* |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Missão policial | (D) Ética e Moral; (D) Relação Estado x Sociedade; (P) As mudanças no mundo contemporâneo; (P) O tráfico na era da globalização;; (P) Polícia e não discriminação; (P) Visão sistêmica das ações de segurança pública; (P) Organização Policial; (P) Plano Nacional de Segurança Pública. |
| Técnica policial | (D) Investigação policial; (D) Armamento e Tiro; (D) Defesa e uso da força; (D) Planejamento da ação policial; (V) 3 Delegacias Policiais; (V) Instituto Médico Legal; (V) Perícia Criminal; (V) Identificação Datiloscópica; (D) Medicina Legal. |
| Cultura jurídica aplicada | (D) Arcabouço jurídico das políticas de segurança; (P) Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal; (P) Ações governamentais na Amazônia Legal; (D) Inquérito policial; (D) Recortes legais da ação policial. |
| Saúde do policial | X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X |
| Eficácia pessoal | (D) Comunicação Interpessoal; (D) Gestão de pessoas; (D) Gestão da logística; (D) Gestão da tecnologia; (D) Gestão de recursos orçamentários; (D) Gestão do marketing social; (D) O método científico; (D) Reuniões produtivas; (D) Negociação. |
| Linguagem e informação | (D) Estatística; (D) Processamentos de dados; (D) Redação; (D) Comunicação Policial; (D) Orientação de Projeto. |

* Legenda: P→palestras, D→ disciplinas, V→visitas

FIGURA 12
ENQUADRAMENTO DAS DISCIPLINAS DO PEC-FGV/AM ÀS ÁREAS DE ESTUDO DAS BC
PERITOS CRIMINAIS

| ÁREAS DE ESTUDODAS BC | DISCIPLINAS PEC-FGV/AM* |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Missão policial | (D) Ética e Moral; (D) Relação Estado x Sociedade; (P) As mudanças no mundo contemporâneo; (P) O tráfico na era da globalização.; (P) Polícia e não discriminação; (P) Visão sistêmica das ações de segurança pública; (P) Organização Policial; (P) Plano Nacional de Segurança Pública. |
| Técnica policial | (D) Investigação policial; (D) Armamento e Tiro; (V) 3 Delegacias Policiais; (V) Instituto Médico Legal; (V) Perícia Criminal; (V) Identificação Datiloscópica; (D) Visão sistêmica da perícia técnica; (D) Redação de laudos técnicos; (D) Tipologia Pericial; (V) Delegacia Policial; (V) Instituto Médico Legal; (V) Perícia Criminal; (V) Identificação civil; (D) Medicina Legal. |
| Cultura jurídica aplicada | (D) Arcabouço jurídico das políticas de segurança; (P) Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal; (P) Ações governamentais na Amazônia Legal; (D) Inquérito policial; (D) Recortes legais da ação policial. |
| Saúde do policial | X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X |
| Eficácia pessoal | (D) Comunicação Interpessoal; (D) Gestão de pessoas; (D) Gestão da logística; (D) Gestão da tecnologia; (D) Gestão de recursos orçamentários; (D) Gestão do marketing social; (D) O método científico; (D) Reuniões produtivas. |
| Linguagem e informação | (D) Estatística; (D) Comunicação Policial; (D) Orientação de Projeto; (D) Redação de laudos técnicos |

* Legenda: P→palestras, D→ disciplinas, V→visitas

FIGURA 13
ENQUADRAMENTO DAS DISCIPLINAS DO PEC-FGV/AM ÀS ÁREAS DE ESTUDO DAS BC
ESCRIVÃES DE POLÍCIA

| ÁREAS DE ESTUDODAS BC | DISCIPLINAS PEC-FGV/AM* |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Missão policial | (D) Ética e Moral; (D) Atendimento ao cidadão; (P) As mudanças no mundo contemporâneo; (P) O tráfico na era da globalização;; (P) Polícia e não discriminação; (P) Visão sistêmica das ações de segurança pública; (P) Organização Policial; (P) Plano Nacional de Segurança Pública. |
| Técnica policial | (D) Investigação policial; (D) Armamento e Tiro; (D) Defesa e uso da força; (D) Planejamento da ação policial; (V) Delegacia Policial; (V) Instituto Médico Legal; (V) Perícia Criminal; (V) Identificação Civil; (D) Prática Cartorial. |
| Cultura jurídica aplicada | (D) Tópicos jurídicos de política de segurança; (D) Inquérito policial; (D) Recortes legais da ação policial. |
| Saúde do policial | X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X |
| Eficácia pessoal | (D) Comunicação Interpessoal; (D) Gestão de pessoas; (D) Gestão da tecnologia; (D) Gestão do marketing social; (D) O método científico; (D) Reuniões produtivas; . |
| Linguagem e informação | (D) Estatística; (D) Processamentos de dados; (D) Redação; (D) Comunicação Policial. |

* Legenda: P→palestras, D→ disciplinas, V→visitas

FIGURA 14
ENQUADRAMENTO DAS DISCIPLINAS DO PEC-FGV/AM ÀS ÁREAS DE ESTUDO DAS BC
INVESTIGADOR DE POLÍCIA

| ÁREAS DE ESTUDODAS BC | DISCIPLINAS PEC-FGV/AM* |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Missão policial | (D) Ética e Moral; (D) Atendimento ao cidadão; (P) As mudanças no mundo contemporâneo; (P) O tráfico na era da globalização;; (P) Polícia e não discriminação; (P) Visão sistêmica das ações de segurança pública; (P) Organização Policial; (P) Plano Nacional de Segurança Pública. |
| Técnica policial | (D) Investigação policial; (D) Armamento e Tiro; (D) Defesa e uso da força; (D) Planejamento da ação policial; (V) Delegacia Policial; (V) Instituto Médico Legal; (V) Perícia Criminal; (V) Identificação Civil; (D) Planejamento das ações. |
| Cultura jurídica aplicada | (D) Tópicos jurídicos de política de segurança; (D) Inquérito policial; (D) Recortes legais da ação policial. |
| Saúde do policial | X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X – X |
| Eficácia pessoal | (D) Comunicação Interpessoal; (D) Gestão de pessoas; (D) Gestão da tecnologia; (D) Gestão do marketing social; (D) O método científico; (D) Reuniões produtivas; (D) Negociação. |
| Linguagem e informação | (D) Estatística; (D) Processamentos de dados; (D) Redação; (D) Comunicação Policial. |

* Legenda: P→palestras, D→ disciplinas, V→visitas

O enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC nas quatro diferentes grades curriculares construídas são analisadas nas figuras de número 11, 12, 13 e 14.

No segundo capítulo deste trabalho, a Figura 1 demonstra as áreas de estudos das BC perpassando todas as temáticas centrais para as disciplinas da Base Comum. As Temáticas Centrais têm por objetivo

“nortear as teorias e práticas abordadas nas disciplinas dos cursos de formação, perpassando todos os conteúdos, servindo de eixos para a problematização dos objetos de estudo e de contexto para as informações, possibilitando que o aprendiz desenvolva as capacidades cognoscitivas e aja de forma condizente com as exigências que a sociedade impõe hoje.”
(BRASIL, 2000: 24)

Seguindo este entendimento, a grade curricular de um curso de formação para profissionais da área de segurança do cidadão deverá conter disciplinas que contemplassem os temas: cultura; sociedade; ética; cidadania; direitos humanos e controle de drogas.

Foram analisados os enquadramentos das disciplinas da PEC-FGV/AM às áreas de estudo das BC a partir da identificação das ementas das disciplinas do PEC-FGV/AM confrontadas com o perfil da área de estudo das BC.

A Figura 15 elenca os perfis das áreas de estudo, conforme descritas nas BC.

FIGURA 15
PERFIL DAS ÁREAS DE ESTUDO DAS BC

| ÁREAS DE ESTUDO | PERFIL DA ÁREA DE ESTUDO |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Missão Policial | Permitir que o aprendiz conheça a dinâmica básica associada à missão de segurança do cidadão. O aluno deve se capaz de identificar os fundamentos políticos, éticos e filosóficos de sua atividade, o contexto sociológico, psicológico e cultural responsável pela emergência do fenômeno da violência e da criminalidade e o contexto organizacional da prestação de serviço de segurança ao cidadão, seja do ponto de vista da sua organização e da qualidade de seu produto, seja do ponto de vista da integração sistêmica das organizações de Justiça Criminal. |
| 2. Técnica Policial | Abordar métodos e técnicas utilizados pelos profissionais da área de segurança do cidadão, bem como a integração entre diversas áreas de conhecimento e as especificidades presentes, dentro do pressuposto da atuação desses profissionais de forma integrada e eficiente, além de sua adequação aos requisitos colocados pelo Estado de Direito democrático. |
| 3. Cultura Jurídica Aplicada | Permitir ao aluno o conhecimento necessário para a interpretação e a classificação da legislação brasileira, naquilo que compete à sua atuação e aos limites a ela colocados, enquanto profissional da área de segurança do cidadão. |
| 4. Saúde do Policial | Propiciar uma reflexão sobre a importância da saúde física e psicológica, através do estudo de temáticas relacionadas a essas condições, bem como o desenvolvimento de uma atitude preventiva em relação às doenças que possam advir do exercício de suas atividades. |
| 5. Eficácia Pessoal | Desenvolver habilidades de negociação, persuasão e mediação, mesmo diante de situações que envolvam ansiedade, nervosismo e pressão. |
| 6. Linguagem e informação | Apresentar subsídios ao profissional da área de segurança do cidadão no sentido de auxiliá-lo no uso da informação estratégica à sua atividade profissional, seja através da comunicação oral, das telecomunicações, ou através da sistematização de banco de dados e de informações geo-referenciadas. |

FONTE: Elaborado a partir das BC/SENASP/MJ

Nenhum dos cursos formulados pelo PEC-FGV/AM abordava a quarta área temática: saúde do policial. Cabe a pergunta: até que ponto esta lacuna representa uma falha no programa feito pela FGV? Talvez seja uma deficiência a ser corrigida em futuros programas, tendo em vista melhorar a qualidade do mesmo. Contudo, há que se ter em mente que esta área de estudo, ao ter por objetivo a reflexão sobre tais questões, indica que a instituição deva ter uma infra-estrutura instalada que atenda à saúde do

policial nas duas esferas: a psicológica e a física. Não depende somente do profissional ter saúde; as condições de trabalho assim como os meios para reparar possíveis danos à saúde física e psicológica do profissional devem ser objeto das atenções da organização.

Quanto à relação entre a carga horária e o comprometimento do conteúdo a ser ministrado pelo PEC-FGV/AM, não há qualquer prejuízo ao formando a ausência do *quantum* de horas apurado durante a análise das Figuras 3 e 4.

São quatro os argumentos que apresento. Primeiro, pelo que se pode observar das figuras 13 e 14, o enquadramento das disciplinas do PEC-FGV/AM às Áreas de Estudo das BC para os cargos de Escrivão e de Investigador de Polícia, somente a área de estudo saúde do policial não foi contemplada, reportando o leitor aos comentários já realizados. O segundo argumento diz respeito aos conteúdos previstos para as demais áreas de estudo, ressaltando as de missão e técnica policial, além da de cultura jurídica aplicada; essas são elementares para o desempenho das atividades policiais, pois esses conteúdos são exclusivamente policiais e necessários à vida profissional no ambiente que os alunos encontrariam. O terceiro diz respeito à área de estudo denominada eficácia pessoal: vimos ser uma preocupação do MJ a formação para a área gerencial, apesar de não contemplada pelas BC; ao relembrar as competências descritas no segundo capítulo deste trabalho, verifica-se que o PEC-FGV/AM demonstrou sensibilidade a esta necessidade do mundo atual. O quarto e último argumento relaciona-se com o fato de o PEC-FGV/AM ter em seu quadro de docentes, profissionais das mais diversas áreas de atuação: policiais civis, militares e federais; advogados e pesquisadores de renome; professores mestres e doutores em suas

especialidades. Desta forma, o PEC-FGV/AM propôs ampla formação, desenvolvendo, assim, o maior número de competências como é manifestado na BC.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA

Estaria o plano de curso de formação de profissionais de polícia judiciária do Estado do Amazonas, com o título de Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores - PEC-FGV/AM, atendendo às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão elaboradas pelo Ministério da Justiça?

O presente estudo foi realizado para responder a essa questão. A suposição de que o PEC-FGV/AM atendia às Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão elaboradas pelo Ministério da Justiça – BC foi confirmada. A suposição foi confirmada. O PEC-FGV/AM atendia às BC, embora não tivesse contemplado o item referente à saúde do policial. Em compensação, obrigou a discussão sobre gestão, preocupação do Ministério da Justiça.

Para responder à questão proposta foi necessária a apreciação de quatro questões prévias, a título de objetivos intermediários.

O primeiro objetivo intermediário tratou de resgatar os princípios constitucionais da polícia e o seu significado em relação à formação policial. Tratou-se, no segundo capítulo, do aspecto constitucional da organização policial brasileira. A CRFB, em seu artigo 144, respectivos parágrafos e incisos, determina a missão de cada uma das polícias, especificando as atividades precípuas que devem desenvolver. O objetivo na Carta Magna é de que a ordem pública seja mantida. Verificou-se que o Ministério da Justiça vem assumindo, desde 2000, o entendimento de que as organizações policiais devem fazer a segurança do cidadão e não segurança pública em seu sentido estrito. Naquele, o foco é o cidadão e não a ordem pública em seu sentido

jurídico. O que significa dizer: o importante é que o cidadão se sinta seguro para viver em sua localidade e não simplesmente que ele tenha assegurada a manutenção do ordenamento jurídico onde vive.

A CRFB, artigo 165, I, §1º, traz em seu texto a determinação de que o Poder Executivo, nas 3 esferas, realize Plano Plurianual, que inclui três anos do período da gestão que o faz e um ano do próximo governo. O PNSP, também analisado no mesmo capítulo, tratou da questão no que se refere à segurança pública. Cabe lembrar os princípios constitucionais que regem a administração pública no artigo 37, *caput* da CRFB: 1) legalidade, onde o administrador público só pode e deve fazer o que expresso no ordenamento jurídico positivo; 2) impessoalidade, pois o administrador público não precisa agir com imparcialidade, sem seguir suas emoções e amizades; 3) moralidade, uma vez que ele, além de agir conforme a lei, tem que ter uma postura de ética pública perante o Estado e seus cidadãos; 4) publicidade, que determina serem todos os atos públicos, ou seja, deverá haver divulgação e possibilidade de fácil localização dos registros dos atos praticados pelo administrador público e, por fim, o princípio da efetividade, como determina a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, expressando o dever do ocupante de cargo ou função pública alcançar os resultados pretendidos pela Administração com a melhor forma de gestão.

O segundo objetivo intermediário consistiu em analisar as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão propostas pelo Ministério da Justiça destinadas à formação policial brasileira. Isso feito no segundo capítulo.

O terceiro objetivo intermediário era analisar a proposta do Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas, o que foi efetivado no terceiro capítulo. O PEC-FGV/AM foi descrito e analisado segundo o Termo de Referência para Planejamento dos Cursos de Capacitação, elaborado pelo Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública - DCAASP da SENASP/MJ, em 2001.

Por fim, o último objetivo intermediário foi comparar as Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão com o Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas, que é realizado no quarto capítulo.

O Programa elaborado pela FGV recebeu o nome de Programa de Educação Continuada para Candidatos a Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas. Esta denominação deveu-se ao fato de que tais profissionais já tinham tido cursos específicos anteriores, como de Direito, por exemplo, e, portanto, viu-se o Programa como uma continuação, se considerarmos educação como um processo permanente, não como um produto. O PEC-FGV/AM tratava de proporcionar uma primeira aproximação com conteúdos que os ajudariam a resolver problemas cotidianos com os quais conviveriam, caso fossem aprovados dentro do número de vagas existentes. Registrei no terceiro capítulo desta dissertação a necessidade de que a instituição policial desenvolva meios e estrutura para proporcionar a continuidade da capacitação de seus profissionais.

Há duas defesas. Este Programa conferiria a todos os participantes um certificado emanado de entidade conceituada nacional e internacionalmente, tanto do ponto de vista técnico quanto humano, e assim, os cursistas estariam saindo dali com uma capacitação para a vida e não somente para atividades policiais no Estado do Amazonas, o que lhes abriria portas em um mercado de trabalho altamente competitivo. Por outro lado, para os que estivessem aptos à nomeação e efetivamente fossem nomeados para pertencer aos quadros da Polícia Civil do Estado do Amazonas teriam tido a oportunidade de ter contato com outras áreas, estimulando-lhe a busca necessária e vital por conhecimento mais aprofundado no decorrer de suas vidas funcionais.

O PEC-FGV/AM, todavia, não se efetivou por motivos que fogem ao escopo desta dissertação, pois o Estado do Amazonas preferiu meio próprio para a formação de seus futuros policiais civis.

Um trabalho de pesquisa científica não se esgota em si mesmo. Durante a elaboração do estudo pôde-se encontrar outros questionamentos que as limitações impostas à pesquisadora impediu que fossem averiguados.

Aponto algumas sugestões para pesquisas que não pertenciam ao escopo deste trabalho. São elas:

a) pedagogia das competências:

O Ministério da Justiça elaborou as BC a partir de um rol de competências para profissionais de segurança do cidadão, que estão fundamentadas em três pontos: profissional, pessoal e institucional. Atualmente, há pesquisadores da área pedagógica desenvolvendo estudos sobre o que já está sendo intitulado pedagogia das competências.

A formação por competências pressupõe que o profissional estará apto a concorrer a postos de trabalho diversificados. O profissional competente, sob esse enfoque, terá desenvolvido a capacidade de se manter em atividade laboral constantemente, ou seja, manterá sua empregabilidade. Pressupõe-se, ainda, que serão definidos padrões de avaliação e de remuneração para os profissionais que atingirem metas pré-estabelecidas.

A segurança pública é tipificada como área exclusiva do estado pelo PDRAE, e nessa condição não é possível que seus servidores concorram a postos no mercado de trabalho privado. Sugiro a realização de um estudo que verifique até que ponto a pedagogia das competências é aplicável à formação e à qualificação de servidores das áreas exclusivas de Estado.

b) estudo de caso sobre a implantação das BC nas Academias de Polícia:

As BC configuram orientações à formação de um novo conceito de policial. Nesse conceito incluem-se a cidadania e o profissionalismo dos servidores que provêm a segurança pública no Brasil.

Em alguns estados federados como no Rio Grande do Sul, como tive a oportunidade de verificar ao visitar suas Academias de Polícia em 2000, as BC são o guia para a elaboração dos currículos de formação de policiais civis e militares.

Uma pesquisa que exponha como tem se dado a aplicação das BC nos centros de formação seria útil na análise das mudanças que porventura

sejam necessárias. Outro aspecto relevante neste estudo refere-se à análise sobre o impacto dos profissionais com esta formação na sociedade.

- c) rede formada por escolas de governo e centros de excelência na formação de gestores públicos:

As academias de polícia vêm construindo conhecimento específico há décadas. Estas “escolas de governo” vêm formando e capacitando os policiais dos estados federados. Grande parte do corpo docente é composta de policiais mais experientes e estudiosos dos temas que lecionam.

Policiais desenvolvem atividades de gestão além das jurídicas e das estritamente policiais como armamento e tiro, defesa pessoal, técnicas de investigação policial, policiamento ostensivo, entre outras. A formação para a gestão pública pode ser mais bem construída caso os centros de formação policial dos estados federados interajam com centros de excelência em formação de gestores públicos. Talvez isso signifique uma revolução cultural tanto nas instituições de ensino privado ou público quanto nas Academias de Polícia, porém a sociedade tem muito a se beneficiar com esta nova articulação que teria o objetivo central de difundir conhecimento.

Uma proposta é a de cruzamento de dados extraído de uma pesquisa de perfil sócio-econômico-cultural dos servidores de segurança pública com outra sobre as demandas destes mesmos profissionais em nível

pessoal, profissional e institucional. Tal proposta visa a conhecer a realidade em que vivem para viabilizar propostas de melhorias estruturadas, coordenadas e eficazes;

- d) estudo comparado dos processos formativos de policiais em diferentes países

Entre policiais diz-se que “polícia é polícia em qualquer lugar do mundo”. Esse comentário é feito por policiais brasileiros, alemães, argentinos, japoneses, onde quer que haja policiais. Tratam-se como membros de uma só família sempre que reunidos em qualquer evento.

Ainda que a estrutura de estado e da cultura local de cada povo seja diversificada, a polícia é uma função estatal que protege vidas, patrimônios e bens cuja proteção seja de interesse para a sociedade. Um estudo comparado dos modelos de formação de policiais traria novos insumos para a qualificação de servidores policiais.

O serviço de segurança pública passa por grandes modificações, tendo que se aprimorar e conviver com planejamento e melhoria contínua da qualidade de seu produto. Como se preparar para isso?

Muitas são as partes interessadas em que o sistema de segurança pública seja eficaz e eficiente, logo, todas deveriam participar do planejamento de suas atividades e, para tanto, teriam que se organizar o Estado e a sociedade civil.

Este trabalho, elaborado por uma policial, pretende incentivar mais pessoas da própria instituição a estudarem de forma científica, analisando e reforçando os

valores que façam a organização prestar cada vez melhores serviços à população que atende.

BIBLIOGRAFIA

ADEODATO, João Maurício. IN: **Revista CEJ/Centro de estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal** – n.7. abril/99 Brasília: CJF, 1999.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 1989.

BONELLI, Zoraia Saint'Clair Branco. **Apostila de curso para recrutas na 1ª Companhia Independente da Polícia Militar**. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989. Série Legislação Brasileira

_____. **Código Tributário Brasileiro. Organização Juarez de Oliveira, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992. Série Legislação Brasileira.**

_____. Projeto de Lei nº 4.254, de 1998. Altera dispositivos do Código de Processo Penal referentes aos procedimentos policiais e dá outras providências. **AdePol Notícias**, Ano XIV, n.73, abril/maio – 99. Rio de Janeiro: AdePol Notícias, 1999.

_____. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Governo Federal, 2000 a.

_____. **Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão**. Brasília: Secretaria nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, 2000 b.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2000 c.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000 d.

_____. Medida Provisória nº 2.029, de 20 de junho de 2000. **Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de arma de fogo, e dá outras providências**. 2000 d.

_____. Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001. **Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências**.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, aparelho de Estado e Sociedade Civil**. Textos para discussão, nº 4. Brasília: MARE/ENAP, 1995.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

COBRA, Coriolano Nogueira. **Manual de Investigação Policial**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

DCAASP - Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública da SENASP/MJ. **Termo de Referências para Planejamento dos Cursos de Capacitação**. Brasília: MJ, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Conhecimento como Vantagem Comparativa. **Revista FAE**. Curitiba, v.2, n.1, jan./abr., 1999, p.1-11.

DINIZ, Cládice Nóbile. **Gestão da Informação e Sistema de Informações Policiais em uma Delegacia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Uma Abordagem Organizacional** –. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1997. 400 p.

FGV - Fundação Getulio Vargas. Carta aos Docentes. Rio de Janeiro, 2001.

FLEURY, Sonia. Reforma Administrativa: discutindo os instrumentos. IN: **Revista de Administração Pública** vol. 31, nº 5, set/out 1997. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

GARCIA, Ismar Estulano. **Procedimento Policial: Inquérito**. Goiânia: AB, 1991.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 9ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: ATLAS, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HOLANDA, Nilson. **A Experiência Brasileira de Acompanhamento e Avaliação de Planos e Programas Governamentais**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Apostila do MBA em Controle Externo.

JESUS, Damásio E. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva, 1986.

KITCHELL, Raymond E. Planejamento: Um Sistema para Ação. IN **Revista de Administração Pública**, nº 01, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1967.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1983. cap. 2.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LASSO, Euclides Evans. **Un Sistema para el desarrollo de la capacitación de la policia civil del Estado de Rio de Janeiro**. –. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro: 1998. 217 p.

MATTOS, César. Reinventando o Governo, de David Osborne e Ted Glaeber. IN: **Revista de Administração Pública**, nº 29 (2). Rio de Janeiro: Getulio Vargas, abr/jun 1995, p.193-200.

MEHMERI, Adilson. **Inquérito Policial (Dinâmica)**. São Paulo: Saraiva, 1992.

MELLO E SOUZA, Nelson. O Planejamento Econômico no Brasil: considerações críticas. IN: **Revista de Administração Pública**, nº 4. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, II sem. 1968, p. 66, 1968.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: MJ, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto M. **Avaliação na administração pública: eficiência, eficácia e efetividade**. mimeo, s/d

OLIVEIRA, Ari Batista de. **Andragogia: Facilitando a aprendizagem**. Brasília: SESI. Série SESI-Educação do Trabalhador, 1999.

ORMOND, Derry, LÖFFLER, Elke. A Nova Gerência Pública. **Revista do Serviço Público**, ano 50, nº 2, abr-jun, 1999

PEREIRA, Armando dos Santos. Investigação – Polícia é isso. **AdePol Notícias**. Ano XII, n. 70, outubro/97. Rio de Janeiro: AdePol, 1997.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Mais de 126 anos de inquérito policial. Perspectiva para o futuro. **AdePol Notícias**. Ano XII, n. 70, junho/julho-98. Rio de Janeiro: AdePol, 1998.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001

RIO EM PAZ. **Relatório**. Rio de Janeiro: O DIA, 1997.

RIOS, J. A. Pedagogia Social. In **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

ROPÉ, Françoise, TANGUY, Lucie. **Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa**. Campinas: Papyrus, 1997.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. Desempenho e Controle na Reforma Administrativa. **Textos para Discussão ENAP.nº 8**, setembro. Brasília: /MARE/ENAP, 1996

SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório de Gestão**, exercício de 2000. Brasília: MJ, 2001. (a)

_____. **Resultado de um Ano do Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: MJ, 2001 (b)

_____. **Balanco Consolidado de Destaques. Resultados dos 500 dias de execução**. Brasília: MJ, 2001 (c)

SESI. Série Educação do Trabalhador. Programa Educação do Trabalhador Vol 1, 2 3. CNI/SESI, 1999

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

SIDOU, J. M. Othon. **Dicionário Jurídico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 13 ed. São Paulo: Jolovi, 1989.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

<http://www.iamnet.com/users/vitae/arti.htm>. Planificación Popular, Adaptabilidade Situacional e Inserción Social. Ana María Castellano. 28/06/01

<http://www.fiocruz.br/cict/teses/tes292.htm> CICT Catálogo de Teses – Dissertações de Mestrado, 28/06/2001.

<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/noda/cap3.html>. Planejamento Estratégico. 28/06/01.

http://www.mj.gov.br/Senasp/senasp/bibliot_encontro.htm. grupo verde

<http://www.mj.gov.br/acs/releases/2002/fevereiro>. Presidente Fernando Henrique reage a críticas ao Plano Nacional de Segurança Pública. 07/02/02

http://www.mj.gov.br/Sensp/senasp/int_conceitos.htm. Conceitos básicos em Segurança Pública. 26/09/2001.

<http://www.ucm.es/info/eurotheo/d-colino1.htm> Método Comparativo. Em 21/12/01

ANEXO A

QUADRO SIMPLIFICADO DE UM ANO DO

PNSP

POR COMPROMISSOS

QUADRO SIMPLIFICADO DE UM ANO DO PNSP POR COMPROMISSOS

COMPROMISSO Nº 1 - Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado

Com 72 operações iniciadas, já sob a orientação do Plano, a Polícia Federal reforça sua atuação contra o crime organizado, em todo o país. Na Amazônia, principalmente nas áreas de fronteira, estão em andamento ações de repressão, que visam, entre outros objetivos, localizar pistas de pouso clandestinas, fiscalizar aviões e embarcações e desarticular o crime organizado.

| AÇÃO NO PNSP | O QUE JÁ FOI FEITO | RESULTADOS PARCIAIS |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1- Assinatura dos Projetos PROMOTEC e PRO-AMAZÔNIA | ● Foi assinado acordo c/ o Governo Francês que viabiliza recursos na ordem de 425 milhões de dólares, p/ os Projetos Promotec e Pro-Amazônia | ► Polícia Federal dotada de recursos e Investindo em tecnologias informacionais e permitindo a repressão mais eficaz do Crime, na região Amazônica. |
| 2- Mais 21 novas Delegacias da Polícia Federal | ● Inauguradas 18 novas delegacias da Polícia Federal: BA (1); ES (1); GO (1); MG (3); MT (1); PE (1); PR (1); RJ (2); RO (1) e SP (6) | ► A serem inauguradas: Cruzeiro do Sul (AC); Volta Redonda (RJ); Chapecó (SC) ► Construção das sedes das Superintendências Regionais de Alagoas, Goiás, Santa Catarina e São Paulo. |
| 3 - Investimentos em equipamentos | ● Foram adquiridas 900 viaturas novas, entre camburões e veículos para operações especiais. | ► Aumentada a capacidade do patrulhamento de fronteira e ampliadas as operações ostensivas de combate ao crime organizado. |
| 4- Aumento de Quadros da PF | ● Adotadas as providências administrativas para o provimento de 300 cargos de Agente da Polícia Federal e 20 de papiloscopista e enviado o Projeto de lei criando mais 2000 novos cargos . | ► Concluída a primeira etapa de seleção para o provimento de 300 cargos já existentes e aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei de criação de 2000 novos cargos da PF. Já sancionados pelo Presidente. |
| 5- Vigilância de Fronteiras | | ► Reforço de efetivo na fronteira com a Colômbia, p/ |

| | | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6- Operação de Combate ao Crime Organizado | <p>● Deu-se início à Operação Cobra, a partir da cidade de Tabatinga – Base Anzol.</p> <p>● Realizadas no Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Pará e Pernambuco operações de desarticulação de focos do crime organizado</p> | <p>impedir ingresso de guerrilheiros, narcotraficantes, armas e drogas. Criado, no Rio de Janeiro, o Núcleo Marítimo para atuar na Baía de Guanabara.</p> <p>► 293 Inquéritos Policiais instaurados e 58 pessoas presas, indiciadas por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisas. Apreendidos 906 kg de esmeraldas, equivalentes a 54 milhões de dólares e 20 mil dólares em material de informática.</p> |
| 7 - Repressão a entorpecentes | <p>● Realizadas várias operações especiais de rotina para erradicação da maconha e sua apreensão</p> | <p>► Erradicados pés de maconha em PE, BA e MA e apreendidos, em operações integradas, 97.021.000,00g de maconha e 1.592 kg de cocaína. Intensificação das operações de rotina, resultou na retirada do mercado de 407,7 toneladas de maconha e 42 mil comprimidos de "Ecstasy"</p> |
| 8 – Integração Operacional das Policiais | <p>● Realizadas oito operações integradas, envolvendo os 26 estados e o Distrito Federal, com as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar.</p> | <p>► Envolvidos 45 mil homens, aproximadamente, na repressão conjunta ao crime. Obs.: 8ª Operação: apreendidas 109 armas de fogo, 239 munições, presas 47 pessoas em flagrante, registradas 5 ocorrências de mercadores contrabandeadas, apreendidos 9,5 kg de cocaína e 91,5 kg de maconha. DPRF: apreensão de 230 kg de maconha e 388 veículos (blitz em nível nacional) SC: 32 operações integradas no âmbito da Grande Florianópolis. PB: 11 operações integradas na Grande João Pessoa (Operação Zangão V, Saturação policial, blitz e batida policial) e 3 operações policiais em grandes eventos, na cidade de Campina Grande. MS: apreensão pelo DPRF de mais de uma tonelada de maconha, 16 kg de cocaína e 87 veículos. DF: 159 operações de intensificação do policiamento integrado.</p> |

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>9 – Criação do Sistema Prisional Federal</p> <p>Informações adicionais no que se refere ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico.</p> | <p>● Definidas as três Unidades da Federação que receberão as primeiras penitenciárias federais do país: SP; AC;DF</p> <p>Vários estados se destacaram com ações nessa área, envolvendo as polícias civil e militar, entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001.</p> <p>● Realizada a operação “Tocantins Contra o Crime” em todos os municípios do Estado do Tocantins.</p> | <p>► Unidade do Acre funcionando, com 40 prisioneiros, inclusive Hildebrando Pascoal</p> <p>DF: 4 operações integradas entre PC e PM com vistas à intensificação do policiamento ostensivo, 214 operações de saturação em áreas críticas.</p> <p>MT: 21 operações conjuntas no Estado visando o combate ao tráfico de drogas, apreensão de drogas (1537,15 g de cocaína e 10,133,28 g maconha), de armas (89), redução da criminalidade(512 pessoas presas e 592 procedimentos instaurados) , recuperação (200) e apreensão (03) de veículos.</p> <p>SP: apreensão de entorpecentes: 1.455,00 kg; nº ocorrências: 291.996; nº intervenções: 1.422.288; pessoas presas em flagrante: 4.780, procurados capturados: 373;</p> <p>SC: apreendidos cerca de 2.545 kg de cocaína, 26,34 kg de maconha, 1 balança e 1 prensa; presas 12 pessoas, através dos respectivos mandados judiciais; expedidos 24 mandados de prisão; interdição de 1 campo de pouso clandestino; desmantelamento de 2 quadrilhas que operavam com desmanche de veículos (apreensão de 3 veículos furtados); apreensão de 1 caminhão com chassi adulterado; instaurados 40 inquéritos policiais militares.</p> <p>TO: presas 12 pessoas em flagrante e 02 pessoas foragidas da Justiça; apreendidos 64 veículos e 06 armas de fogo.</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 2 - Desarmamento e controle de armas</p> | | |
| <p>1 - Exportação de Armas de Fogo para Países Limítrofes.</p> | <p>● A Receita Federal propôs a elevação da alíquota com vistas a gravar as exportações para países da América do Sul e Central, inclusive Caribe, evitando-se assim o</p> | <p>► Publicado o Decreto Nº 3.586/2000, elevando em 150% a alíquota do Imposto de Exportação incidente sobre armas, munições e seus acessórios para esses Países</p> |

| | | |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>2 – Recolhimento de armas ilegais</p> | <p>contrabando de armas.</p> <p>● Foram realizadas operações para recolhimento e apreensão de armas de fogo em vários estados. Em dezembro: DF: 78 armas apreendidas GO: 40 armas apreendidas SC: 428 armas apreendidas SP: 2.305 armas apreendidas</p> | <p>► Apreendidos, desde o início do Plano, 3.039 armas, 30.000 cartuchos de munição e 321 granadas.</p> <p>► Formada Comissão composta por representantes da SSP/RJ; Ministério da Defesa (1º Região Militar); Polícia Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, visando coibir a utilização de granadas.</p> |
| <p>3– Campanhas de Desarmamento</p> | <p>● Foram realizadas pelo Ministério da Justiça/SEDH e Sociedade Civil duas campanhas publicitárias, na televisão, pelo desarmamento.</p> | <p>► Campanha “Abaixe essa Arma”, pela Ong Viva Rio e a Campanha Nacional “Arma x Arma” (rádio, TV e 300.000 cartazes sensibilizando as Comunidades escolares para o problema da violência nas escolas)</p> |
| <p>4 – Implantação do Sistema Nacional de Armas (SINARM)</p> | <p>● Cadastro e registro de todas as armas expedidas</p> | |

COMPROMISSO Nº 3 - Repressão ao roubo de cargas e melhoria da segurança nas estradas
A Polícia Rodoviária Federal ampliou sua atuação nas rodovias federais, realizou dezenas de operações especiais integrada com a Polícia Federal.

| | | |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1 - Patrulhamento nas estradas</p> | <p>● Ações de intensificação de rondas e patrulhamento foram realizadas pela Polícia Rodoviária Federal em diversos pontos críticos de rodovias federais.</p> | <p>► Recuperados até agora, pela Polícia Rodoviária Federal, 1.646 veículos furtados</p> |
| <p>2 – Repressão ao roubo e à receptação de cargas.</p> | <p>● Foram feitas apreensões de mercadorias oriundas de roubo de cargas ou contrabando.</p> | <p>Em Santa Catarina, foram atendidas 4.476 ocorrências nas operações de socorro a vítimas de crimes ou acidentes</p> <p>► Recuperadas mercadorias no valor de 36 milhões de reais</p> |
| <p>3 – Fiscalização nas Rodovias</p> | <p>● Foi realizada a Operação Centro Oeste II (Catalão/Uberlândia), no período de 17 a 28 de janeiro de 2001.</p> | <p>Em SC foi apreendido 1 caminhão com 13.000 kg de matéria-prima e 383 pneus. Realizada operação veraneio em SC, voltada à segurança turística.</p> <p>Veículos: 20 apreendidos, 8 recuperados, 1.250 fiscalizados; armas: 1 apreendida; ocorrências: 1 roubo de carga, 5 crimes contra o patrimônio e 5 CNH's falsificadas; cargas apreendidas: 10 ton. de alimentos, 15 caixas de agrotóxicos, 9 equipamentos hospitalares e 15</p> |

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Com referência às ações executadas pelo DENATRAN, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concurso para Placas de Sinalização das Rodovias Federais - O Processo Licitatório do Sistema RENAVAM continua suspenso por ato do Poder Judiciário. <p>Campanhas Educativas</p> <p><u>Projetos Aprovados pelo CONTRAN</u>, em fase de execução, nos seguintes ministérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transportes: Projeto PARE 2000 - assinado o Termo Aditivo nº 001/2000, prorrogando a vigência do Convênio para 28/03/2001; - Transportes: Projeto MERCOSUL - Conclusão prevista para 2001; - Trabalho e Emprego - Foi assinado o Termo Aditivo nº 001/2000, prorrogando a vigência do Convênio para 31/04/2001; - Educação - Conclusão prevista | <p>● Em outubro, a SENASP realizou curso de “Técnicas de Identificação Veicular e Documental.</p> | <p>ton. de combustível.; crimes ambientais: 2 animais silvestres apreendidos.</p> <p>► A Polícia Rodoviária Federal, em uma operação conjunta entre as polícias Civil e Militar do Espírito Santo e de Minas Gerais, prendeu ontem 15 acusados de pertencer a uma quadrilha especializada em assaltar ônibus de turismo das linhas entre cidades do leste de Minas e o Espírito Santo</p> <p>► formados 128 policiais rodoviários federais, civis, militares e agentes estaduais de trânsito”, orientados para a recuperação de veículos furtados e roubados.</p> <p>- Registro Comum de Veículos Automotores no MERCOSUL: integração ao sistema RENAVAM prevista para o 1º bimestre de 2001.</p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| para 28/02/2001. O projeto do Ministério da Saúde foi aprovado, porém, será desenvolvido no exercício de 2001. | No DF, o Departamento de Trânsito efetuou várias ações de controle do trânsito | Foram realizadas 431 presenças em pontos críticos das vias, resultando 226 veículos apreendidos e 427 CNHs suspensas, instaladas 810 placas de sinalização, implantados 3.864,41 m ² de sinalização horizontal, instalação de 6.262 tachas e 1.054 tachões. |
| COMPROMISSO Nº 4 – Implantação do Subsistema de Inteligência e Segurança Pública | | |
| 1 - Implantar o Subsistema de Inteligência e Segurança Pública. | <p>● Foram adotadas, pelo Gabinete Institucional da Presidência, as medidas administrativas para elaboração do Decreto criando o Subsistema de Segurança Pública.</p> <p>● Novo Decreto foi elaborado para alteração do primeiro, com vistas a incluir a Polícia Rodoviária Federal e serviços de inteligência do Ministério da Fazenda.</p> | <p>► Criado o Subsistema de Inteligência e Segurança Pública com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, no tocante a estatísticas e seu contexto, em todo o País. Publicado o Decreto Nº 3448/2000.</p> <p>► O Ministério da Justiça passa a ter competência para organizar e coordenar o Subsistema.</p> |
| COMPROMISSO Nº 5 - Ampliação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas | | |
| 1 - Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas | ● Foi repassado em 2000 o montante de R\$ 1,174 milhão do governo federal, além de recurso extra de R\$ 5 milhões. | ► duplicada a rede atual de atendimento e incluídos novos indivíduos e mantidas as 328 testemunhas atuais |
| 2 – Capacitação dos Agentes de Proteção a Testemunha | ● Foram realizadas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em Parceria com ONG's, oficinas de capacitação dos agentes operadores dos programas de proteção. | ► Três oficinas de treinamento: realizadas, beneficiando 150 pessoas da rede de proteção. |

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3 – Programa Réu Colaborador | <p>● Ações de intercâmbio também foram promovidas entre as equipes dos estados que operam o Programa.</p> <p>● Realizado Seminário Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas</p> <p>● A Polícia Federal deu início a duas operações, com vistas a garantir a integridade física do réu colaborador e sua Família.</p> | <p>► 85 pessoas do Programa aproveitaram o intercâmbio.</p> <p>► Todos os Estados do Programa e Organismos Internacionais envolvidos, num total de 150 pessoas,</p> <p>► O Programa já atende 76 pessoas.</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 6 - Mídia x Violência</p> | | |
| <p>1 – Persuasão dos Meios de Comunicação: Auto -regulamentação</p> <p>2 -Fixação de Critérios Atualizados para Classificação Indicativa</p> | <p>● O Ministro da Justiça realizou uma série de encontros com representantes de TVs;</p> <p>● Atualizada Portaria que fixa os critérios de Classificação Indicativa e negociação para o estabelecimento, pelas televisões, de regras para auto-regulamentação.</p> | <p>► Algumas televisões se comprometeram a enviar uma proposta visando à auto-regulamentação.</p> <p>► Programação de televisão mais adequada às faixas etárias indicadas pelo Ministério da Justiça.</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 7 - Redução da Violência Urbana</p> | | |
| 1- Intensificação do Policiamento Integrado | ● Foram realizadas várias operações integradas, nos centros urbanos e áreas críticas. | <p>► Compartilhadas ações entre as polícias civil e militar, envolvendo forças federais, ações de blitz nos 26 Estados e no Distrito Federal e ampliadas operações repressivas em áreas de risco para as pessoas. Mobilizado um contingente de 45 mil policiais. Presas 524 pessoas e instaurados cerca de 7.400 inquéritos policiais.</p> <p>MT: realizadas 21 operações integradas, visando o combate ao tráfico de drogas, apreensão de armas e redução da criminalidade.</p> <p>SC: executados 19 mandados de prisão em diversos municípios.</p> <p>DF: 89 operações de desarmamento, 159 operações de intensificação de policiamento integrado, 382 operações de saturação/blitz e 76 operações de fiscalização nos</p> |

| | | |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 -Estratégias Comunitárias | <p>❶ Foi realizada, no período das 22h de 16/12/00 às 03h de 17/12/00, a primeira operação conjunta para repressão e combate à criminalidade no DISTRITO FEDERAL e ENTORNO, envolvendo o Ministério da Justiça e os Governos do Distrito Federal e Goiás.</p> <p>❷ Implantação de serviço Disque-Denúncia direcionado para idosos e seus familiares, para atendimento de violência doméstica.</p> <p>❸ Parceria da comunidade com a Polícia Militar, Secretaria de Esporte e Lazer, Polícia Civil e Secretaria de Educação.</p> <p>❹ Liberação, pelo Ministério das Minas e Energia, de 115,1 milhões de reais para a implantação de iluminação pública nas áreas de risco de grandes cidades.</p> | <p>pontos críticos de trânsito.</p> <p>► Envolvidos aproximadamente, 650 (seiscentos e cinquenta) policiais civis e militares e 94 (noventa e quatro) viaturas, abrangendo as localidades de GAMA e SANTA MARIA, no DISTRITO FEDERAL, e LUZIÂNIA, VALPARAÍSO e NOVO GAMA, em GOIÁS.</p> <p>► Serviço Implantado e funcionando no Município de Marília/SP</p> <p>MT: Implantação de uma Cia. de Polícia Comunitária; implantação do Projeto Cia. Solidária, envolvendo 1.000 crianças e adolescentes; Programa Educacional de Resistência à Droga e à Violência – PROERD – treinamento de 2.500 alunos.</p> <p>► Beneficiados até o momento os estados da BA, MG, RN, RJ, GO, DF, AM, RR e SP.</p> |
| 3 - Reluz | | |

COMPROMISSO Nº 8 - Inibição de Gangues e combate à Desordem Social

| | | |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1-Delegacias Especializadas para o Atendimento do Adolescente | <p>❶ Implantadas Delegacias especializadas no Estado de Santa Catarina e Pernambuco</p> <p>❷ Firmados convênios de cooperação técnica e financeira para implantação dos Plantões Sociais nas delegacias.</p> | <p>► investimento de R\$ 200 mil reais e prevista a implantação de Delegacias em SP em 2001</p> <p>► Plantões já implantados em SP e no Paraná.</p> |
| 2- Atendimento de Jovens em Conflito com a lei | <p>❶ Firmados convênios de cooperação técnica e financeira com ong's e governos estaduais para implantação das medidas sócio-educativas e reinserção do adolescente em conflito com a lei.</p> <p>❷ Implantação de 80 núcleos de apoio à família – NAE's voltados para ajudar a diminuir as tensões e</p> | <p>► Programa já está implantado nos Estados BA, ES, GO, RJ, PE e DF. Investidos R\$ 963.218,00 e R\$ 1.219.675,00 na construção, reforma e reaparelhamento de unidades em mais 10 estados</p> |

| | | |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3 -Programas de Apoio às Famílias | <p>NAF's voltados para ajudar a diminuir as tensões e fortalecer os vínculos familiares. Os Núcleos identificam e cadastram as famílias e articulam o atendimento das demandas por meio de programas governamentais ou de ong's. Ex: encaminhamento aos conselhos tutelares; aos programas de manutenção da criança na escola e programas de combate à desnutrição.</p> <p>● Implantação do Programa Agente Jovem em diversas unidades federeativas.</p> | <p>► Programa funcionando nos Estados BA, ES, GO, RJ, SP, MG, RS, PE e DF (vide anexo V).</p> <p>► Programa em processo de capacitação no DF, GO, PE, BA, ES, RJ, SP, MG e RS (vide anexo V)</p> |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

COMPROMISSO N° 9 – Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias

| | | |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1- Investigação de Chacinas e Execuções Sumárias | <p>● O governo do Estado de São Paulo tem se empenhado especialmente no esclarecimento de homicídios múltiplos (Chacinas) ocorridos</p> <p>Inquéritos policiais militares,</p> | <p>► Do universo de 52 casos este ano, 40 já foram esclarecidos (76,92%), 80 autores identificados e 31 presos, pelo Departamento de Homicídios de SP.</p> <p>► 14 inquéritos instaurados, a fim de levantar fatos, homicídios, lesões corporais e ameaças.</p> |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

COMPROMISSO N° 10 – Redução da Violência Rural

| | | |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 - Estruturação da Divisão de Conflitos Agrários da PF | <p>● Foi nomeado um delegado em cada Superintendência da PF encarregado dessa Divisão</p> | <p>► Processo de estruturação nacional da Divisão de Conflitos Agrários iniciado. Cessaram as invasões de prédios públicos.</p> |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

COMPROMISSO N° 11 - Intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos

| | | |
|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 – Escola na Prevenção da Violência | <p>● Foram implementados, em parceria com ONG's, programas Escolas de Mediação.</p> <p>● Foi desenvolvida uma metodologia esportiva para capacitação de policiais</p> <p>● repasse mais de 500 mil reais para formação de multiplicadores, policiais e educadores.</p> | <p>► Programa implantado já em duas escolas no Rio de Janeiro, 60 mediadores formados, envolvendo 2600 pessoas.</p> <p>► 120 policiais do batalhão Escolar do Rio integrado na comunidade escolar e relacionamento com a juventude.</p> <p>► Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Amapá foram beneficiados.</p> |
|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>2 – Programa Pelotões Mirins</p> <p>3 – Programa Agente de Desenvolvimento Social e Humano</p> <p>4 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI</p> <p>5 – Programa Serviço Civil Voluntário</p> <p>6 - Apoio a Mulheres em Situação de Risco</p> <p>7 - Escola Nacional de Formação Comunitária</p> <p>8 – Bolsa Escola</p> | <p>multiplicadores, policiais e educadores.</p> <p>● Foram repassados mais de um milhão de reais no Programa Paz na escola</p> <p>● Projeto em execução pelas Forças Armadas.</p> <p>● Liberação, de 15 milhões de reais para a capacitação de adolescentes entre 15 e 17 anos, como “Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano”, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.</p> <p>● Ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, pela SEAS, que repassou aproximadamente dois milhões e quinhentos mil reais.</p> <p>● Expansão do Serviço Civil Voluntário em vinte três estados</p> <p>● Foram repassados recursos na ordem de 890 mil para os Estados, para construção de Casa Abrigo e capacitação de recursos humanos.</p> <p>● Criação de grupo de trabalho responsável pela implementação da Escola Nacional de Formação Comunitária.</p> <p>● Executado pelo Ministério da Educação, o Programa repassou para 24 estados mais 162 milhões.</p> | <p>Minas Gerais, Bahia e Amapá foram beneficiados.</p> <p>► Projetos de enfrentamento da violência nas escolas implantados em 20 estados.</p> <p>► 1000 jovens beneficiados</p> <p>► Estados onde o Programa já está funcionando: BA, GO, MG, RS, RJ, SP, ES, PE e DF- beneficiando 17,6 mil jovens</p> <p>► Implantado o PETI, versão Urbana, em cinco capitais, a saber: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Brasília. Mais de 9,3 mil jovens retirados de lixões, comércio de rua e exploração sexual.</p> <p>► Atendidos aproximadamente 16.000 mil jovens</p> <p>► Nesses vinte e três estados foram treinadas 13.763 pessoas, com recursos da ordem de R\$ 13.174.000,00 (vide anexo).</p> <p>► Beneficiados SP, PR, AC, PA, MS, CE, PE, MG, GO, AL e RJ.</p> <p>► Primeiras turmas no Rio, São Paulo, Salvador, Vitória e Brasília já estão funcionando.</p> <p>Mil Lideranças estão sendo beneficiadas.</p> <p>► atendidas 1.708.603 crianças de 7 a 14 anos e 771.202 de 0 a 6 anos e 869.900 famílias beneficiadas (Quadro I, anexo)</p> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

COMPROMISSO Nº 12 – Capacitação Profissional e Reparelhamento das Polícias

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1 - Criação do Fundo Nacional de Segurança Pública</p> <p>2- Apoio à Capacitação e ao Reparelhamento das Polícias</p> <p>3 -Programa de Apoio aos Policiais</p> | <p>● Fundo Criado pela MP Nº 2045/2000</p> <p>● Foram assinados Convênios com todos os Estados do País, destinados a projetos de treinamento de policiais, reapearelhamento das polícias, intensificação do policiamento em áreas críticas, implantação da policia comunitária</p> <p>● O Ministério da Justiça, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, organizou o Curso Nacional de Polícia Comunitária.</p> <p>● Convênio com a Marinha do Brasil para a fiscalização da orla marítima, lacustre e fluvial do território catarinense pela PMSC.</p> <p>● Convênio SINE/FAT para capacitação em socorros de urgência.</p> <p>● A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos já realizou uma dezena de cursos de capacitação de policiais.</p> | <p>► Liberação imediata de 251 milhões para cooperação com os estados (Quadro II, anexo)</p> <p>► Repassados, a todos os estados, um total de 251 milhões contemplando compra de armamento e munição construção, reforma e ampliação de instalações policiais e prisionais, equipamentos policiais, viaturas e aeronaves, capacitação e programas de modernização tecnológica. (Quadro II, anexo)</p> <p>► Realizado, entre 20 de novembro e 08 de dezembro, o Curso Nacional de Polícias Comunitárias. A iniciativa reuniu 60 alunos de todos os Estados e integrou as instituições policiais estaduais e federais.</p> <p>► Realizado na Capitania dos Portos, foram capacitados 100 policiais militares.</p> <p>► Foram realizados 4 cursos , tendo sido formados 80 Oficiais e Praças.</p> <p>MT: realizado Curso de Analista de Crimes com a participação de 40 alunos, dentre policiais militares, civis e bombeiros militares</p> <p>SC: realização de diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento (inteligência, investigação, telecurso 2º grau, explosivos, socorro em emergências, boletim de ocorrência, polícia comunitária, investigação policial, aperfeiçoamento de oficiais e sargentos, especialização de bombeiros militares e comunitários, etc.) para policiais civis e militares, totalizando 799 treinandos.</p> <p>► Estados contemplados SE, AL, BA, RJ e PR, beneficiando 400 Pessoas.</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Celebração de Acordo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e a Caixa Econômica Federal para facilitar o acesso a linhas de crédito para moradia dos servidores do Sistema de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal. | <p>► Entregue um conjunto habitacional com 440 unidades, em Osasco/Guarulhos, pela CEF e 8.515 estão em fase de contratação.</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 13 - Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário</p> | | |
| <p>1 - Ampliação do Sistema Prisional Estadual</p> <p>2 - Mutirões Penitenciários de Educação e Profissionalização de Detentos</p> <p>3 - Penas Alternativas</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Convênios assinados para a Transferência de recursos a construção de penitenciárias; ● Execução do Programa "Mutirões Penitenciários" ● Educação para detentos – telecurso 2000. ● Criado o Programa de Centrais de Penas Alternativas - CENAPA | <p>► Repasse na ordem de 102 milhões para os estados, nas áreas de construção e reforma de presídios, cadeias e delegacias, projetos de ressocialização, educação, profissionalização de presos e mutirões penitenciários (Quadro III, em anexo)</p> <p>RJ: construção de treze Casas de Custódia e reforma de trinta delegacias.</p> <p>► vide quadro III, anexo.</p> <p>SP: inauguração de mais 20 telessalas, totalizando 40.</p> <p>► Funcionando nos estados do Pará, Paraná e Rio Grande do Sul e em conclusão, para inaugurar, em PE, PB, ES, SE e DF.</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 14 - Aperfeiçoamento Legislativo</p> | | |
| <p>1- Propor o PL atualizando e reformando a Parte geral do Código Penal</p> <p>2- Propor PL de Modernização do Código de Processo Penal</p> <p>3 - Propor PL reformulando o sistema de execução de penas.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem presidencial 1107/2000. ● O Ministério da Justiça criou um grupo de trabalho formado por especialistas para elaboração do pré-projeto. ● Foi criada uma Comissão presidida pelo Prof. Miguel Reale Jr. , para elaboração do pré-projeto. | <p>► O projeto de reforma da parte geral do Código Penal recebeu o número 3473/2000 e encontra-se na CCJR, relator Dep. Ibrahim Abi-Ackel.</p> <p>► Texto final entregue pelo GT e está sendo enviado ao exame da Presidência da República.</p> <p>► Previsão de entrega do trabalho Janeiro de 2001.</p> |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>4- Propor PL que reformule ou tipifique algumas figuras delituosas</p> <p>5 – Propor PL Alterando a Lei de Tóxicos.</p> <p>6 – Propor PL regulamentando a identificação criminal.</p> <p>7 – Propor PL que trate de infiltração policial e da inteligência de sinais.</p> <p>8 – Propor a Lei que organiza a Polícia Civil e Militar</p> <p>9-Lei de Defesa do Estado Democrático</p> | <p>● Enviado ao Congresso Nacional, via Mensagem Presidencial 496/2000.</p> <p>● O Executivo apresentou 18 emendas ao Projeto do Deputado Elias Murad que institui a Política Nacional de Drogas.</p> <p>● Proposta legislativa encaminhada ao Congresso em Junho de 2000 pelo Executivo.</p> <p>● Encaminhada proposta legislativa, pela Mensagem Presidencial 837/2000</p> <p>● Encaminhado ao Congresso o anteprojeto de lei orgânica da polícia civil.</p> <p>● criação do grupo de trabalho para preparação do anteprojeto de lei orgânica para as polícias militares e corpos de bombeiros</p> <p>● Término dos trabalhos da Comissão que introduz um Título no Código Penal, relativo aos crimes contra o Estado Democrático e revoga a LSN.</p> | <p>► O Projeto tipifica organização criminosa e cria o art.288^A do Código Penal.</p> <p>► O Projeto encontra-se no Senado, sendo o relator o Senador Arthur da Távola.</p> <p>► PL já aprovado nas duas casas do Congresso e Lei sancionada pelo Sr. Presidente: Lei n 1054/2000.</p> <p>► PL N 3275/2000 , foi aprovado na Câmara, encontra-se tramitando no Senado.</p> <p>► tramitando no Congresso</p> <p>► Conclusão do trabalho em Janeiro/2001</p> <p>► Será disponibilizado para consulta pública, na Internet, de 2 a 29/01/2001</p> |
| <p align="center">COMPROMISSO Nº 15 - Sistema Nacional de Segurança Pública</p> | | |
| <p>1- Construção de Base de Dados para o Acompanhamento das Polícias</p> <p>2- Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG.</p> <p>3 - Criação do Comitê de</p> | <p>● Realização, nos dias 27 e 28 de setembro, do Seminário para definição de regras para construção de uma base de dados que permita um acompanhamento de dados criminais, índices de violência e dos dados cadastrais das polícias.</p> <p>● Redefinição e aprimoramento tecnológico do Infoseg, sistema de informações criminais</p> <p>● Criado o Comitê, no âmbito do Gabinete de</p> | <p>► Conhecimento de experiências e tecnologias já existentes, definição de padrões para construção dos banco de dados.</p> <p>► Priorizados os Estados de Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo e DF para promoção da integração dos Programas Sociais do Plano.</p> |

| | | |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| Acompanhamento e Integração dos Programas Sociais. | Segurança Institucional da Presidência | ► Realizadas visitas no ES, RJ e SP e intensificadas as ações sociais do Plano. |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|

ANEXO B

DIMENSÕES DO CONHECIMENTO PREVISTAS NAS BC A PARTIR DA CONCEITUAÇÃO EXPOSTA EM LIBÂNEO

Em suma, aprendizagem e ensino são processos interdependentes que devem se potencializar mutuamente, para que ocorra uma prática efetiva de ensino e uma aprendizagem significativa por parte do profissional em formação.

2.2. As dimensões do conhecimento

Uma abordagem que privilegie o processo de aprendizagem, poderá ser compreendida a partir de três dimensões do conhecimento, expressas no quadro a seguir:

Dimensões do conhecimento

| DIMENSÃO | OBJETIVO | BASE | ASPECTOS IMPORTANTES |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SABER | Garantir o conhecimento sistematizado, mediante um conjunto de áreas de estudos, que será requerido no desempenho de suas funções. | Instrução e ensino | Correspondem a conceitos, leis, termos fundamentais, etc. Fundamentação científica. |
| SABER FAZER | Gerar situações de aprendizagem significativas onde as habilidades possam ser requeridas frente ao quadro teórico estabelecido. | Prática e Técnica | Habilidades: qualidades intelectuais necessárias para a atividade mental no processo de assimilação do conhecimento. ⁶ Hábitos: modos de agir relativamente automatizados. ⁷ |
| QUERER FAZER | Criar condições para o desenvolvimento da postura policial no sentido de um posicionamento adequado em relação à sua atividade a partir da motivação endógena desenvolvida pela consciência de seu papel de cidadão e de servidor da cidadania. | Atitudinal - «vontade» | Referem-se a modos de agir, de sentir e de se posicionar frente às tarefas a serem realizadas. |

As dimensões aqui expressas possuem uma relação direta com os conteúdos. Ou seja, cada dimensão de conhecimento aponta para uma categoria de conteúdo:

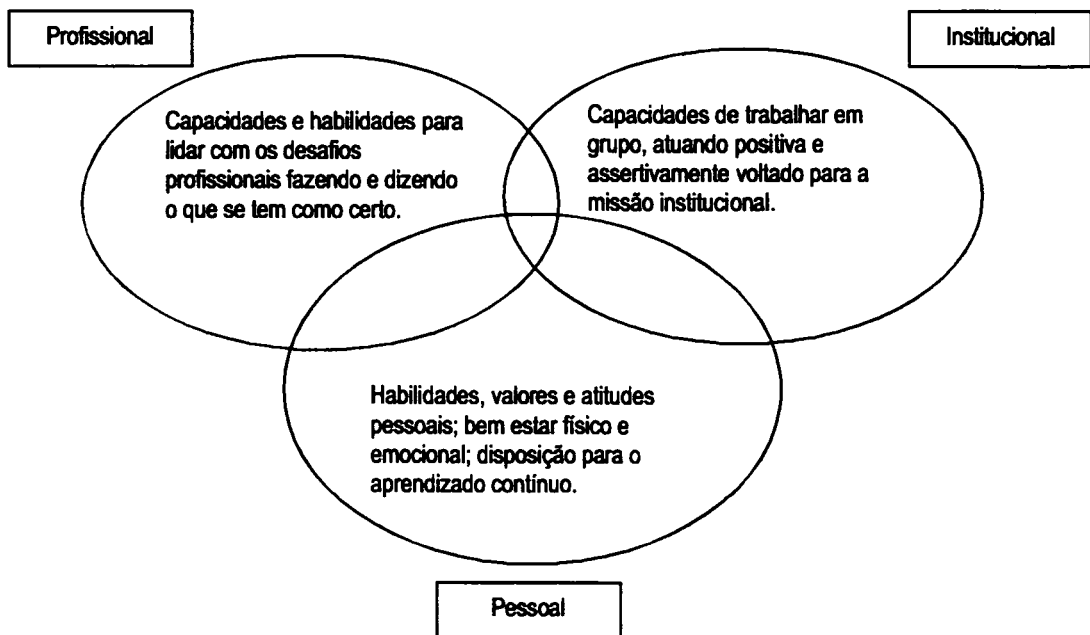
6 LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. P.131

7 *Ibidem.*; 3.

ANEXO C

TRILOGIA DO PERFIL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA DO CIDADÃO CONFORME AS BC

As competências do modelo apresentado estão fundamentadas em três pontos: profissional, pessoal e institucional, representados pela seguinte trilogia:



Essas áreas, apesar de possuírem características próprias, devem ser vistas no conjunto, pois só assim poderão contribuir para que o profissional desempenhe corretamente suas funções.

ANEXO D

GRADE CURRICULAR DA BASE COMUM DAS BC

3.2. Grade curricular - base comum ¹⁰

| | Nº | ÁREAS DE ESTUDOS / DISCIPLINAS |
|----------------------------------|----|----------------------------------------------------------------------------|
| B A S E | | Missão policial |
| | 1 | Fundamentos políticos da atividade do profissional de segurança do cidadão |
| | 2 | Sociologia do crime e da violência |
| | 3 | Sistema de segurança pública no Brasil |
| | 4 | Fundamentos de polícia comunitária |
| | 5 | Abordagem sócio-psicológica da violência |
| | 6 | Qualidade em serviço |
| C O M U M | 7 | Ética e cidadania |
| | | Técnica policial |
| | 8 | Criminalística aplicada |
| | 9 | Arma de fogo |
| | 10 | Defesa pessoal |
| | 11 | Medicina Legal aplicada |
| | 12 | Pronto socorrismo |
| | | Cultura jurídica aplicada |
| | 13 | Introdução ao estudo do Direito |
| | 14 | Direito Civil |
| | 15 | Direito Constitucional |
| | 16 | Direito Penal |
| | 17 | Direito Processual Penal |
| | 18 | Direito Ambiental |
| | 19 | Direitos Humanos |
| | 20 | Direito Administrativo |
| | 21 | Legislação especial |
| | | Saúde do policial |
| | 22 | Saúde física |
| | 23 | Saúde psicológica |
| | | Eficácia pessoal |
| | 24 | Processo de tomada de decisão aplicado |
| | 25 | Relações interpessoais |
| | 26 | Gerenciamento de crises |
| | | Linguagem e informação |
| | 27 | Português instrumental |
| | 28 | Telecomunicações |
| | 29 | Técnica da informação |

¹⁰ Como estabelecido pelo Fórum Consultivo, os centros de ensino policial terão autonomia para decidirem sobre a carga horária de cada disciplina, bem como o sistema a ser adotado. Recomenda-se que o total da carga horária da base comum não seja menor que 380 horas aulas e nem maior que 500 horas aulas.

ANEXO E

CARTA AOS DOCENTES

PEC-FGV/AM



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS / FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA CANDIDATOS A
DELEGADOS, COMISSÁRIOS, PERITOS, ESCRIVÃES E INVESTIGADORES
DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS**

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2001

Prezado (a) Professor (a):

Somos gratos por ter aceito o convite para participar como docente no Programa que dá título a esta mensagem. A fim de que possa situar-se no Programa, informamos o que segue. Por favor, **leia atentamente**.

Cordialmente,

Sylvia Constant Vergara

1. O fato gerador do Programa

O Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da sua Secretaria de Estado de Administração, estará promovendo, em parceria com a Fundação Getulio Vargas, cursos de formação de Delegados, Comissários, Peritos, Escrivães e Investigadores de Polícia Civil. Tais cursos são parte integrante do Concurso Público para preenchimento de vagas nas categorias profissionais mencionadas e compõem o que designamos por Programa de Educação Continuada para Candidatos à Polícia Civil do Estado do Amazonas.

Os candidatos já submeteram-se a provas de conhecimentos gerais e específicos, bem como de títulos. Tendo sido aprovados, estão, agora, submetendo-se aos cursos aqui referidos. Durante tais cursos os candidatos serão avaliados, obtendo nota final que se somará às das provas mencionadas, para efeito da classificação final na seleção.

2. Número de vagas e de candidatos

O quadro, a seguir, sintetiza o título desta seção

| Nível | Cargo | Área | Número de vagas | Número de candidatos |
|----------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------|
| Superior | Delegado de Polícia | | 035 | 040 |
| Superior | Comissário de Polícia | | 173 | 208 |
| Superior | Perito Criminal | Contabilidade, Economia, Administração, Química, Física, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Computação Científica e de Análise de Sistema, Estatística, Engenharia Eletrônica, Engenharia Elétrica | 017 | 020 |
| Médio | Escrivão de Polícia | | 209 | 251 |
| Médio | Investigador de Polícia | | 452 | 542 |

3. Visão geral dos cursos

Candidatos a Delegados, Comissários e Peritos farão o Curso de Especialização, com 428 horas, sendo que 344 horas são comuns às três categorias. As 84 horas restantes serão distribuídas em cada uma dessas categorias. Assim, o curso tem um núcleo comum às três categorias e uma parte específica para Delegados e Comissários e outra para Peritos. Dito de outra maneira: Delegados e Comissários farão o mesmo curso.

Candidatos a Escrivães farão o Curso de Formação Básica com carga horária de 264 horas e de Investigadores o farão com 248 horas. O curso tem um núcleo comum às duas categorias e uma parte específica para cada uma delas.

Estão previstas as seguintes atividades: aula inaugural, aulas, palestras, mesas-redondas e visitas técnicas.

4. Metodologia a ser utilizada

A metodologia utilizada pelos docentes assume, nesses cursos, especial relevância. Ela deve levar os participantes à compreensão de que um trabalho policial é um trabalho de pesquisa científica. Assim, cada disciplina deverá enfatizar a necessidade de, na ação policial, clarificar-se qual é o problema em questão, como devem ser coletados dados e evidências empíricas para sua solução, bem como a necessidade de racionalidade sistemática para análise dos resultados e consolidação das conclusões. Isto caracteriza o método hipotético-dedutivo de se fazer ciência. Deve, também, alertar os participantes que as pessoas pensam e sentem diferentemente e, ao se expressarem, informam sua verdade (“Assim é se lhe parece”). Esta circunstância consubstancia o que em ciência designa-se por método fenomenológico. Por outro lado, é próprio do ser humano a contradição, não aquela deliberadamente buscada para confundir os ouvintes, mas a que é natural. O método dialético busca, então, identificar tais contradições, mapeá-las e, a partir daí, chegar à síntese, à conclusão sobre o fenômeno estudado.

A metodologia também deverá estimular a visão sistêmica, aqui entendida como a conexão entre diferentes áreas do saber para estudo de fenômenos sociais, a conexão entre diferentes instituições como, por exemplo, Polícia Civil e Polícia Militar, Polícia Civil e Poder Judiciário, assim como a conexão entre ações do Delegado, do Comissário, do Perito, do Escrivão e do Investigador.

Dinâmicas de grupo com simulações e estudos de casos policiais devem provocar a reflexão dos participantes, tornando-os membros ativos de seu processo de aprendizagem. A Profa. Zoraia Saint’Clair Bonelli poderá ajudá-los com casos policiais. A exposição do docente deverá ser dialogada e apenas servirá como provocadora, orientadora e consolidadora das dinâmicas de grupo.

Também deverão ser estimuladas, pelos docentes, leituras adicionais que tratem de temas da atualidade, mudanças que vêm ocorrendo nos campos político, social, cultural, econômico, informacional, tecnológico e dos valores pessoais, de modo a provocar nos participantes a reflexão sobre seu estar no mundo e o papel que nele desempenham.

5. Premissa da metodologia e dos conteúdos

A premissa da qual parte não só a metodologia, como também os conteúdos, é a de que a Polícia Civil existe para servir à sociedade. E mais: que o Policial é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas ações, inserido que está num campo social. A imagem do Policial agente de governo precisa, então, ser substituída pela do Policial que conhece e reconhece a sociedade da qual faz parte neste mundo globalizado e à qual deve servir. A imagem da sociedade alienada de seus direitos, deve ser substituída pela da sociedade cada vez mais consciente de seus direitos e deveres. A imagem do indivíduo infrator reconhecido ou presumido, que não merece respeito, deve ser substituída pela do indivíduo que, mesmo reconhecidamente infrator, deve merecer do policial que este não perca seu equilíbrio emocional. As ações podem até utilizar a força física, se necessário, mas mesmo esta deve

ser fundamentada numa ação inteligente, tanto do ponto de vista racional, quanto emocional.

6. Estrutura do Curso de Especialização de Delegados, Comissários e Peritos: temas, atividades, carga horária e ementas

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CARGA HORÁRIA |
|--------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| COMUM | | Aula inaugural | | 4 |
| COMUM | 1.Relação interpessoal | Comunicação interpessoal | Sociabilidade. Desenvolvimento da capacidade de interagir com pessoas. Processo de comunicação. Comunicação de maneira eficaz e eficiente | 8 |
| | | Ética e moral | Ética e moral. Moral e direito. Condições da solução ética dos problemas. Cidadania e construção moral. | 8 |
| COMUM | 2. O Estado brasileiro e as políticas de segurança | Relação Estado x Sociedade | Concepções de Estado. Serviços públicos essenciais. Violência e exclusão social. Cidadania e participação social. | 16 |
| | | Arcabouço jurídico das políticas de segurança | Determinações constitucionais. Legislação penal e processual penal vigente. Direito Administrativo e Administração Pública. Políticas de segurança. | 16 |
| COMUM | 3. Gestão integrada | Gestão de pessoas | Motivação e liderança. Trabalho em equipe. A busca de resultados | 16 |
| | | Gestão da logística | Fluxo de viaturas e pessoas. Suprimento e armazenamento de material. Serviços gerais. Controle e manutenção de bens móveis e imóveis. | 16 |
| | | Gestão da tecnologia | Tecnologias empregadas na identificação de delinquentes. Tecnologias empregadas para salvaguarda dos sistemas. Sistemas possíveis de desenvolvimento para a área de segurança. | 16 |
| | | Gestão de recursos orçamentários | Tópicos de orçamento público. Gestão financeira. Relações da Polícia Civil com outros órgãos do Poder Executivo. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei de Responsabilidade Fiscal. | 16 |
| | | Gestão do marketing social | Projetos sociais. Relações polícia e comunidade. Parcerias. Eventos integrados. | 16 |
| COMUM | 4. Solução de problemas | O método científico | Definição do problema. Objetivos a atingir. Coleta e tratamento dos dados. Evidências e raciocínio sistemático. Conclusões. | 16 |
| | | Reuniões produtivas | Tipos de reuniões. Planejamento de reuniões. Apresentação de case. | 8 |
| | | Estatística | Estatística como fonte de informação. Controle da qualidade dos serviços policiais por meios estatísticos. | 16 |
| COMUM | 5. Palestras | As mudanças no mundo contemporâneo | | 4 |
| | | O tráfico na era da globalização | | 4 |
| | | Polícia e não discriminação | | 4 |
| | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | | 4 |
| | | Propostas de aperfeiçoamento do Código Penal | | 4 |
| | | Ações governamentais na Amazônia Legal | | 4 |
| | | Organização policial | | 4 |
| | | Plano Nacional de Segurança Pública | | 4 |

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| COMUM | 6. Coleta de dados | Investigação policial | Conceito e finalidade. Índícios e provas. Provas subjetivas e objetivas. Dados e informações. Tipos de investigação. Atores na investigação. | 32 |
| | | Inquérito policial | Conceito e finalidade. Valor probatório. Imprescindibilidade e nulidades no Inquérito policial. Atos e prazos. Aspectos procedimentais. Atores no Inquérito policial. Lei 9.099/95 e a polícia judiciária. | 24 |
| | | Recortes legais da ação policial | Normas constitucionais e atos da polícia judiciária. Legislação penal e processual penal. Atos normativos estaduais: leis, decretos, resoluções e portarias | 16 |
| COMISSÁRIO DELEGADO | 7. Instrumentos facilitadores | Processamento de dados | Banco de dados. Racionalização e disseminação de informações. Planilhas. Internet. | 16 |
| | | Redação | Tópicos de gramática. Correção, adequação e clareza na redação . | 16 |
| COMUM | 8. Abordagem Policial | Armamento e tiro | Tipos de armamento e identificação de armas de fogo. Segurança no manejo de armas. Prática de tiro. | 20 |
| Comissário delegado | | Defesa e uso da força | Níveis do uso da força legal. Técnicas de defesa pessoal. Revista. | 20 |
| | | Negociação | Conceitos. Atores na negociação. Interesses e critérios na negociação. Habilidades do negociador. | 16 |
| | | Planejamento da ação policial | Planejamento. Plano de segurança. Operações policiais. Rondas e seus diferentes tipos. | 16 |
| COMUM | 9. Visitas técnicas orientadas | Delegacia Policial (3) | | 12 |
| | | IML | | 4 |
| | | Perícia criminal | | 4 |
| | | Identificação datiloscópica | | 4 |
| PERITOS | 10.Perícia técnica | Visão sistêmica da perícia técnica | Estrutura dos institutos de perícia técnica. Princípios de criminalística. Perícias em pessoas e perícias em coisas. | 24 |
| | | Redação de laudos técnicos | Conceito. Estrutura de elaboração de laudos e autos. | 16 |
| | | Tipologia pericial | Exames periciais em locais de acidentes de trânsito, de engenharia, merceologia e jogos, em documentos, química, explosivos e inflamáveis. Papiloscopia. Técnicas de coleta de impressões digitais. | 24 |
| PERITOS | 11. Visitas técnicas específicas | Delegacia Policial | | 4 |
| | | IML | | 4 |
| | | Perícia criminal | | 8 |
| | | Identificação civil | | 4 |
| COMUM | 12. Informações Complementares | Comunicação Policial | As telecomunicações e a informática. Comunicação por voz, texto, dados e imagem | 8 |
| COMUM | | Medicina Legal | Finalidade e importância. Identificação médico-legal. Perícias e documentos médico-legais. Traumatologia: morte violenta, morte natural, morte suspeita. Agentes vulnerantes: armas brancas, armas de fogo, ação térmica, ação elétrica, asfixiologia. Perinecropsopia. | 8 |
| COMUM | 13. Geral | Orientação de Projeto | O projeto: tipos, características e composição estrutural. Citações bibliográficas. Estilo de redação. Apresentação gráfica. Normas da ABNT. | 8 |

7. Estrutura do Curso de Formação Básica de Escrivães e Investigadores: temas, atividades, carga horária e ementas

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CARGA HORÁRIA | DOCENTE |
|--------|---------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|
| COMUM | Aula inaugural | | | 4 | |
| COMUM | 1.Relação interpessoal | Comunicação interpessoal | Sociabilidade. Desenvolvimento da capacidade de interagir com pessoas. Processo de comunicação. Comunicação de maneira eficaz e eficiente. | 8 | |
| | | Ética e moral | Ética e moral. Moral e direito. Condições da solução ética dos problemas. Cidadania e construção moral. | 8 | |
| COMUM | 2. Políticas de segurança | Atendimento ao cidadão | Segurança Pública e cidadania. Violência e exclusão social. Satisfação dos cidadãos. Oportunidades de melhoria do atendimento policial à sociedade. | 8 | |
| | | Tópicos jurídicos de política de segurança | Missão constitucional do sistema de segurança pública. Legislação penal e processual penal vigente. Administração Pública. | 8 | |
| COMUM | 3. Gestão integrada | Gestão de pessoas | Motivação e liderança. Trabalho em equipe. A busca de resultados | 8 | |
| | | Gestão da tecnologia | Tecnologias empregadas na identificação de delinquentes. Tecnologias empregadas para salvaguarda dos sistemas. Sistemas possíveis de desenvolvimento para a área de segurança. | 8 | |
| | | Gestão do marketing social | Relações polícia e comunidade. Parcerias. Tópicos sobre projetos sociais. Participação em eventos integrados. | 8 | |
| COMUM | 4. Solução de problemas | O método científico | Definição do problema. Objetivos a atingir. Coleta e tratamento dos dados. Evidências e raciocínio sistemático. Conclusões. | 8 | |
| | | Reuniões produtivas | Tipos de reuniões. Planejamento de reuniões. Apresentação de <i>case</i> policial. | 8 | |
| | | Estatística | Estatística como fonte de informação. Controle da qualidade dos serviços policiais por meios estatísticos. | 8 | |
| COMUM | 5. Palestras | O tráfico nas era da globalização | | 4 | |
| | | Polícia e não discriminação | | 4 | |
| | | Visão sistêmica das ações de segurança pública | | 4 | |
| | | Organização policial | | 4 | |
| | | Plano Nacional de Segurança Pública | | 4 | |

| NÚCLEO | MÓDULO | DISCIPLINA | EMENTA | CARGA HORÁRIA | DOCENTE |
|--------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|
| COMUM | 6. Coleta de dados | Investigação policial | Conceito e finalidade. Indícios e provas. Provas subjetivas e objetivas. Dados e informações. Tipos de investigação. Atores da investigação. | Investigador – 32h | |
| | | | | Escrivão – 16h | |
| | | Inquérito policial. | Conceito e finalidade. Valor probatório. Imprescindibilidade e nulidades no Inquérito policial. Atos e prazos. Aspectos procedimentais. Atores no Inquérito policial. Lei 9.099/95 e a Polícia Judiciária. | Investigador – 16h | |
| | | | | Escrivão – 32h | |
| | | Recortes legais da ação policial | Normas constitucionais e atos da Polícia Judiciária. Legislação penal e processual penal. Atos normativos estaduais: leis, decretos, resoluções e portarias. | 8 | |
| COMUM | 7. Abordagem policial | Armamento e tiro | Tipos de armamento e identificação de armas de fogo. Segurança no manejo de armas. Prática de tiro. | 20 | |
| | | Defesa pessoal e uso da força | Níveis do uso da força legal. Técnicas de defesa pessoal. Revista. | 20 | |
| COMUM | 8. Lógica gramatical | Redação | Gramática. Construção e interpretação de textos. Redação oficial. | 8 | |
| COMUM | 9. Visitas técnicas orientadas | Delegacia Policial | | 4 | |
| | | IML | | 4 | |
| | | Perícia criminal | | 4 | |
| | | Identificação civil | | 4 | |
| INVESTIGADOR | 10. Especificidade da função | Negociação | Conceitos. Atores na negociação. Interesses e critérios na negociação. Habilidades do negociador. | 8 | |
| | | Planejamento das ações | Planejamento. Plano de segurança. Operações policiais. Rondas e seus diferentes tipos. Defesa de terceiros. | 8 | |
| ESCRIVÃO | 11. Especificidade da função | Prática cartorial | Peças e livros cartoriais. Movimentação dos autos. Encaminhamento e documentos relativos aos institutos de perícia. Características da redação oficial policial. Redação de peças para o inquérito policial. Formas de tratamento. | 32 | |
| COMUM | 12. Informações complementares | Comunicação Policial | As telecomunicações e a informática. Comunicação por voz, texto, dados e imagem | 8 | |

8. Total de turmas

Estão previstas 06 turmas para Delegados, Comissários e Peritos e 18 turmas para Escrivães e Investigadores, num total de 24 turmas. As atividades ocorrerão simultaneamente.

9. Período dos cursos

O início dos cursos está previsto para o dia 2 de julho e o encerramento de todas as atividades didático-pedagógicas para o dia 28 de setembro de 2001.

A primeira semana será dedicada a atividades de integração e abertura oficial do programa. As aulas, propriamente ditas, terão início, no dia 9 de julho de 2001.

10. Material didático

Cada docente deverá entregar, até o dia 8 de junho, à Coordenação do Programa, texto de até 15 páginas para disciplinas de 8 horas e até 25 páginas para disciplinas de 16 horas ou mais. O texto deve ser claro, correto do ponto de vista do conteúdo, português correto, linguagem acessível, não se admitindo gírias ou palavras desaconselhadas.

É à luz deste material, que será entregue aos participantes, que a prova para avaliação do candidato às vagas referidas será formulada.

11. Ação docente

Considerando-se o período destinado aos cursos e o número de turmas, vários docentes ministrarão a mesma disciplina. Essa circunstância requer dos docentes que realizem um trabalho integrado quanto aos conteúdos, material didático e metodologia. A comunicação entre docentes torna-se, então, recurso fundamental.

12. Avaliação da aprendizagem

Os candidatos serão submetidos a provas de múltipla escolha ao término do curso, num total de três. Assim, cada docente deverá entregar em envelope lacrado, à Coordenação do Programa, situada na Fundação Getúlio Vargas, Praia de Botafogo, 190, sala 527, aos cuidados do Prof. Celso de Oliveira Bello Cavalcanti, cinco questões de múltipla escolha.

Cada questão deverá ter cinco opções, sendo que só uma, inequivocamente, é a correta. As questões devem ser formuladas com clareza e correção de linguagem, de modo a evitar-se, dos participantes, recurso de qualquer natureza. Opção tipo “nenhuma das respostas anteriores” não será admitida. Desnecessário dizer do sigilo de que deve revestir-se a formulação das questões.

13. Informações complementares

- a. O docente receberá pagamento, por hora-aula ministrada. Deverá informar à coordenação do programa a condição de recebimento: se pessoa física ou pessoa jurídica.
- b. O programa fornecerá passagem aérea ao docente da cidade de origem até Manaus.
- c. Hospedagem e traslados serão de responsabilidade do programa.
- d. Será paga uma diário ao docente, para despesas de refeições.
- e. O docente deverá vacinar-se contra a febre amarela.
- f. O material didático deverá ser entregue até o dia 8 de junho, impreterivelmente, conforme o item 10 do presente.
- g. Cada docente deverá entregar em envelope lacrado, junto com o material didático (item 12), à Coordenação do Programa, situada na Fundação Getulio Vargas, Praia de Botafogo, 190, sala 527, aos cuidados do Prof. Celso de Oliveira Bello Cavalcanti, as cinco questões de múltipla escolha.
- h. O material didático será organizado da seguinte forma; (1º) material de leitura obrigatória dos alunos, de onde sairão as questões de prova; (2º) material de leitura complementar.
- i. Não será disponibilizado equipamento de multimídia no curso;
- j. Pela manhã, as aulas terão início às 8 h da manhã, haverá um intervalo de 15 min às 10 h e o encerramento será ao meio dia; à tarde, as aulas iniciarão às 14 h, haverá um intervalo de 15min às 16 h e o encerramento se dará às 18 h. Os docentes deverão obedecer rigidamente os horários estabelecidos.
- k. No caso do docente ministrar a mesma disciplina para os dois cursos (Delegados, Comissários e Peritos; Escrivães e Investigadores) e a ementa for a mesma, o material poderá ser o mesmo. Entretanto, as questões de prova deverão ser diferenciadas, devido ao nível escolar dos participantes.

13. Coordenação do Programa

Coordenadora Geral: Profa. Sylvia Constant Vergara, Dra.

Coordenação Acadêmica: Prof. Celso de Oliveira Bello Cavalcanti, M.(cbello@fgv.br)
 Profa. Zoraia Saint' Clair Bonelli (zoraia@yahoo.com)

Coordenação da Logística : Profa. Elaine Virgínia Constant Vergara (elaine@fgv.br)
 Sra. Rachel Guilhon, Adm. (rachel@fgv.br)
 Sra. Susana Pereira Marques, Adm. (susana@fgv.br)

Endereço : Fundação Getulio Vargas
 Praia de Botafogo, 190, sala 527.
 CEP: 22253-900 – Botafogo – Rio de Janeiro, RJ

Telefone/fax: 559-5772

Telefones: 559-5755 e 559-5285

ANEXO F

PAUTA DA REUNIÃO DO PEC-FGV/AM DE 13 DE 06 DE 2001, NA FGV

1. Programa - objetivo

O Programa de Educação para Candidatos a Delegados, Comissário, Peritos, Investigadores e Escrivães de Polícia Civil do Estado do Amazonas tem por finalidade oferecer aos policiais oportunidades que lhes permitam capacitar-se nas competências básicas exigidas para o cargo, alinhadas com as estratégias da Polícia Civil e com as expectativas da sociedade brasileira.

AGENDA DE REUNIÃO - LEMBRETE

Dia 13/6/2001

Local: FGV

Participantes: Coordenadores e docentes do programa

1. Abertura e apresentação da equipe: Prof. Sylvia Vergara
2. Informações gerais do programa:
 - Parceria: FGV/Governo do Estado do Amazonas
 - Parte do concurso público para carreiras da Polícia Civil
 - Total de turmas: 6 turmas para delegados, comissários e peritos e 18 turmas para investigadores e escrivães
 - Material didático: um texto básico por disciplina, de leitura obrigatória dos alunos, com até 25 páginas para delegados ... e 15 para escrivães.
 - Processo de avaliação: PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA abrangendo toda matéria ministrada. Cinco questões de múltipla escolha deverão ser formuladas por disciplina e apresentadas à coordenação acadêmica. As questões deverão ser tiradas do texto básico de leitura obrigatória dos alunos. Entrega em envelope lacrado.
3. Metodologia/didática: Prof. Sylvia
 - Abordagem sucinta da metodologia/didática de ensino. Lembrar que: os diferentes docentes da mesma disciplina deverão realizar um trabalho integrado.
 - OBS.: Lembrar aos docentes que devem encaminhar o material didático nos prazos definidos pela coordenação, bem como responder rapidamente às solicitações desta. A dinâmica do programa exige isso.
4. Informações gerais
 - Pagamentos
 - Passagens
 - Entrega de provas
 - Formato de material didático
 - Recursos multimídia
5. Encerramento